

Maria do Céu Frota Antunes Bastos Nunes

A TERCEIRA INVASÃO FRANCESA E O CERCO DE ALMEIDA

EM 1810

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Coimbra

2009

Maria do Céu Frota Antunes Bastos Nunes

**A TERCEIRA INVASÃO FRANCESA E O CERCO DE ALMEIDA
EM 1810**

Dissertação de Mestrado em História Moderna, apresentada à Faculdade de
Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação da
Senhora Professora Doutora Margarida Sobral Neto.

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Coimbra

2009

*Dedico este trabalho ao meu Marido,
À minha Filha e ao Nelson, porque só
Com a sua ajuda e compreensão foi
Possível chegar até aqui.*

À memória de meus Pais...

“Alma até Almeida”

(anónimo)

ÍNDICE

ÍNDICE	4
AGRADECIMENTOS	6
INTRODUÇÃO	8
I. ALMEIDA	13
1. Almeida - Espaço geográfico e administrativo.....	13
2. O papel de Almeida como região fronteiriça do séc. XIV ao séc. XIX..	20
3. A Praça Forte de Almeida.....	29
II. PORTUGAL NO CONTEXTO HISTÓRICO NO SÉCULO XIX.	43
III. AS INVASÕES FRANCESAS	49
1. Antecedentes.....	49
2. Tratado de Fontainebleau.....	58
3. A Primeira Invasão Francesa.....	63
4. A Segunda Invasão Francesa.....	73
IV. A TERCEIRA INVASÃO FRANCESA	81
1. Os Preliminares da 3 ^a . Invasão.....	81
2. Os Planos de Wellington.....	88
3. A Tomada de Cidade Rodrigo.....	92
4. A Batalha do Côa.....	97
V. O CERCO DE ALMEIDA	103

1. Preliminares do Cerco de Almeida.....	103
2. O Cerco de Almeida e a explosão do castelo.....	105
3. As Linhas de Torres Vedras.....	127
CONCLUSÃO	134
ANEXO I – Ilustrações.....	138
ANEXO II – Documentos.....	153
FONTES E BIBLIOGRAFIA	179

AGRADECIMENTOS

Este trabalho de investigação só foi possível, graças à ajuda que me foi dada por várias pessoas, a quem desde já endereço o meu profundo agradecimento.

Desde logo, agradeço à orientadora da tese, a Senhora Professora Doutora Margarida Sobral Neto, não só pela orientação que me deu, mas acima de tudo pela maneira como me transmitiu o seu saber, não esquecendo a sua elevada competência, amizade e atenção que me dispensou, ao longo destes anos.

Agradeço também ao Senhor Professor Doutor Azevedo e Silva pelo incentivo e amizade.

Para a Dr.^a Zulmira da Biblioteca Central, vai também o meu reconhecimento pela estima e carinho que me dispensou, revelando ao

mesmo tempo um grande sentido de responsabilidade e competência profissional.

Quero também agradecer aos funcionários da Biblioteca Geral, Biblioteca Central e dos diversos Institutos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, bem como outras bibliotecas, como a Municipal de Coimbra, não esquecendo o Arquivo Histórico Militar, por nos facilitarem, na medida do possível, o nosso trabalho, moroso e, por vezes, tão ingrato, como é a investigação.

Para o meu marido, filha e genro vai toda a minha gratidão. O seu apoio e compreensão foram indispensáveis para a concretização deste sonho. A eles dedico o meu trabalho.

A todos, o meu bem-haja.

INTRODUÇÃO

O objectivo do nosso trabalho visa o estudo dum acontecimento histórico do século XIX, nada feliz para o nosso país, as invasões francesas, mais propriamente sobre a terceira invasão francesa. O tema foi escolhido com a anuência da nossa orientadora, a Senhora Professora Doutora Margarida Sobral Neto.

O enfoque recairá sobre o cerco de Almeida durante a terceira invasão francesa. E fizemo-lo porque Massena, o comandante desta invasão, fez a sua incursão em Portugal, através de Vilar Formoso, precisamente a fronteira que fica a escassos quilómetros da praça-forte de Almeida, a qual recomendou que fosse tomada para aí poder fixar o apoio logístico. Mas Massena irá permanecer mais tempo que o previsto, quer nas cidades espanholas, quer depois em Almeida. Este facto irá permitir que tivesse

siso possível construir as Linhas de Torres Vedras e certamente é aqui que Massena irá perder a batalha da conquista de Portugal. Por isso, dedicaremos também um subcapítulo às Linhas de Torres Vedras.

À medida que fomos avançando na nossa investigação, verificámos que o objectivo de Wellington era impedir a chegada dos franceses à capital do Reino e isso só era possível construindo fortificações que defendessem a cidade de Lisboa.

Uma das razões da escolha do tema, talvez a principal, prende-se exactamente com o facto de estar ligada por laços familiares à vila de Almeida, aumentando ainda mais o meu interesse pelo assunto.

As três invasões francesas ocorreram entre 1807 e 1810, sendo que elas foram fruto do imperialismo francês, uma luta que era sobretudo contra os ingleses. Sendo Portugal aliado de Inglaterra e sendo um país com uma privilegiada situação geográfica e com um extenso litoral atlântico, interessava aos ingleses que Portugal os apoiasse, porque, dominando os oceanos, isso dificultava as aspirações de Napoleão, dado que o imperador nunca tinha ganho nos mares à Inglaterra.

E é assim que, em 21 de Novembro de 1806, na cidade de Berlim, Napoleão decreta o «Bloqueio Continental», com a finalidade de fechar todos os portos europeus à esquadra inglesa. Esta era a maneira de neutralizar toda a supremacia marítima da Inglaterra.

Como Portugal não alinhasse nessa decisão, Napoleão não perdoa ao nosso País e assina com a Espanha, em 27 de Outubro de 1807, o Tratado de Fontainebleau, tratado este que se destinava à conquista de Portugal e à consequente partilha entre a França e a vizinha Espanha. Retenha-se que não terá sido por acaso que a primeira invasão acontece passados poucos dias da assinatura daquele tratado.

O nosso trabalho está dividido em cinco capítulos.

No primeiro capítulo, falaremos sobre Almeida, nomeadamente sobre o seu espaço geográfico e administrativo. Abordaremos as suas origens e a sua evolução histórica, e focaremos o papel da fortaleza como bastião fronteiriço, desde o século XIV ao século XIX.

No segundo capítulo, trataremos do enquadramento de Portugal no contexto histórico do século XIX.

No terceiro capítulo, debruçar-nos-emos sobre as invasões francesas, dando uma panorâmica geral das mesmas.

Quanto ao quarto capítulo, iremos tratar, mais concreta e objectivamente, da terceira invasão.

Finalmente, no quinto e último capítulo, estudaremos o cerco de Almeida. Neste capítulo, dedicaremos um subcapítulo às Linhas de Torres Vedras, porque, como afirmámos, a sua construção só foi possível, graças ao tempo perdido pelas tropas francesas na fronteira portuguesa.

Como é sabido, as duas primeiras invasões deram os primeiros desaires a Napoleão Bonaparte. Daí que a terceira invasão surgisse passados poucos meses do regresso a França das tropas da segunda.

O Imperador pretendia, com a terceira invasão, resolver de vez o caso de Portugal. Esta invasão vai ser preparada meticulosamente. Para a comandar, Napoleão escolheu Massena, um general que não conhecia a derrota, apenas tinha alcançado vitórias, daí ser cognominado «filho querido da vitória». Não é de estranhar que esta invasão se compusesse de três corpos, 2º, 6º e 8º, comandados, respectivamente, por Reynier, Ney e Junot, três grandes vultos do exército francês. De salientar que, dois deles, foram generais da segunda invasão e da primeira era um. Por aqui se vê a preocupação que houve ao preparar e organizar a terceira invasão.

Massena pretendia avançar para a cidade de Lisboa, logo em Fevereiro, mas só o fez em Setembro, mais de meio ano depois. Não lhe foi possível antes dessa data, porque as cidades raianas assim o obrigaram. Primeiro, foi o tempo perdido em Astorga e Cidade Rodrigo e, depois, em Almeida.

Depois de conquistarem estas praças e travarem a batalha do Buçaco, apesar de derrotados, continuarão o seu percurso e só se detiveram em frente às fortificações das Linhas de Torres Vedras, porque se sentiram incapazes de lutar contra o exército anglo-luso.

Podemos, portanto, concluir, que houve uma forte correlação entre a demora que ocorreu na fronteira por parte do exército francês e a sua derrota nesta terceira invasão. O tempo que Massena demorou permitiu que se erguessem as Linhas de Torres Vedras, as quais foram construídas para proteger a capital do Reino.

Ao longo do nosso trabalho, procuraremos demonstrar as razões desta causa-efeito do insucesso de Napoleão em território português.

Foi, dúvida, um trabalho feito com muito empenho e carinho, porque, como já dissemos, estamos ligados por laços familiares ao concelho de Almeida, praça por onde se iniciou a terceira invasão francesa.

Sabemos que o tema não se esgota por aqui, até porque estamos a comemorar os duzentos anos das invasões francesas e, certamente, muito se falará sobre o assunto. Mas pensamos que, com este trabalho, também damos o nosso contributo para o seu melhor conhecimento histórico.

Capítulo I

ALMEIDA

1 - Almeida – Espaço geográfico e administrativo

Almeida fica situada na antiga província da Beira Alta, região Centro de Portugal e sub-região da Beira Interior Norte, distrito da Guarda, distando cerca de 50 km desta cidade¹. É limitada a Norte pelo concelho de Castelo Rodrigo, a Este pela Espanha, a Sul pelo Sabugal e a Oeste pela Guarda e Pinhel.

As origens de Almeida remontam ao período dos romanos, quando estes se implantaram na Península Ibérica, por volta do ano 61 antes de

¹ *Enciclopédia Luso-Brasileira*, Lisboa/S.Paulo, Editorial Verbo, 1998, vol. 2, p. 120; *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa/Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, 1936, vol. II, p. 31

Cristo, sendo esta ideia reforçada pelo aparecimento de moedas e restos de cerâmica num lugar conhecido por Enchido da Sarça, daí que se diga também que Almeida terá tido aqui as suas origens, sendo que, talvez tenham sido os mouros a transferi-la para o local onde hoje se situa².

Almeida está integrada na Região de Riba Côa, região que também foi ocupada pelos Túrdulos, como afirma Frei Bernardo de Brito³. Este historiador defende que o nome de Almeida se deve à configuração do terreno, sendo que inicialmente se chamava Talmeyda⁴.

Existem, no entanto, várias versões para a origem do nome de Almeida, mas quase todos os autores afirmam que a palavra Almeida é, sem dúvida, de origem árabe⁵. Provavelmente esta será a opinião mais correcta, pois o prefixo “Al” assim o sugere.

² José Hermano Saraiva, *Lugares Históricos*, Lisboa, Selecções Reader's Digest, 2007, p. 186; José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, p. 47.

³ Frei Bernardo de Brito, *Monarquia Lusitana*, Lisboa, s. e., 1806, Liv. I, cap.XXX, p. 440; José Vilhena de Carvalho, *op. cit.* p. 48.

⁴ Frei Bernardo de Brito, *op. cit.*, Tomo II, cap. XXVII, p. 337; João Marinho dos Santos, *Notícias e Memórias Paroquiais e Setecentistas*, Coimbra, Centro História da Sociedade e da Cultura/Palimage Editores, 2005, p. 48.

⁵ Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, Livraria Editora Mattos Moreira, 1873-1890, p. 145; João Marinho dos Santos, *op. cit.*, p.48.

Almeida foi conquistada aos mouros por Fernando Magno I, rei de Leão e Castela, voltando ao seu domínio em 1071, aquando das lutas entre os filhos do referido monarca⁶.

Foram muitas as lutas entre Portugal e os Reinos vizinhos e, Almeida, ora pertencia a uns, ora a outros. Mas foi no reinado de D. Dinis que Almeida se tornou definitivamente portuguesa, pelo Tratado de Alcanizes, em 1297⁷. Foi também D. Dinis que concedeu o primeiro foral à vila de Almeida⁸.

Actualmente, faz parte da diocese da Guarda, mas esteve anteriormente ligada ao bispado de Cidade Rodrigo, passando depois para o de Lamego, aquando do Cisma do Ocidente, uma vez que Castela aderiu a Avinhão, ao invés de Portugal que ficou fiel ao Papa de Roma⁹. Em 1770, o Papa Clemente IV criou a diocese de Pinhel, onde foi integrada Almeida, mas com a sua extinção, por Leão XIII, Almeida passou para a diocese da Guarda.

Almeida é sede de concelho, sendo este composto por vinte e nove freguesias, a saber: Ade, Aldeia Nova, Amoreira, Azinhal, Cabreira,

⁶ José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, p. 52; João Marinho dos Santos, *op. cit.*, p. 48.

⁷ Rui de Pina, *Crónica de D. Dinis*, Porto, Livraria Civilização, 1945, pp. 208 -216.

⁸ José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, pp. 56 e 57.

⁹ José Vilhena de Carvalho, Viseu, edição do autor, 1973 *Almeida, Subsídios para sua História*, vol. I, p. 13.

Castelo Bom, Castelo Mendo, Freineda, Freixo, Junça, Leolmil, Malhada Sorda, Malpartida, Mesquitela, Mido, Miuzela, Monte Perobolso, Nave de Haver, Parada, Peva, Porto de Ovelha, S. Pedro de Rio Seco, Senouras, Vale de Coelha, Vale da Mula, Valverde, Vilar Formoso¹⁰, (Fig. 1 do Anexo I).

No entanto, nem sempre o concelho de Almeida foi composto por todas estas freguesias. A sua actual jurisdição territorial resulta da aglutinação de três antigos concelhos: Almeida, Castelo Bom e Castelo Mendo, criados na Idade Média. Almeida recebeu a carta de foral em 1296, outorgada por D. Dinis¹¹, e foi reformada em 1510¹², por D. Manuel I. Castelo Bom recebeu foral em 1296 pela mão do mesmo monarca, igualmente reformados em 1510; Castelo Mendo já detinha foral desde 1229, por iniciativa de D. Sancho II, confirmado por D. Dinis, em 1281 e também lhe foi dado foral manuelino, em 1510¹³. O concelho de Castelo Mendo foi extinto em 24 de Outubro de 1855 e as freguesias que o compunham (Azinhal, Peva, Freixo, Mesquitela Monte Perobolso, Ade,

¹⁰ *Enciclopédia Verbo Luso - Brasileira*, Lisboa/S.Paulo, Editorial Verbo, 1998, vol. 2, p. 120; *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa/Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, 1936, vol. II, p. 31; João Marinho dos Santos, *O Concelho de Almeida. Esboço Histórico-Sociológico*, Viseu, Palimage, 2005, pp. 23 e 24.

¹¹ Chancelaria de D. Dinis. In José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, pp. 56 e 57.

¹² José Vilhena de Carvalho, *op. cit.* p. 84; Luís Fernando (direcção de), *Forais Manuelinos*, Beira, edição do autor, 1961, p. 28.

¹³ João Marinho dos Santos, *op. cit.*, p. 83;

Cabreira, Amoreira, Leomil, Mido, Senouras, Aldeia Nova, Parada, Porto Ovelha, Miuzela) foram anexadas ao concelho de Sabugal. Em Dezembro de 1870, passaram a fazer parte do concelho de Almeida, que já era composto por Vale de Coelha, Vale da Mula e Junça, com excepção de Parada, Porto de Ovelha e Miuzela¹⁴. O concelho de Castelo Bom foi abolido com as reformas administrativas liberais em 1834, tendo sido anexado ao concelho de Almeida, conjuntamente com as freguesias de Freineda, Nave de Haver, Naves, S. Pedro de Rio Seco e Vilar Formoso¹⁵. O concelho de Almeida incorpora e perde área administrativa dos concelhos vizinhos. Assim, em 1834, absorve as freguesias de Malpartida, Cinco Vilas e Reigada ao Concelho de Figueira de Figueira de Castelo Rodrigo. Em 1883 anexa as freguesias de Malhada Sorda e Nave de Haver do concelho de Vilar Maior, entretanto extinto. Já em 1895, integra também as freguesias da Miuzela, Parada, Porto Ovelha, do termo do concelho do Sabugal, e Valverde do concelho de Pinhel, mas perde nesse mesmo ano Cinco Vilas e Reigada para o de Figueira de Castelo Rodrigo¹⁶. As actuais freguesias foram integradas no concelho, definitivamente, por Decreto de 12 de Julho de 1895¹⁷.

¹⁴ *Ibidem*; José Vilhena de Carvalho, *op. cit.* p. 15.

¹⁵ *Ibidem*; *Ibidem*.

¹⁶ João Marinho dos Santos, *op. cit.*, p. 27.

¹⁷ José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, p. 15; João Marinho dos Santos, *op. cit.*, p. 27.

Em 1758 a população de Almeida era constituída por 647 fogos. Já em 1798 esse número baixou para 638¹⁸.

Actualmente, e segundo o último censo (2001), a população do concelho de Almeida é de 8.423 habitantes, distribuída por uma área de 518,02 Km²¹⁹, sendo a densidade populacional de 16 habitantes por quilómetro quadrado.

O Centro Histórico de Almeida foi recuperado, tal como o espaço da Antiga Casa da Guarda, situada nas Portas de S. Francisco, tendo sido adaptada para Posto de Turismo. Recuperou-se também o Antigo Picadeiro, onde se realizam provas de equitação e outros eventos.

Recentemente foi também inaugurado o Museu Histórico Militar nas célebres Casamatas. Trata-se dum Museu interactivo, que ocupa sete salas, cada uma com a sua temática, desde as “Origens”, “Idade Média”, “Restauração”, “Guerra Peninsular”, “Lutas Liberais”, e “Grande Guerra”. Há ainda uma sala dedicada às Recriações Históricas entretanto efectuadas nos últimos anos.

Este Museu foi criado pela Câmara Municipal e veio aumentar a oferta cultural e patrimonial da vila.

¹⁸ *Ibidem*, p. 61. Sobre a evolução demográfica da freguesia de Almeida entre 1700 e 1828 ver: João Nunes de Oliveira, *A Beira Alta de 1700 a 1840. Gentes e subsistências*, Viseu: Palimage, 2002, p. 592-595.

¹⁹ João Marinho dos Santos, *op. cit.* pp. 32 e 33.

Quanto às armas de Almeida, estas eram constituídas por um escudo com as armas reais, sendo a coroa destas aberta, como era habitual, e, ao lado a esfera armilar, divisa de D. Manuel I, que foi quem lhe deu este brasão,²⁰. O actual brasão é de ouro, com um castelo vermelho, lavrado e iluminado do primeiro, aberto de azul, a porta altrabada e besentada de prata²¹ (Fig. 2 do Anexo 1).

²⁰ Informação do *sítio* oficial da Câmara Municipal de Almeida; José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, p.19.

²¹ *Ibidem; Ibidem.*

2 - O papel de Almeida como região fronteira desde o século XIV ao XIX

Ao longo dos séculos, Almeida desempenhou um papel importante como região fronteira. Daí que os nossos reis se tivessem preocupado bastante com a sua defesa.

É possível que os árabes tenham construído o castelo no local das actuais ruínas do mesmo, que está situado no ponto mais alto, podendo daí vislumbrar-se toda a paisagem que circunda a Vila. Tratou-se de uma fortificação imponente que sofreu constantes modificações ao longo dos séculos. Sabemos que, entre 1156 e 1190, já existia o castelo²².

Logo no reinado de D. Fernando, o castelo foi restaurado e as muralhas ampliadas. Não podemos esquecer que este rei tentou conquistar a Galiza, ao tempo da sua aliança com o Duque de Lencastre, quando este desejou subir ao trono de Castela. As lutas entre D. Fernando e Castela prosseguiram. Portugal é invadido e Almeida conquistada, bem como outras localidades, e o exército castelhano chega mesmo à cidade de Lisboa. Os dois reinos continuaram em guerra e só o Papa Gregório XI conseguiu que D. Fernando e D. Henrique de Castela estabelecessem a paz, mas

²² Frei Bernardo de Brito, *Crónica de Cister*, Lisboa, s. e., 1720, Livro V, fl. 568.

várias localidades ficaram reféns do Rei de Castela durante três anos, entre elas Almeida, o que revela de forma bem clara a importância estratégica da vila²³.

Foi, portanto, uma vila muito disputada pelos dois Reinos, fazendo quase sempre parte dos tratados para definir a sua posse²⁴.

Mais tarde, na crise de 1383-1385, Almeida fica do lado do Rei de Castela e contra D. João, Mestre de Aviz, conforme nos relata Fernão Lopes²⁵. Foi complicado para D. João de Castela entrar em Portugal. No entanto, fê-lo por duas vezes no ano de 1385. Uma das invasões conduziu o Rei de Castela à Batalha de Aljubarrota, em Agosto de 1385, da qual saiu derrotado. Mas, apesar disso, Almeida continuou na posse dos Castelhanos. E, só mais tarde, foi tomada por D. João I. Fernão Lopes, na *Crónica de D. João I*, não menciona datas, mas apenas descreve o ataque, dizendo mesmo que o Rei português não tinha intenção de conquistar o castelo. No entanto, após certas escaramuças, a propósito da posse de umas colmeias, portugueses e castelhanos acabaram por se defrontar e Almeida passou para a posse de Portugal, em 1386²⁶.

²³ José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, pp. 67 e 68.

²⁴ José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, p. 70.

²⁵ Fernão Lopes, *Crónica de João I*, cap. LXVIII, 1990, vol. I, pp. 133 e 134.

²⁶ Fernão Lopes, *op. cit.*, p. 182, vol.II; José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, p. 73.

Mais tarde, o Rei D. Manuel I foi outro monarca que muito fez em benefício de Almeida, sendo de realçar o facto de aquele Rei ter concedido o novo foral à Vila, outorgado no dia 1 de Junho de 1510²⁷.

Almeida, bem como outras fortalezas que ficavam junto à fronteira, durante a época dos reis da dinastia filipina, caiu em ruínas, pois aqueles monarcas não permitiram a sua reparação, para dificultar a restauração da independência de Portugal. Mas logo que D. João IV toma conta do Reino, rapidamente se apercebe da necessidade de fortificar todos os locais fronteiriços, a fim de prevenir a invasão por parte dos espanhóis.

Na imediata sequência da Restauração, toma-se a decisão de fortificar Almeida à maneira moderna, o que constitui o momento de viragem no destino da Vila, reactualizando de forma drástica a sua condição militar. Com os receios de uma possível reacção de Castela, é ordenada rapidamente a fortificação da vila de Almeida, conforme consta no alvará de concessão de Alcaide a António de Lacerda, em Fevereiro de 1641²⁸.

D. João IV começa por fazer uma reforma militar em todo o território do reino e é com base nessa nova organização militar que é

²⁷ José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, p. 84; Luís Fernando de Carvalho (direcção), *Forais Manuelinos*, Beira, edição do autor, 1961, p. 28.

²⁸ José Vilhena de Carvalho, *As Muralhas de Almeida, sua Construção e Estilo, desfazendo equívocos*, Almeida, Ass. Os Amigos de Almeida, 1993, pp. 7 e 8.

nomeado o 1º. Governador das Armas da Beira, D. Álvaro de Abranches²⁹, que levou para Almeida a sede do seu Quartel-General, determinando para isso que a vila fosse guarnecida de maneira eficaz. O governador preocupou-se, desde logo, com a protecção da Praça para se defender de possíveis ataques dos espanhóis.

É, neste sentido, que se iniciam as obras para a construção da fortaleza de Almeida, cujo processo foi um tanto longo, até mesmo complexo, marcado por ciclos de aceleração e abrandamento dos trabalhos, bem como algumas hesitações. Foi constante a pressão, fruto dos ataques inimigos e também das alterações das técnicas de fortificação e mesmo das técnicas militares, daí que houvesse uma ininterrupta actividade construtora, que apenas acabou quando a sua função defensiva se esgotou.

Com os constantes ataques dos espanhóis, e dado que as obras nem sempre decorriam a um ritmo desejado, surgem queixas. É neste sentido que, em 1648, D. Rodrigo de Castro, Governador de Almeida, faz saber a D. João IV que as peças de artilharia estavam inutilizadas e, portanto, aumentava a dificuldade em manter operacionais os efectivos militares, sentindo-se a «[...] falta da fortificação da praça de Almeida porque em

²⁹ José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, p. 130.

muitas partes se acha ainda sem hum só palmo de parapeito»³⁰. Para remediar o problema, o governador conseguiu, nesse ano, autorização para contrair um empréstimo junto dos «homens de negócio» da província³¹.

Com alguns recuos e avanços, nas obras de fortificação da Praça de Almeida, conforme atrás afirmamos, a verdade é que, entre 1661 e 1676, os trabalhos aceleravam-se e, finalmente, as Portas de S. Francisco foram construídas ou concluídas, enquanto as Portas de Santo António ficaram terminadas entre 1674 e 1676. Atribui-se o remate das obras ao capitão engenheiro Pierre Gardin, o qual tinha sido enviado, em 1660, para as fortificações de Riba Côa³².

Em 1695, uma explosão ocorrida no castelo manuelino afectou o decurso dos trabalhos, obrigando à reconstrução e à redefinição de elementos de uma obra ainda por terminar.

As obras da fortaleza serão concluídas em meados do século XVIII por iniciativa do Conde de Lippe.

³⁰ Margarida Tavares da Conceição, *Da Vila Muralhada à Praça de Guerra*, Livros Horizonte, 2002, p.75.

³¹ *Ibidem*.

³² Margarida Tavares da Conceição, *op. cit.*, p. 77.

Na sequência do «Pacto de Família», aliança feita pelos Bourbons de França, Itália e Espanha,³³ foi determinado por estes países que Portugal fecharia os seus portos a Inglaterra, decisão que o nosso país não aceitou.

A possibilidade de guerra era praticamente inevitável. Se, por um lado, um hipotético alinhamento com a Espanha e a França, aliás, tentado por estas duas potências, implicaria a perda do nosso Ultramar, por outro, a concordância com a Inglaterra traria a hostilidade dos Bourbons. A solução mais lógica seria a neutralidade. No entanto, Portugal não possuía forças, nem por terra nem por mar. O ministro francês Jacques D'Unne vem mesmo a Portugal para obter a participação de Portugal na aliança de França e Espanha, mas o nosso monarca responde que Portugal não é beligerante, mas sim um país moderador³⁴. A França ainda volta a insistir, mas é a ruptura das negociações. Por isso, a França declarou-nos guerra, em 20 de Junho de 1762³⁵, a que Portugal responde no âmbito da chamada Guerra dos Sete Anos.

O exército português encontrava-se completamente desmantelado e sem qualquer organização. É neste contexto que o governo português toma

³³ Joel Serrão (direc. de), *Dicionário da História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1979, vol. I. p. 362; Fortunato de Almeida, *História de Portugal*, Coimbra, edição do autor, 1926, tomo IV, p. 398.

³⁴ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1982, vol. V, p. 57.

³⁵ J. Pereira Sampaio, *História de Portugal*, Porto, Escritório da Empresa Editora, 1899, vol. V, p. 261.

as necessárias medidas. Para isso, contratou o Conde de Lippe, a quem foi confiado o comando supremo das forças armadas e a tarefa de reorganizar o exército português. Logo que chega ao nosso país o Conde de Lippe, a sua preocupação consistiu no levantamento das fortificações, bem como o reconhecimento dos locais mais sensíveis a uma invasão. Mais uma vez era importante a estratégia de Almeida como praça fronteiriça. A guerra veio a ser um facto. Os castelhanos estavam já em Trás-os-Montes³⁶, aos quais os portugueses faziam guerrilhas. Daí que se aguardasse, a qualquer momento, a invasão por Almeida³⁷. Mas era enorme a descoordenação das tarefas e regista-se mesmo um absentismo generalizado de soldados e operários, recusando-se a trabalhar nas obras. Gerou-se um clima de desobediência³⁸. Em finais de Julho, as tropas franco-espanholas entram pela região de Riba-Coa. Dá-se primeiro a rendição de Cidade Rodrigo, seguindo-se a Praça de Almeida, no dia 27 de Agosto³⁹. Pagou-se caro os erros cometidos, pensando que a praça teria capacidade para resistir por muito tempo ao cerco inimigo.

³⁶ J. Pereira Sampaio, *op. cit.*, p. 260.

³⁷ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, p. 61.

³⁸ Margarida Tavares da Conceição, *Da Vila Cercada à Praça de Guerra*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002, p. 91.

³⁹ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, p. 62; José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, p. 196.

No entanto, com o aproximar do Inverno, as coisas complicaram-se para as tropas invasoras e, em 30 de Novembro de 1762, proclamou-se o armistício entre o Conde de Aranda e o Marechal-Conde Lippe, e a paz foi assinada, em 10 de Fevereiro do ano seguinte⁴⁰.

Depois de terminada mais esta campanha contra o nosso País, é mais uma vez posta em evidência a importância da Vila de Almeida, conforme documentos encontrados, alguns anónimos, “Almeida est la Principale ville de cette jurisdiction et la plus Place du Portugal...”⁴¹. Verificamos, por esta citação, que Almeida era considerada a Praça mais forte do Reino.

A população de Almeida sofreu duramente com o conflito militar, como é evidenciado por João Nunes de Oliveira: «A nível de efeitos demográficos, a Guerra dos Sete Anos, ou melhor, a invasão do nosso País pelas tropas franco-espanholas, em Setembro de 1762, não se fez sentir com a gravidade que afectou outras regiões. Só Almeida apresenta sintomas, por sinal bem evidentes, desse conflito, tendo os óbitos crescido 303% e atingido 196 registos no ano de 1762. No ano seguinte (1763) foi a natalidade quem apresentou grandes dificuldades, tendo diminuído 69,7%. Foram baptizadas somente 19 crianças, quando a média era de 62,7. Devido a esta conjuntura, registou-se um forte *déficit* para a vida, tendo os

⁴⁰ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, p. 62; Margarida Tavares da Conceição, *op. cit.*, p. 92.

⁴¹ José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, p. 329.

óbitos ultrapassado, respectivamente em 133 e em 54 registos o número dos baptismos. E um outro indicador que aqui poderá também estar relacionado com a guerra é o número de localidades afectadas por diminuição dos baptismos, contando-se 6 em cada um dos respectivos anos de 1761 e de 1762»⁴².

Anos mais tarde, e já em Fevereiro de 1801, a França declara guerra a Portugal, porque o nosso País não aceitou fechar os portos à Inglaterra. Trata-se da chamada Guerra das Laranjas, e há quem considere tratar-se, de facto, da 1ª invasão francesa, como é o caso do Doutor Pedro Vicente⁴³.

É, neste contexto, que Portugal, mais uma vez, se vê na necessidade de preparar essa guerra, começando mesmo por elaborar um plano de defesa. No entanto, o nosso exército não estava na melhor forma e, felizmente para nós, a paz foi assinada, primeiro com os espanhóis, em 6 de Junho, altura em que perdemos Olivença, e, depois, em 29 de Setembro, com os franceses⁴⁴.

⁴² João Nunes de Oliveira, *op. cit.*, p. 364.

⁴³ *Seminário das Comemorações do Bicentenário da Guerra Peninsular*, organizado pela Câmara Municipal Almeida, em Agosto de 2006.

⁴⁴ Joel Serrão (dir. de), *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, vol III, pp. 201 e 202; José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, pp. 366, 368.

Entre 1801 e 1806, Almeida esteve tranquila. Só em 1807 surge a 1ª invasão francesa. Os franceses são recebidos como amigos e é assim que aquela vila os recebe⁴⁵.

Pelo exposto, podemos afirmar que a importância de Almeida remonta ao início da nacionalidade, tendo esta vila participado em grande parte dos conflitos em que Portugal esteve envolvido. Almeida e Elvas foram consideradas pelo Conde de Lippe como as praças mais importantes para a defesa de Portugal⁴⁶.

3- A Praça Forte de Almeida

Ao longo dos tempos, houve sempre uma grande preocupação com a defesa de Almeida, dada a sua importância estratégica. Tal como já tivemos ocasião de afirmar em capítulos anteriores, foi no tempo de D. Dinis que Almeida se tornou definitivamente portuguesa e data do seu reinado a reparação e ampliação do castelo, bem como as muralhas à sua volta⁴⁷. Já no reinado de D. Fernando, foi restaurada novamente e construída uma

⁴⁵ José Acúrcio das Neves, *História Geral das Invasões Francesas em Portugal e da Restauração deste Reino*, Porto, Edições Afrontamento, 1989, tomo I, p. 236; João Medina (dir.), *História Contemporânea de Portugal*, Lisboa, Multilar, 1990, vol. I, p. 51.

⁴⁶ Nuno Barrento de Lemos Pires e Augusto Monteiro Valente, *Almeida e as Invasões Francesas*, ed. Câmara Municipal Almeida, 2006, p. 20.

⁴⁷ José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, p. 66.

nova cerca. Nos inícios do séc. XVI, no reinado de Manuel I, foi novamente restaurada. Foi também neste reinado que se procedeu à reprodução iconográfica do Castelo de Almeida. Para o efeito aquele monarca ordenou ao escudeiro Duarte de Armas que organizasse o desenho de todas as plantas dos castelos de Portugal, trabalho que veio a ser reunido no livro intitulado *Livro das Fortalezas*. Nele aparecem três estampas do Castelo de Almeida⁴⁸: uma representa a planta baixa; outra, uma vista tirada da banda do Sul; a outra é a da banda do nordeste.

Por estes desenhos, concluímos tratar-se de um importante castelo. As plantas de Duarte de Armas mostram-nos que tinha uma dupla cintura com duas muralhas. A primeira, ou seja, a externa, era mais baixa que a interior e tinha a forma de um trapézio rectangular. Tinha duas torres redondas em cada um dos ângulos, tendo à sua volta um fosso que se transpunha por uma ponte de madeira que atravessava a largura do fosso (Fig.3 e 4 do Anexo I).

A cintura interior era muito mais alta que a exterior, com a torre de menagem em forma de quadrado, conforme Fig. 5 do Anexo I. Desta se avistava toda a vila, bem como o território de bispados de Portugal e de Espanha.

⁴⁸ José Vilhena de Carvalho, *O castelo de Almeida*, Almeida, Câmara Municipal de Almeida, 2006, 2ª. ed., pp. 34, 35, 47 e 48.

Dentro do castelo havia vários armazéns⁴⁹, dois de pequenas dimensões, onde se guardava a pólvora e ainda «um outro grande e terrível armazém de pólvora sem luz nem ventilação alguma...»⁵⁰ (Fig. 6 do Anexo I). Os armazéns eram considerados de má construção, conforme podemos ler em documentos da época, pelo qual podemos ver que eram «todas ellas de huma tão má construção que nem pello menos estão à prova das grandes granadas de 6 polgadas»⁵¹.

Duarte de Armas desenhou uma bela representação iconográfica da praça de Almeida. Por sua vez, eclesiásticos setecentistas deixaram-nos as sugestivas descrições que se seguem.

O padre Carvalho da Costa, na *Corografia Portuguesa*, apresenta a seguinte descrição da praça de Almeida, salientando as duas portas (Fig. 8 do Anexo I).

«He cercada de muros de cantaria com duas portas, a de S. Antonio e a de S. Francisco, e tem huma fortaleza para poente na mayor imminencia da villa com duas torres no primeiro castello. Tem depois deste primeiro castello huma cerca com quatro reductos descortinados, e ponte levadiça,

⁴⁹ José Vilhena de Carvalho, *O castelo de Almeida*, Almeida, Câmara Municipal de Almeida, 2006, 2ª ed. p. 37.; e *Almeida Subsídios para a sua História*, Viseu, edição do autor, 1973, 2ª. Vol. p. 226.

⁵⁰ Doc. Nº 3 do Anexo II.

⁵¹ Doc. Nº 3 do Anexo II.

que cahe sobre huma cava, que a cerca em roda, guarnecida de lages, altura de duas picas: outras duas de vão com suas ladrociras a partes convennientes. Tem outro castello para o poente, chamado a casa de Treição, com outra porta, e ponde levadiça»⁵².

A descrição mais minuciosa de Almeida saiu, entretanto, da pena do Padre Luís Cardoso. Com efeito, o autor do *Dicionário Geográfico*, obra elaborada no reinado de D. João V, e publicada em 1747, informa-nos que na notável vila raiana havia um convento de freiras da Ordem Terceira de S. Francisco, uma Casa da Misericórdia e um Hospital «particular para os militares», sendo este «provido por conta da Fazenda Real»⁵³.

No que concerne ao governo da estrutura militar escreve: «Tem uma famosa vedoria com casa particular, e de boa erecção com hum vedor geral, official mayor, tres commissarios de mostras, oito officiais, um escrivão dos mantimentos, hum guarda-livros, hum continuo, e meirinho, que todos assistem continuamente ao despacho das partes da Fazenda Real na mesma Casa, que he da Coroa, nas horas, e dias determinados pelo regimento, por ser esta villa quase reputada em quanto ao militar por cabeça da província,

⁵² P.º António Carvalho da Costa, *Corografia Portugueza, eDescripçam Topografica do famoso Reyno de Portugal* [...], 2.ª edição, Braga, Typographia de Domingos Gonçalves Gouvea, 1868, Tomo II, cap. XXVIII, pp. 214-215, citado por João Marinho dos Santos, *Notícias e Memórias Paroquiais Setecentistas*, 4, Almeida, Coimbra, CHSC/Palimage, p. 49.

⁵³ João Marinho dos Santos, *Notícias e Memórias...*, p. 51.

aonde ordinariamente assistem os governadores della, e de presente o he o general de batalha Joaõ Dantas da Cunha, proprietario do governo da dita villa, e Praça, pessoa muito abastada de fazenda, e bens, e quasi connaturalizada nella»⁵⁴.

O infatigável padre Luís Cardoso prossegue com esta sugestiva descrição da praça: «He esta villa murada de forte cantaria, e consta a sua fortificação de cinco baluartes regulares com suas cortinas, a que correspondem exteriormente outros tantos rebelins. A muralha he terreplanada com sua estrada para rondas, e suas vermas, fossos e estradas encobertas, explanadas, portas falsas, e tudo o mais necessario à defesa de huma Praça, bem fortificada. Tem duas portas, huma a que chamaõ da Cruz, e outra de Santo Antonio com suas portas levadiças, assim nas interiores, como nas exteriores dos rebelins, que lhe correspondem, e em cada huma dellas entra huma companhia de guarda todos os dias por destacamento do regimento de sua guarnição, e huma companhia de oitenta artelheiros; e assiste nella tambem hum regimento de cavallaria, para cujos alojamentos ha quartéis feitos por conta da Fazenda Real, sem darem oppressão aos moradores; e cavalhariças para os cavallos, por cuja causa he muito abastecida de todo o necessario, e as suas visinhanças ferteis de caça, e muitos gados, que se criaõ, e pastaõ nos seus destrictos».

⁵⁴ *Idem*, p. 54.

Segundo testemunha o célebre corógrafo, Almeida dispunha de uma importante «oficina de guerra» que produzia equipamentos para outras praças: «Ha nesta Praça um trem de artilharia, onde continuamente estão trabalhando muita quantidade de officiaes de serralheiros, ferreiros, armeiros, e carpinteiros em varias obras de fortificação, e artilharia, e nelle se fazem os reparos com toda a arte, de fórma que sendo muito veleiros, bem feitos, e obrados, aturaõ todas as batarias sem quebrarem, como se vio, e experimentou na que se fez na tomada de Ciudad Rodrigo, restaurações de Miranda, e Salvaterra, e na redução de Salamanca na guerra proxima passada; e nelle se obraraõ mais de trezentos carros manchegos, que foraõ remetidos para as reaes obras de Mafra por ordem del-Rey nosso Senhor».

Prosseguindo a descrição em tom elogioso, afirma: «O castelo fica dominando toda a villa. Daqui se avistaõ terras de onze bispados, a saber: de Lamego, Guarda, Coimbra, Viseu, Braga, Miranda, Porto, Coria, Ciudad Rodrigo, Placencia, e Salamanca. Está fundado dentro da villa, que imita a obra antiga delle, que se reedificou ha mais de trinta e cinco annos, por causa de hum rayo que lhe cahio. Tem quatro baluartes, ou cubos, e tem seu fosso: dentro do castello ha várias casas, que servem de armazens de todas as armas, e munições necessarias para se armar um exercito de 300 000 homens, e hum trem de quatorze, ou quinze peças de artilharia de varios calibres, que ha na villa; além de outras muitas mais de que está

provido para sua defesa, em cujo numero se contaõ sete, ou oito castelhanas, que tomámos aos hespanhoes na campanha de Castello Rodrigo. Morteiros de varios polegos, outros de granadas reaes, e de muitos de granadas de mão; como tambem casas para fardas, vestiarias, e roupas dos hospitaes, e boticas: e no meyo delle hum poço de agua nativa muito boa. Está mais no dito castello o armazem de polvora feito a prova de bomba. Os nomes dos baluartes da fortificação da Praça são: Nossa Senhora das Brotas, Santo Antonio, S. Pedro, S. Francisco, S. Joaõ de Deos e Santa Barbara. As armas desta villa são as reaes com huma esfera, e sem imperiaes na coroa».

Segundo este autor, constituíra preocupação de D. João V o armazenamento da pólvora, ordenando obras no sentido de garantir a sua segurança: «Considerando Sua Magestade a ruina, que houve nesta villa, e na de Campo Mayor, mandou fazer tres armazens ligeiros nos baluartes da Praça por sua conta, nos quaes se está trabalhando para no tempo de paz se meter nelles a polvora, e obviar novas ruínas».

Para além do armamento, a sobrevivência da praça dependia do abastecimento, nomeadamente em água. Luís Cardoso dá-nos detalhada conta dos equipamentos adequados ao fornecimento do precioso líquido: «No mesmo sitio [Pedregais] ha uma fonte chamada de Carca com boa agua. Para a parte do nascente ha outra chamada a Trigueira, que fica

visinha da villa de agua excellente e muy saudavel, da qual se provê a villa. Na mesma distancia, para o poente, ha outra fonte novamente feita, chamada a Figueira, que abastece também os moradores: outra ao sul na mesma distancia, a que dão o nome de Guerreira. Ha tambem um chafariz no Poço, e outro distante da villa para o nascente, chamado do Enxido do Poço; e para o poente o chafariz Silveiro. Além destas fontes publicas, a mayor parte das casas tem poços, e ha poucos annos se abriu hum no Terreiro das Freiras, abundantissimo de agua excellente na qualidade, e está sempre aparelhado com baldes, roldanas, e pias, onde bebe a mayor parte da cavallaria.

No fosso ha tambem huma nora com muita agua, e por causa de se fazerem no baluarte de São João de Deos humas casas matas, que ainda não estão acabadas, está ao presente desmanchado outro chafariz, que dava de beber a toda a cavallaria».

Luís Cardoso termina a impressiva representação, acrescentando: «Ha nesta villa outro trem, que serve de recolher madeiras, e outras casas mais para receptaculos das municções de guerra, e atafonas de moer pão em casas separadas»⁵⁵.

Em 1758, o reitor de Almeida não demonstrou tanto engenho para descrever a notável fortaleza da raia. Conforme afirma João Marinho dos

⁵⁵ João Marinho dos Santos, *Notícias e Memórias...*, p. 55-56.

Santos, o reverendo Domingos Cardoso manifesta «dificuldade» na descrição, «devido à complexidade arquitectónica e funcional do equipamento»⁵⁶, dizendo de forma breve: «He sem dúvida, que esta Praça he bem fortificada, e que tem boas muralhas, e contra muralhas e foços, e rebelins, e guritas [sic], e baluartes, e dentro de si hum forte castello, e no mais me refiro ao governo das armas, e ingenheiros, que he da sua obrigação»⁵⁷.

Como já afirmámos em capítulos anteriores, e comprovámos através das descrições apresentadas, Almeida era, ao tempo, uma das principais praças-fortes do País. Cingida por sólidas e altas muralhas, a sua última reconstrução começou no reinado de D. José I, pouco depois dos estragos sofridos pelo cerco de 1762⁵⁸.

Rendem-se nesse ano aos espanhóis, mas, em 1763, volta de novo à nossa posse e, nesse mesmo ano, começam as obras levadas a cabo pelo

⁵⁶ João Marinho dos Santos, *O concelho de Almeida. Esboço Histórico-Sociológico*, CHSC/Palimage, 2005, p. 98

⁵⁷ João Marinho dos Santos, *Notícias e Memórias...*, p. 47

⁵⁸ *Guia de Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, 2ª. ed., vol. 3, p. 965; *Enciclopédia Verbo Luso - Brasileira, Edição Séc. XXI*, Lisboa, Ed. Verbo, Lisboa, 1998, vol. 2, p. 121; José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, p. 23.

Conde de Lippe, por ordens do Marquês de Pombal, que também reorganizou as guarnições⁵⁹.

No reinado seguinte, o de D. Maria I, ainda se procedia a obras, devido não só aos estragos causados pelos bombardeamentos sofridos em 1762, como já dissemos, mas também aos danos motivados pelo mau tempo - «... apesar da solidez do terreno»⁶⁰. Tratava-se então de reforçar a «... Ruína do Baluarte de S. Pedro de Almeida» e fazia-se o orçamento das obras, segundo carta datada de 22 de Novembro de 1788, dirigida ao Visconde de Vila Nova de Cerveira⁶¹.

No ano de 1806, ainda se discutia onde ficaria a pólvora e as munições, embora já estivesse construído um armazém próprio para o seu armazenamento que estava «...pronto à muito tempo para receber o sobredito género sem mais dependência que a de se retilhar para que se ache nelle hum ou dous milheiros de telha»⁶².

Disto nos dá conta um documento datado de 1 de Fevereiro de 1806, dirigido a António Araújo Azevedo e assinado por Florêncio José Correia de Melo, o qual diz que «...o Príncipe Regente Nosso Senhor mandou

⁵⁹ *Guia de Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, 2ª. ed., vol. 3, p. 966; *Enciclopédia Verbo Luso - Brasileira, Edição Século XXI*, Ed. Verbo, Lisboa, 1998, vol. 2, p. 121; José Vilhena de Carvalho, *op.cit.*, p. 23.

⁶⁰ Doc. 2 do Anexo II.

⁶¹ Doc. Nº 2 do Anexo II.

⁶² Doc. Nº 3 do AnexoII.

construir fora da dita Praça... hum Armazém, capas de recolher nelle, a grande quantidade de pólvora necessária para a defesa da mesma Praça»⁶³.

Parece que este armazém não foi utilizado, porque, em 1810, a pólvora ainda se encontrava no interior do castelo, como iremos ver mais adiante.

No tempo da 3ª invasão francesa, e quando os franceses cercaram Almeida, logo após a batalha do Côa, a 24 de Julho de 1810, a praça já tinha a forma que hoje conserva, sendo que se torna evidente e bem visível a sua segurança. Vista do alto, apresenta-se como uma estrela de oito pontas, com um fosso à sua volta, ocupando uma área de 650.000 metros quadrados⁶⁴ (Fig. 7, do Anexo I).

Dentro do fosso e com uma largura que pode ser variável, ficam as suas muralhas, constituídas por grossos paredões erguidos em lanços sucessivos, construídos em granito aparelhado, levemente inclinados, formando um ângulo obtuso.

A cerca é um hexágono, tendo em cada um dos vértices um baluarte⁶⁵. Estes baluartes estendem-se em ângulo obtuso para o exterior. Em número de seis, são conhecidos a partir do Sul, e em sentido retrógrado:

⁶³ Doc. Nº 2 do Anexo II.

⁶⁴ *Enciclopédia Luso - Brasileira, Edição Século XXI*, Lisboa, Ed. Verbo, 1998, p. 121.

⁶⁵ José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, vol. I, p. 24.

Baluarte de S. Pedro, Baluarte de S. Francisco, Baluarte de S. João de Deus, Baluarte de Santa Bárbara, Baluarte de Trem e Baluarte da Bandeira⁶⁶.

Entre cada dois baluartes, situam-se as cortinas, que são os lados dos hexágonos.

É nas cortinas que se situam as duas portas: as Portas de Santa Cruz ou de S. Francisco, viradas a Sudoeste; as Portas de Santo António do lado do Norte (Fig. 8 do Anexo I). Há ainda as portas falsas⁶⁷.

Talvez, por razões de funcionalidade, mas que não deixou de criar polémica, na década de 80, a Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais decidiu fazer um novo acesso à cidadela de Almeida. O local escolhido para a nova porta foi o do eixo do percurso da porterna do Baluarte de S. João de Deus.

No entanto, e segundo algumas opiniões, a opção tomada por aquele lugar parece ter sido a melhor, dado que seria a que menor impacto negativo poderia ter⁶⁸. Posteriormente a Câmara Municipal de Almeida procedeu a obras de reconstituição da imagem da passagem, o que melhorou substancialmente aquele espaço.

⁶⁶ José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, pp. 25 e 26.

⁶⁷ José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, vol. I, pp. 5 e 26.

⁶⁸ João Campos, *Almeida, Portas e Poternas da Praça Forte*, Almeida, ed. Câmara Municipal de Almeida, 2007, p. 86.

Para protecção das cortinas, há na frente de cada um revelim que, à semelhança dos baluartes, remete em triângulo agudo para o exterior. À frente da cortina, onde se encontram as Portas da Cruz, fica o revelim do mesmo nome e, a seguir e ainda em sentido retrógrado, temos o revelim Doble ou do Hospital do Sangue, Revelim do Paiol, Revelim de Santo António, sendo que uma das faces tem as portas do mesmo nome e, por fim, o Revelim da Brecha⁶⁹.

Apenas os revelins de Santo António e da Cruz são atravessados pelas portas com o mesmo nome, sendo que, quer uma, quer outra, são abobadadas à prova de bomba, construídas em túnel, dificultando ou mesmo impedindo a entrada na Praça. Para os visitantes, é notória a relação da cidadela militar com o exterior.

À prova de bomba são também as casamatas situadas no Baluarte de S. João de Deus, que também é conhecido pelo Baluarte do Chafariz. As casamatas foram construídas ao mesmo tempo que as muralhas, no entanto, não com a mesma estrutura que hoje têm. Datam de 1797, conforme inscrição esculpida na fachada principal⁷⁰. Dentro da fortificação, e no seu ponto mais alto, encontram-se as ruínas do castelo⁷¹.

⁶⁹ José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, I vol., p. 31.

⁷⁰ José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, I vol. p. 29.

⁷¹ *Enciclopédia Verbo Luso - Brasileira, Edição Século XXI*, Lisboa, Ed. Verbo, 1998, vol, 2, p. 121.

Como afirmámos atrás, o castelo tinha dupla cintura de muralhas. Tratava-se duma fortaleza dentro doutra fortaleza, mostrando-se difícil a sua conquista pelos franceses que, no mês de Julho de 1810, se propuseram a tomá-lo de assalto.

Ao longo dos tempos, foi sempre muito disputado, quer por portugueses, quer por espanhóis, sempre que havia desavenças entre os dois Países Ibéricos.

Capítulo II

PORTUGAL NO CONTEXTO HISTÓRICO EUROPEU NO SÉC.XIX

No séc. XIX, foram vários os acontecimentos marcantes para a história do nosso País.

É no início deste século que Portugal perde Olivença, parcela do seu território continental, e que até hoje, já passados dois séculos, é ocupada pelos espanhóis, desde 1801. Pelo Tratado de Badajoz,⁷² a vizinha Espanha insiste e consegue ficar com a Praça de Olivença.

⁷²José Ferreira Borges de Castro, *Collecção de Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos celebrados entre a Coroa de Portugal, e as mais Potências...*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1857, Tomo IV, p.130; Joel Serrão, *op. cit.* p. 201; *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa/Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, L^a, s. d., vol. XIX, p. 418.

Apesar de sermos aliados da Espanha contra a França, na Campanha do Rossilhão, os espanhóis fazem as pazes com aquele país, em Basileia, sem que Portugal tenha tido conhecimento.

A Espanha deixa de ser o país mediador dos interesses da Península, e firma um tratado de aliança contra Portugal, acabando por integrar Olivença⁷³. Ao mesmo tempo, Carlos IV exige de nós o abandono da aliança com Inglaterra. A nossa recusa provoca hostilidades que terminam em Badajoz, mas Olivença fica na posse de Espanha.

O nosso País esteve também sujeito, como vimos e iremos continuar a ver, ao vandalismo das invasões francesas, entre 1807 e 1811. Foram três as invasões que destruíram praticamente Portugal.

Entretanto, não nos podemos esquecer do que era na altura a realidade europeia, isto porque, no alvorecer do século XIX, travava-se havia mais de uma década um terrível duelo entre as duas grandes potências europeias: a França e a Inglaterra, dando lugar à “1ª coligação” das nações europeias, em 1793, contra o governo francês da convenção⁷⁴.

⁷³ Ana Cristina Araújo, «Revoltas e Ideologias em conflito durante as Invasões Francesas», in *Revista de História das Ideias*, Coimbra, Faculdade de Letras – Instituto de História e Teoria das Ideias, 1985, vol.7, p. 8.

⁷⁴ Coronel Ferreira Gil, *A Infantaria Portuguesa na Guerra da Península*, Lisboa, ed. Tipografia da Coop. Militar, 1912, 1ª. Parte, p. 4; José A. Vidal (dir. de), *História Universal*, Barcelona, ed. Oceano, 2001, vol. XV, p. 2964.

Tal como os outros estados europeus, Portugal quer fazer parte dessa coligação e, para isso, faz uma coligação com a Espanha, em 15 de Junho, e outra com a Inglaterra, a 26 de Dezembro do mesmo ano de 1793, ficando obrigado por essas convenções a auxiliar militarmente as duas nações na luta contra a França. Ao governo francês da Convenção segue-se o Directório. Prossegue a luta contra a Inglaterra e a França pretende submeter a Áustria⁷⁵ e os exércitos franceses avançam mesmo sobre Viena, obrigando o Arquiduque Carlos a aceitar o armistício e a assinar o Tratado de Campofórmio, a 17 de Outubro de 1797.

Mas é no vale do Rio Pó, com o exército comandado por Napoleão, que a campanha é mais feliz, para o lado francês. Aqui, Napoleão consegue diversas vitórias e chega muito perto de Viena, só não chegando a entrar na cidade, porque, como vimos, foi assinado o Tratado de Paz.

Com todos os notáveis êxitos de Napoleão em Itália, o seu prestígio aumentou, levando-o, por isso, à política e mais tarde ao poder por golpe militar. Napoleão surge como defensor da ordem e da revolução e, mais tarde, ele mesmo irá impor a sua ordem como primeiro cônsul do Império, em 1802. Tinha conquistado a França. Esse era o seu primeiro objectivo.

Mas, apesar de ganhar grandes batalhas, a esquadra francesa é batida em Abukir pelo almirante Nelson, da marinha inglesa. Aliás, a França

⁷⁵ José A. Vidal (dir. de), *op. cit.*, vol. XV, p. 2969.

nunca consegue vitórias no mar contra a Inglaterra. A Grã-Bretanha domina os mares.

Quando o Directório é demitido, em 1799, pelo golpe de estado⁷⁶, Napoleão toma conta do poder, como já referimos. Surge então o Consulado e Napoleão é o primeiro cônsul, tornando-se mais tarde cônsul vitalício⁷⁷.

É durante o Consulado, em 1802, que se assina a Paz de Amiens⁷⁸, pelo que a França o considera o seu obreiro. Esta paz é apenas e só pura ilusão de acordo entre os beligerantes. E assim, em 1803, decorrido um ano, a luta recomeça entre a França e a Inglaterra⁷⁹.

Napoleão vai intensificar a luta contra a Grã-Bretanha e, apesar das suas vitórias no continente, mais uma vez é derrotado por Nelson, em Trafalgar, a 21 de Outubro de 1805⁸⁰, o que se traduziu num rude golpe para a armada francesa.

A Inglaterra continuava a ser a grande senhora dos mares, enquanto a França vencia os austríacos em Ulm e os austro-russos em Austerlitz, povos aliados da Inglaterra, na 2^a e 3^a coligações⁸¹. Napoleão vai também

⁷⁶ José A. Vidal, *op. cit.*, p. 2969.

⁷⁷ *Ibidem.*

⁷⁸ José Hermano Saraiva (dir. de), *História de Portugal*, Lisboa, Alfa, 1983, vol. 5, p. 124.

⁷⁹ *Ibidem.*

⁸⁰ *Ibidem*; José A. Vidal, *op. cit.*, vol. XV, p. 2978.

⁸¹ *Ibidem.*

apoderar-se de Itália, destitui o Rei Fernando IV e coloca no trono seu irmão José Bonaparte.

Depois da vitória sobre os prussianos em Jena, Napoleão entra em Berlim, em 1806, e é nesta cidade, nesse mesmo ano, a 21 de Novembro, que decreta o “Bloqueio Continental”, pelo qual determinava que a Europa fechasse os seus portos aos navios ingleses⁸².

É evidente que Portugal, dada a sua situação geográfica, não podia ficar à margem dos acontecimentos. É um país do litoral com vários portos e faz parte do Continente Europeu, palco destes acontecimentos e onde Napoleão tinha obtido inúmeras vitórias, como já dissemos.

Tendo em conta que Portugal é aliado de Inglaterra há cerca de cinco séculos e que a França nos pressionou, o nosso País teve forçosamente de se decidir por uma das partes. Como era de esperar acabou por se pôr ao lado do seu velho aliado, ou seja, da Inglaterra, desobedecendo a Napoleão e não aceitando o bloqueio.

É neste âmbito que, a 27 de Outubro de 1807, França e Espanha fazem o Tratado de Fontainebleau, pelo qual se aliam os dois países para invadirem Portugal, propondo reparti-lo entre si. Era a consequência de não

⁸²José Hermano Saraiva, *op. cit.*, p. 127; Fortunato de Almeida, *op. cit.*, vol. IV, p. 468; Joel Serrão, *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1979, vol. I p. 349; Nuno Barento de Lemos Pires e Augusto Monteiro Valente, *op. cit.*, p. 17.

termos acatado as determinações do bloqueio continental e, ao contrário, termos preferido ficar fiéis ao nosso velho aliado.

As nossas relações com a França agudizaram-se, mas pusemos a salvo as nossas colónias de além-mar, pois, caso aderíssemos ao bloqueio, a Inglaterra ocuparia o nosso império colonial. Como já afirmámos atrás, perdemos várias parcelas nos três continentes.

Capítulo III

AS INVASÕES FRANCESAS

1 - Antecedentes

Portugal era, há séculos, um aliado do Reino Unido, já o dissemos.

Já mesmo antes da 1ª. Aliança, feita no reinado de D. Fernando, entre o nosso País e a Inglaterra, aparecem sinais de alguma cooperação, segundo alguns autores⁸³.

Logo a seguir, no reinado de D. João I, uma nova aliança surge, pelo Tratado de Windsor, celebrado a 9 de Maio de 1386,⁸⁴ tratado este com carácter de grande importância, que acaba por ser reforçado com o

⁸³ Vitoriano José César, *Invasões Francesas em Portugal*, Lisboa, ed. Tipografia da Cooperativa Militar, 1904, 1ª. Parte. p. 3.

⁸⁴ Vitoriano José César, *op. cit.*, p. 4.

casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre. Desta união irá nascer a Ínclita Geração, que irá ser a impulsionadora dos descobrimentos, período áureo da nossa história.

Também no período da Restauração, no reinado de D. João IV, os soldados ingleses vêm dar apoio à causa portuguesa⁸⁵. Novamente, nesta altura, se estreitam os laços de sangue, quando D. Catarina, filha de D. João IV, casa com Carlos II, rei de Inglaterra⁸⁶.

Vitoriano José César diz, no entanto, que as circunstâncias desta aliança eram muito diferentes das dos tempos passados, porque outrora tratávamos de igual para igual, mas, agora, tivemos de pagar com juros o auxílio inglês à causa da Restauração. O autor afirma mesmo que se pagou com despudorada usura⁸⁷.

Como já anteriormente referimos, os tempos que se seguiram, e ao contrário do que se esperava, não foram de paz, pois Portugal envolveu-se na guerra da sucessão à coroa de Espanha. Primeiro, apoiámos Filipe V, neto de Luís XIV, o legítimo sucessor de Carlos V, fazendo aliança com a Espanha e a França.

A Inglaterra que, tal como nós, apoiava Filipe V, mudou de estratégia e acabou por apoiar o arquiduque Carlos ao trono espanhol,

⁸⁵ *Ibidem.*

⁸⁶ *Ibidem.*

⁸⁷ *Ibidem.*

arrastando o nosso País a seguir o seu exemplo, daí o nosso envolvimento nessa contenda que foi desastrosa para Portugal. Fomos obrigados a assinar o Tratado de Utreque, que pôs termo à da Guerra da Sucessão, e Filipe V manteve-se no trono.

Mas vejamos como tudo se passa.

A Inglaterra e a França eram países inimigos de longa data, daí que este último achasse que, a melhor maneira de arrasar os ingleses, seria fechar os portos da Península Ibérica. A França faz com Carlos III de Espanha o Pacto de Família e, em virtude deste, a Espanha fecha mesmo os seus portos à Inglaterra, exigindo que Portugal faça o mesmo, mas o nosso País responde com firmeza ao ultimato francês, através de D. Luís da Cunha, nosso Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Quando os embaixadores de Espanha e França comunicam a D. Luís da Cunha que tem apenas 4 dias para entrar na aliança com a Inglaterra, o nosso país recusa peremptoriamente, dizendo: «... Que tendo com a Coroa de Inglaterra antigas e por tantos anos não interrompidas alianças puramente defensivas, e não havendo a Coroa de Portugal da parte de Inglaterra alguma immediata offensa, que legitime Sua dita Majestade a transgredir os mesmos tratados, viria na infracção d'elles a offender a

religião e fidelidade e o decoro que são inseparáveis do espírito da mesma Majestade Fidelíssima...»⁸⁸.

De seguida, há praticamente uma declaração de guerra, pois os nossos embaixadores abandonam as conversações. É então que o Marquês de Pombal, Ministro de D. José, na eminência duma possível guerra, chama o Conde de Lippe para reorganizar e comandar o nosso exército, conforme já falámos em capítulo anterior, solicitando ao mesmo tempo a Inglaterra ajuda com soldados e oficiais.

Mas esta campanha de 1762 mostrou que o nosso exército não estava preparado para enfrentar esta guerra. Felizmente para nós, a guerra terminou. Mas as coisas também não correram bem à Espanha, pois falharam as suas tentativas contra o nosso país, graças ao plano do Conde de Lippe e também à inoperância do Marquês de Sarria e do seu sucessor, o Conde de Aranda⁸⁹.

Depois de concluída a paz, em 7 de Março de 1763, o Conde de Lippe deixa o nosso País, mas, graças à sua acção e com a determinação do Marquês de Pombal, o nosso exército ficou ao nível dos melhores da Europa, conforme afirma Pinheiro Chagas⁹⁰.

⁸⁸ Vitoriano José César, *op. cit.*, 1ª parte, p. 6.

⁸⁹ Vitoriano José César, *op. cit.*, p. 8 ; Manuel Pinheiro Chagas, *História de Portugal*, Lisboa, Empresa História de Portugal Soc. Editora, 1899 – 1927, vol. V, p. 44.

⁹⁰ Manuel Pinheiro Chagas, *op. cit.*, p. 51; Vitoriano José César, *op. cit.* p. 49.

Com a morte de D. José e o afastamento do Marquês de Pombal, as instituições militares decaíram e houve mesmo reacção contra as disposições tomadas anteriormente e, uma vez mais, foi descurada a instrução e disciplina do exército, daí não ser conveniente entrar em novas aventuras.

Mas, eis que surge a Revolução Francesa, em 1789, e Luís XVI e sua esposa Maria Antonieta são assassinados, e toda a realeza europeia fica apreensiva, resolvendo fazer uma aliança liderada pela Inglaterra, país nosso aliado, como é sabido. E assim, mais uma vez, fomos arrastados para uma guerra que não era nossa.

Portugal vai participar na campanha ao lado de Espanha, que também fazia parte da aliança acima mencionada, liderada pela Inglaterra, como já referimos, e os Países Ibéricos invadem a França através dos Pirinéus. Somos, no entanto, obrigados a abandonar aquele país, depois de termos sido batidos.

Outro desaire aconteceu com a nossa esquadra enviada para bloquear os portos de França e comandada por José Sanches de Brito para se juntar aos navios ingleses, mas é obrigada a regressar, devido a uma epidemia.

São vários os desastres sofridos nessa campanha e, pior ainda, a França e a Espanha assinam a Paz de Basileia, em 22 de Julho de 1795, sem que o nosso País tenha estado representado⁹¹.

Como aliado da Inglaterra, Portugal continuou a luta contra a França, e a Espanha, agora, ao lado dos franceses, forçaram-nos a pôr em causa a aliança com Inglaterra.

Já com Napoleão no poder, este vai aniquilar a Inglaterra, decretando o Bloqueio Continental, a 21 de Novembro de 1806, para encerrar os portos europeus à Grã-Bretanha. Portugal, em posição dúbia, e apesar de ter estado ao lado de Inglaterra, tentava mostrar-se neutral perante a França, alegando que procedia só e apenas como potência auxiliar⁹². É evidente que, lutando primeiro ao lado da Espanha e da Grã – Bretanha, depois apenas com este país, a França só nos podia considerar como país inimigo.

Portugal tenta por todos os meios convencer a França da nossa neutralidade, chegando mesmo a proibir os nossos marinheiros a cometer qualquer represália contra os navios franceses.

⁹¹ Vitoriano José César, *op. cit.*, p. 10; José Costa Pereira (Coordenação de), *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, Lisboa, Selecções do Reader's Digest, SA, 1985, vol. I, p. 65; Manuel Pinheiro Chagas, *op. cit.*, p. 405.

⁹² Vitoriano José César, *op. cit.*, pp. 10 e 11; Manuel Pinheiro Chagas, *op. cit.*, p. 405.

A própria Espanha, depois do tratado de Paz de Basileia, começa a fazer a política da França, e as suas tropas concentram-se junto às fronteiras portuguesas de Badajoz e da Galiza⁹³.

Por outro lado, a nossa preocupação será ainda maior depois que a Espanha declarou guerra à Inglaterra, em Outubro de 1796, daí que, mais uma vez, pedíssemos ajuda ao nosso aliado de sempre, a Grã-Bretanha, mas a sua resposta não foi positiva.

Como Portugal não acedia às exigências da França e da Espanha, ou seja, o abandono da nossa aliança com a Inglaterra, aqueles países fazem uma convenção secreta, pela qual dividiam Portugal entre si e obrigaram o nosso embaixador a deixar aquele país dentro de 24 horas⁹⁴. Tudo era fruto duma política dúbia de Portugal, querendo, por um lado, manter a aliança com a Inglaterra, por outro, não hostilizar a França.

Com a ameaça duma invasão, o nosso País insiste, mais uma vez, junto de Inglaterra, para que nos auxilie, a qual finalmente nos envia um exército composto de 6.000 homens, comandados pelo marechal de campo Sir Charles Stewart, que chega a Lisboa a 21 de Junho de 1797⁹⁵.

Mas Portugal reconhece que a ajuda de Inglaterra era pouco eficaz e envia a Paris o nosso embaixador da Holanda, António de Araújo, a fim de

⁹³ Manuel Pinheiro Chagas, *op. cit.*, p. 412; Vitoriano José César, *op. cit.*, p. 11.

⁹⁴ Manuel Pinheiro Chagas, *op. cit.*, p. 415; Vitoriano José César, *op. cit.*, p. 10.

⁹⁵ *Ibidem*; Vitoriano José César, *op. cit.*, p. 11.

negociar a paz, o que consegue, a 10 de Agosto de 1797, mediante o pagamento de 1.600 contos de reis⁹⁶. Logo que o governo britânico tomou conhecimento de tal facto, fez tal pressão sobre Portugal que o tratado acabou por não ser ratificado e, como consequência, António Araújo acaba por ser detido.

O comportamento de Portugal acabou por irritar Napoleão, ao saber que os portugueses tinham enviado uma esquadra para ajudar Nelson, quando este atacou e venceu os franceses em Abukir. Apesar dos portugueses não chegarem a tempo de combater, acabaram por tomar parte no bloqueio de Malta. Napoleão chega mesmo a dizer numa das suas ordens de serviço: «tempo virá em que a Nação Portuguesa pagará com lágrimas de sangue o ultraje que está fazendo à Nação Francês».⁹⁷ Portugal era, pois, o bode expiatório das rivalidades entre a França e a Inglaterra que, conforme já constatámos, vinham de longe. «A verdadeira guerra trava-se entre a França e a Inglaterra e ambas estavam interessadas no domínio da Península Ibérica»⁹⁸.

Como já vimos, e revendo aquilo que se passou ao longo dos anos, podemos concluir que a nossa aliança de há séculos com a Inglaterra foi

⁹⁶ Manuel Pinheiro Chagas, *op. cit.*, p. 415; Vitoriano José César, *op. cit.*, p. 11.

⁹⁷ Manuel Pinheiro Chagas, *op. cit.*, p. 437; Vitoriano José César, *op. cit.*, p. 12.

⁹⁸ António Pires Nunes, *Nova História Militar de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, liv. 3 p. 129.

decisiva para a guerra em que nos envolvemos com a França. Somos arrastados para a política da Grã-Bretanha e confiamos cegamente na sua ajuda. Não fomos, portanto, apenas vítimas da ambição de Napoleão.

Desde há muito tempo que a política adoptada pelo nosso país contribuíra seguramente para a situação em que nos achávamos no ano de 1807, no tempo em que Napoleão conseguiu vitórias em toda a Europa. Apenas faltava dominar Portugal. É neste contexto que França e Espanha aliadas preparam a 1ª invasão a Portugal.

Podemos, portanto, afirmar que, por diversas vezes na nossa história, nos encontrámos no centro das divergências entre França e Inglaterra e as consequências são sempre más para o nosso país.

Circunstâncias políticas ocorridas no século XVIII obrigaram Portugal a entrar nos principais conflitos do Continente Europeu, não por sua vontade, mas porque a conjuntura a isso obrigou. O facto de participar nessas guerras levou o nosso País a preocupar-se com o aparelho militar, preocupação essa que esmorece sempre que há um período de paz.

2 – Tratado de Fontainebleau

A França, tal como anteriormente afirmámos, era vencedora no continente europeu, com Napoleão a ganhar as batalhas de Ulm, Austerlix e Iena, mas não conseguindo abater a Inglaterra, pois esta era líder nos mares.

É então que Napoleão tenta outro recurso para aniquilar a Grã Bretanha, único país que não se dá por vencido. Napoleão tinha acabado de chegar a Berlim e é dessa cidade que vai decretar, em 21 de Novembro de 1806, o Bloqueio Continental. Era uma maneira de dominar a Inglaterra, isto é, arruinar-lhe o comércio, com a exclusão de todas as transacções comerciais, base de todo o poderio inglês.

A Espanha cumpre escrupulosamente as disposições do bloqueio, alia-se à França e assina, a 27 de Outubro de 1808, o Tratado de Fontainebleau, comprometendo-se a cooperar com Napoleão, na invasão a Portugal, dividindo o seu território entre aqueles dois países, o qual deixaria de ser um país independente. Assim, dois dias depois, a 29 do mesmo mês, será confirmado o referido Tratado. Foi assinado pelo

Marechal Duroc, pelo lado da França, e, como representante da Espanha, Eugénio Esquierdo⁹⁹.

No tratado franco-espanhol, os dois países enumeram em sete artigos as condições para a conquista do nosso País.

No artigo I, estipulava-se que 25.000 homens de infantaria e 3.000 de cavalaria do exército francês entrassem em Espanha, dirigindo-se directamente para Lisboa. Já em Espanha, a este exército juntar-se-iam mais 8.000 homens de infantaria e 3.000 de cavalaria e ainda 30 peças de artilharia. Ainda por este artigo, o Norte de Portugal formaria a «a Lusitânia Setentrional», constituída pela província de Entre Douro e Minho, com a cidade do Porto. Este Reino seria entregue ao rei da Etrúria, passando a usar o título do rei da Lusitânia Setentrional, como compensação pela cedência daquele Reino¹⁰⁰.

Quanto ao artigo II, este dizia que 10.000 espanhóis tomavam as províncias de Entre Douro e Minho e Douro com a cidade do Porto. Outra divisão de 6000 homens, também espanhola, iria para o Alentejo e o Reino dos Algarves. Alentejo e Algarve seriam entregues a Manuel Godoy,

⁹⁹ Vitoriano José César, *op. cit.*, p. 23; Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, p. 157.

¹⁰⁰ José Acúrcio das Neves, *História Geral das Invasões Francesas em Portugal e da Restauração deste Reino*, Porto, 1989, vol. I, p. 207; José Ferreira de Castro, *Tratados, Convenções, contratos e actos públicos...*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1857, vol. 4, pp. 531 e 532.; Coronel Faria Gil, *op. cit.*, pp.158 e 159.

cognominado, Príncipe da Paz, que ficaria com o título de Príncipe dos Algarves¹⁰¹.

As Províncias da Beira, Trás-os-Montes e Estremadura, por agora não eram atribuídas, ficando para quando se celebrasse a paz, conforme determinava o artigo III do Tratado¹⁰².

Os artigos IV, V e VI determinavam qual o modo de sucessão do Rei da Etrúria que, com o Príncipe da Paz, ficariam com o reino da Lusitânia Setentrional e o Principado dos Algarves, que, segundo as leis da sucessão estavam na Família Real Espanhola, sendo que o Rei de Espanha fazia investidura no Reino e no Principado, no caso de não haver descendentes ou herdeiros legítimos¹⁰³.

O artigo VII estabelecia que os dois reinos reconheciam como seu protector Sua Majestade Católica e não podiam fazer a paz ou a guerra sem o seu consentimento¹⁰⁴.

Mas Portugal não era só o território do espaço europeu, limitado a Norte e Este pela Espanha e a Sul e Oeste pelo Atlântico. Era muito mais que esse pedaço de terra. Tinha as colónias que eram apetecíveis e, por isso,

¹⁰¹ José Acúrcio das Neves, *op. cit.*, p. 208; Coronel Faria Gil, *op. cit.*, p.158; Damião Peres, *op. cit.*, p. 320.

¹⁰² José Acúrcio das Neves, *op. cit.*, p. 208; Damião Peres, *op. cit.*, p. 318.

¹⁰³ *Ibidem; Ibidem.*

¹⁰⁴ *Ibidem; Ibidem.*

deviam também ser repartidas pelos dois países, Espanha e França, tal como dizia o artigo X¹⁰⁵.

Havia ainda o artigo XIV, no qual se dizia que «o presente tratado será secreto»¹⁰⁶.

Napoleão preparava-se, assim e simultaneamente, para usurpar os tronos de Portugal, Espanha e Etrúria. Para isso, servir-se-ia da Espanha. E como? Pelo Tratado de Fontainebleau, Napoleão atravessaria a Espanha para chegar a Portugal, dispondo ainda de mais 27.000 homens destinados a invadir o nosso País, aos quais se juntariam mais 40.000 soldados espanhóis, o que diminuiria de maneira significativa o poderio militar espanhol no seu próprio país, ao mesmo tempo que ia aproveitando as intrigas que existiam na coroa espanhola, levando ao desentendimento entre Carlos IV e o seu filho Fernando VII. Depois, o pai vai abdicar a favor do seu filho, Napoleão acaba por destronar os dois, apodera-se do trono e coloca como Rei de Espanha seu irmão José Bonaparte¹⁰⁷.

Ao mesmo tempo, Napoleão acaba também por se apoderar da Etrúria, reino que tinha sido oferecido ao filho do Duque de Parma, casado com uma Infanta de Espanha, também ela filha de Carlos IV, em troca da

¹⁰⁵ *Ibidem; Ibidem.*

¹⁰⁶ Cristóvão Aires de Magalhães Sepúlveda, Lisboa, Imprensa Nacional, 1932, *História Orgânica Política do Exército Português*, Coimbra, 1932, vol. VII, pp. 99 -111.

¹⁰⁷ Joel Serrão, *op. cit.*, vol. III, p. 4; José Acúrcio das Neves, *op. cit.*, pp. 385 e 393.

restituição da Luisiana, que a França ocupara em 180¹⁰⁸. Como recompensa para abandonar a Etrúria, a Infanta de Espanha receberia a Lusitânia, isto é, a parte de Portugal que compreendia os territórios situados nas províncias de entre Douro e Minho.

Assim, e resumindo, pelo Tratado de Fontainebleau, Manuel Godoy, também chamado o Príncipe da Paz, e ministro de Carlos IV, ficaria com o reino do Algarve que era constituído pelas províncias do Alentejo e Algarve. A Lusitânia, como já referimos, constituída pelos territórios de Entre Douro e Minho ficaria para a rainha regente da Etrúria, sendo que Carlos IV seria o Imperador das Astúrias, pois as colónias portuguesas naquele continente fariam parte do seu império¹⁰⁹.

O Centro de Portugal ficava em poder da Casa Real de Bragança, mas sob a soberania de Espanha, para mais tarde ser negociado¹¹⁰.

¹⁰⁸ *Ibidem*; José Acúrcio das Neves, *op. cit.* vol. 1, p. 205.

¹⁰⁹ José Acúrcio das Neves, *op. cit.*, vol., I, p. 210; Joel Serrão, *op. cit.*, vol. III, p. 54.

¹¹⁰ José Acúrcio das Neves, *op. cit.*, vol., p. 208; *Ibidem*.

3 – A Primeira Invasão Francesa

É num estado de fragilidade, quer do exército, quer da classe política, que surge a 1ª invasão francesa, melhor dizendo, franco-espanhola, pois tratava-se de uma invasão feita por militares dos exércitos dos dois países.

Antes mesmo do Tratado de Fontainebleau ratificado pela França e Espanha, em 27 de Outubro de 1807, e pelo qual Portugal era repartido pelos dois países, conforme ficou dito, Napoleão determinou que se organizasse o exército da Gironda, concentrado em Baiona, nos meses de Agosto e Setembro de 1807. Comandava este exército Junot, que fora embaixador de França em Portugal ¹¹¹.

Mesmo antes de entrar em Portugal, Junot, em 17 de Novembro de 1807, no quartel-general em Alcântara, dirige aos portugueses uma declaração, na qual afirma entrar no nosso País apenas e só para combater os ingleses¹¹².

Como já dissemos, Napoleão concentrou em Baiona as forças francesas confiadas a Junot para a invasão. Contava também com a ajuda

¹¹¹ Vitoriano José César, *op. cit.*, p. 24; Manuel Pinheiro Chagas, *op. cit.*, p. 506.

¹¹² João Medina (dir. de), *História Contemporânea de Portugal*, Lisboa, Multilar, Edição, Promoção e Distribuição, 1984, vol. I, p. 45; Coronel Faria Gil, *op. cit.*, 1ª. parte, p. 184; Vitoriano José César, *op. cit.*, p. 32.

de 3 corpos militares espanhóis. O exército francês era composto por três divisões de infantaria e uma divisão de cavalaria. No total, seriam cerca de 27.500 soldados que chegam a Portugal debaixo dum rigoroso Inverno, tendo já passado por grandes sacrifícios e privações¹¹³. É um exército que, batido pela invernia, chega a Lisboa em estado deplorável, mas que, apesar disso, não encontra qualquer oposição nesta cidade, como já havia acontecido ao longo de todo o percurso.

Muitos dos seus soldados estavam doentes e abatidos, sendo que o exército de Junot estava desmoralizado, fatigado, desgastado pela invernia e pelos caminhos pedregosos¹¹⁴. Mas, ao chegarem a Lisboa, os soldados franceses encontraram o paraíso. A ocupação da capital fez-se sem qualquer resistência.

Entretanto, a Família Real já tinha embarcado em direcção ao Brasil, Junot ainda pode avistar os navios que a transportava, escoltados por uma esquadra inglesa, tendo feito tudo para a alcançar, mas sem resultado¹¹⁵. É então que Junot, mais uma vez, se dirige aos portugueses, anunciando que

¹¹³ João Medina, *op. cit.*, p. 46; Manuel Pinheiro Chagas, *op. cit.*, pp. 502 e 506.

¹¹⁴ Raul Brandão, *El-Rei Junot*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1982. pp. 55 e 56; Manuel Pinheiro Chagas, *op. cit.*, pp. 510 e 511.; João Medina, *op. cit.*, p. 48; Coronel Faria Gil, *op. cit.*, p.184.

¹¹⁵ Coronel Faria Gil, *op. cit.*, p. 184.

os vem proteger: «... O grande Napoleão, meu amo envia-me para vos proteger, eu vou vos proteger»¹¹⁶.

Muito se tem falado acerca da partida da Família Real para o Brasil. Não iremos entrar em grandes pormenores. Apenas teceremos algumas considerações sobre o assunto. São várias as teorias sobre esta matéria.

Uns afirmam tratar-se duma fuga e cobardia do Regente, abandonando o seu País e os seus súbditos à sua sorte. Mas há outros que, pelo contrário, defendem D. João VI, considerando o monarca de «grande sabedoria política»¹¹⁷. Por um lado, evitou ser detido, o que o obrigaria a abdicar do trono, mantendo, por isso, ao mesmo tempo, o nosso país independente, sendo que, para evitar represálias ao seu povo, aconselhava a receber bem os franceses.

Com o seu gesto, o Príncipe Regente malogrou os objectivos de Napoleão. D. João VI, ainda Regente, governava em substituição de sua mãe, D. Maria I, que estava louca; fica assim livre de quaisquer pressões do estrangeiro e pode governar livremente no Brasil.

Piteira Santos considera que o monarca, ao tomar a atitude de instalar a corte no Rio de Janeiro, o fez por razões de estratégia política¹¹⁸. Pela

¹¹⁶ João Medina (dir. de), *op. cit.*, p. 48.

¹¹⁷ Ana Cristina Araújo, in *Jornal Público*, Suplemento Público 2 de 18 de Novembro de 2007, artigo de Miguel Queirós.

¹¹⁸ João Medina (dir. de), *op. cit.*, p. 51.

nossa parte, e na nossa modesta opinião, concordamos, quando se diz que a atitude do monarca foi concertada de modo a defender o trono e a independência de Portugal.

D. João VI, com a sua ida para o Brasil, estabelecendo aí a sede do Estado, estimula a criação de novas infra-estruturas, contribuindo decisivamente para o seu desenvolvimento, acelerando a sua independência¹¹⁹, embora, muitas vezes, naquele país não seja hoje dada a melhor imagem do monarca.

Antes da sua partida para o Brasil, D. João VI fez uma declaração ao País, comunicando a sua partida e nomeando uma regência para governar o Reino¹²⁰. A Regência era composta pelo Marquês de Abrantes, Tenente General Francisco da Cunha Mendes, Principal Castro, Pedro de Melo Breyner, Tenente General Francisco Xavier de Noronha e Conde de Castro¹²¹.

Como já dissemos, Junot chega a Lisboa, não encontrando qualquer resistência, instalando-se como se estivesse na sua própria casa, em nome de Sua Majestade o Imperador dos Franceses. De acordo com o tratado

¹¹⁹Maria Cândida Proença, *A Independência do Brasil*, Lisboa, Colibri, 1999.

¹²⁰José Hermano Saraiva, *op. cit.*, p. 135; João Medina, *op. cit.*, p. 48.

¹²¹*Ibidem*; João Medina, *op. cit.*, pp. 48-50.

entre a França e a Espanha, as tropas espanholas chegaram a Évora sob o comando de Solano e ao Porto comandadas por Tarranco, em Dezembro¹²².

Conforme já afirmámos a 1ª invasão foi fruto do acordo franco-espanhol, mas foi amizade que durou pouco tempo.

Napoleão manda novos contingentes, sob o pretexto de facilitar as comunicações entre a França e Portugal. O artigo 6º do Tratado de Fontainebleau permitia a entrada em Espanha de 40.000 homens de tropas francesas, mas este número foi excedido e Napoleão não o comunicou ao governo espanhol. Por outro lado, as tropas espanholas, estacionadas em Elvas e Setúbal, foram substituídas por contingentes franceses¹²³.

Com a chegada de tantas tropas francesas, o povo espanhol sobressalta-se. O descontentamento alastra a todo o país, ainda mais quando a família real espanhola é aconselhada por Godoy, para se refugiar na América. O partido do Príncipe Fernando empurra o povo para a revolta, que impede a partida da família real.

Carlos IV abdica a favor do seu filho Fernando VII e o Príncipe da Paz, Manuel Godoy, é preso¹²⁴.

¹²² Vitoriano José César, *op. cit.*, 1º. vol, p. 53.

¹²³ Vitoriano José César, *op. cit.*, p. 62; Cristóvão Aires de Magalhães, *op. cit.*, vol. XVII, pp. 45e 46.

¹²⁴ Vitoriano José César, *op. cit.*, pp. 60 e 61; José Acúrcio das Neves, *op. cit.*, vol, I, pp. 385 e 393.

A insurreição estende-se a Madrid, o que leva Murat a avançar sobre esta cidade. Como já atrás se viu, Carlos IV e Fernando VII pedem ajuda a Napoleão, mas este retira a coroa a ambos e oferece-a ao seu irmão José Bonaparte¹²⁵.

Murat reprime a revolta com muita violência, o que provoca ainda mais revoltas, formando-se em todo o país juntas de resistência, mostrando claramente todo o ódio aos franceses¹²⁶. Toda esta insurreição espanhola vai levar à ocupação da Espanha por Napoleão, conforme Fig. 9 do Anexo I.

Mais uma vez a sua ambição será satisfeita, porque mais um país ficará sob a alçada da França, agora com José Bonaparte como Rei. Todo este estado de coisas que aconteceram em Espanha viria a reflectir-se em Portugal. E, no nosso País, as relações com os franceses não são amistosas. Por outro lado, não esqueçamos que há uma esquadra britânica a bloquear Lisboa, onde está Junot¹²⁷.

¹²⁵ Vitoriano José César, *op. cit.*, pp. 61 e 62; Joel Serrão, *op. cit.*, vol. V, pp. 48 e 49; José Acúrcio das Neves, *op. cit.*, vol. I, pp. 385 e 393.

¹²⁶ Vitoriano José César, *op. cit.*, p. 62.

¹²⁷ José Acúrcio das Neves, *op. cit.*, vol. 2, p. 385; Manuel Pinheiro Chagas, *op. cit.*; vol. VII, p. 528; *Revista Militar*, nº. 20, vol. 12, 1977, p. 558, artigo do General João Paiva de Faria Leite Brandão.

O Porto revolta-se a 6 de Junho, Bragança a 11, Beja e Barcelos seguem o exemplo, bem como outras terras por todo o País, não deixando sossegados os franceses¹²⁸.

Em 17 do mesmo mês, o general francês Loison (O Maneta), que estava em Almeida com as suas tropas, sai para submeter o Norte, conforme ordens recebidas de Junot¹²⁹.

Coimbra também se revolta e, embora as suas forças fossem diminutas, um grupo de estudantes resolve seguir para a Figueira da Foz, o qual, ao longo do percurso, será reforçado por populares e alguns militares¹³⁰. Dividiram-se em dois grupos – um seguia pela margem direita do Mondego e o outro pela margem esquerda, encontrando-se depois de Montemor – o – Velho.

Como vimos, as revoltas surgem por todo o País e a Inglaterra aproveita essa efervescência e manda 9.000 homens para nos ajudar, comandados por Artur Wellesley, desembarcando a 1 de Agosto, em Lavos, próximo da Figueira da Foz¹³¹. Bernardim Freire de Andrade, comandante

¹²⁸ Vitoriano José César, *op. cit.*, p. 66; Manuel Pinheiro Chagas, *op. cit.*, p. 584; João Medina, *op. cit.*, p. 141;

¹²⁹ Vitoriano José César, *op. cit.* p. 67; Manuel Pinheiro Chagas, *op. cit.*, p. 584.

¹³⁰ Vitoriano José César, *op. cit.*, p. 68; Manuel Pinheiro Chagas, *op. cit.*, 585.

¹³¹ José Acúrcio das Neves, *op. cit.*, p. 385; João Medina, *op. cit.*, p. 55; José Hermano Saraiva, *op. cit.*, p. 139; Damião Peres, *História de Portugal*, Barcelos, Portucalense Editora, 1934, *História de Portugal*, vol. VI, p. 337.

das tropas portuguesas, reúne-se em Montemor-o-Velho a Wellesley, mas os pontos de vista dos dois são diferentes. Bernardim não concorda com os planos do comandante inglês¹³².

Apesar de tudo, as tropas portuguesas e inglesas comandadas por Artur Wellesley, nas colinas da Roliça, enfrentam o destacamento de Delaborde que se viu forçado a retirar, depois de ser batido em 17 de Agosto¹³³.

Após este combate, a 21 de Agosto, novo confronto, a conhecida batalha do Vimeiro, onde os anglo-lusos se batem heroicamente e afastam os franceses. O exército de ingleses e portugueses sai vitorioso e é extremamente importante, porque levanta a moral e o ânimo das tropas¹³⁴.

Junot, após a derrota sofrida, abandona o campo de batalha e, no dia seguinte, dia 22 de Agosto, reúne com os generais Delarborde, Loison, Vellerman, Thiébault, Taciél, com o coronel de engenharia Vincent e o coordenador em chefe Troussel e formam um conselho de guerra, no qual foi determinado entrar em negociações com portugueses e ingleses para

¹³² José Hermano Saraiva, *op. cit.*, vol. V, p. 139; Damião Peres, *op. cit.*, p. 337; Coronel Faria Gil, *op. cit.*, p. 311.

¹³³ José Hermano Saraiva, *op. cit.*, p. 140; Damião Peres, *op. cit.*, p. 337; João Medina, *op. cit.*, p. 55.

¹³⁴ Damião Peres, *op. cit.*, p. 338; José Hermano Saraiva, *op. cit.*, p. 140; Vitoriano José César, *op. cit.*, p. 127.

suspensão das hostilidades e poder retirar do nosso país¹³⁵. Wellesley, pelo lado inglês e Kerllerman pela França acordam entre si a suspensão dos combates e, a 30 de Agosto, o mesmo Kerllerman e o plenipotenciário major britânico George Murray, firmam a Convenção de Sintra¹³⁶.

Esta Convenção, assinada a 30 de Agosto de 1808, compreendia vinte e dois artigos. Nas negociações desta Convenção, estiveram presentes só representantes ingleses e franceses, ficando de fora os portugueses, o que originou protestos por parte do nosso país, nomeadamente pessoas como Bernardim Freire de Andrade que também tinha estado no campo de batalha, ao lado das tropas inglesas¹³⁷.

Bernardim Freire de Andrade protestou, afirmando que o «tratado é falto da contemplação que é devida a Sua Alteza Real o Príncipe, e Governo que o representa; porque pode ser injurioso à autoridade do soberano, e independência deste Governo»¹³⁸. Os franceses saíram carregados com as pilhagens que por cá praticaram, algumas das quais de avultado valor.

¹³⁵ Vitoriano José César, *op. cit.* p. 139; José Hermano Saraiva, *op. cit.*, p. 140; Damião Peres, *op. cit.*, p. 338; João Medina, *op. cit.*, p. 55.

¹³⁶ Vitoriano José César, *op. cit.*, p. 142; João Medina, *op. cit.*, p. 55; Damião Peres, *op. cit.*, p. 339; *Coronel Faria Gil*, *op. cit.*, 301.

¹³⁷ João Medina, *op. cit.*, p. 55; Vitoriano José César, *op. cit.*, p. 145; Damião Peres, *op. cit.*, p. 338; Manuel Pinheiro Chagas, *op. cit.*, p. 559.

¹³⁸ João Medina, *op. cit.*, p. 55; Manuel Pinheiro Chagas, *op. cit.*, p. 559.

Como vimos, a referida Convenção, feita por estranhos, no solo pátrio, desprezou os interesses de Portugal e dos portugueses. Mas os franceses acabaram por sair do nosso país, que era o mais importante. Retiraram com armas e bagagens. O artigo II da Convenção considerava como bagagem tudo o que se tinha apoderado em Portugal¹³⁹. Foi o caso simbólico e paradigmático da Bíblia dos Jerónimos¹⁴⁰.

Após a expulsão dos franceses, a Junta do Porto assume o governo do País, agora com sede em Lisboa, sendo substituídos os membros que tinham colaborado com o invasor, como foi o caso de Principal Castro, de Pedro de Melo Breyner e do Conde de Sampaio¹⁴¹. Mas foi, certamente, na Península Ibérica, primeiro em Portugal, depois em Espanha, que se iniciou o declínio de Napoleão.

Os franceses saem, mas não abandonam em definitivo os seus intentos, pois, em menos de um ano, regressam para nova invasão, conforme adiante veremos.

¹³⁹ Vitoriano José César, *op. cit.* p. 146; Coronel Faria Gil, *op. cit.*, 1ª. Parte, p. 311.

¹⁴⁰ Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, 1ª. Parte, p. 310.

¹⁴¹ Vitoriano José César, *op. cit.*, p. 156; José Hermano Saraiva, *op. cit.*, p. 140; Manuel Pinheiro Chagas, *op. cit.*, p. 339; Coronel Faria Gil, *op. cit.*, p. 314.

4 - A Segunda Invasão Francesa

A Convenção de Sintra, que determinou a saída dos franceses do nosso País, originou grandes protestos, não só em Portugal, como em Inglaterra. Como dissemos, Bernardim Freire de Andrade foi dos militares portugueses que mais protestou, por não ser ouvido nem achado, porque tudo foi negociado entre ingleses e franceses.

D. João VI (ainda como regente) manifestou à Inglaterra o seu protesto e fez sentir que a Convenção de Sintra não tinha sido favorável a Portugal, pois os franceses levaram tudo consigo, até mesmo muitos dos bens que nos tinham usurpado¹⁴².

O desagrado foi tal que o governo inglês chamou ao seu país os Generais Wellesley, Dalrymple e Burrard, para que estes se defendessem das acusações de que eram alvo¹⁴³, ficando a comandar as tropas em Portugal, o General John Moore¹⁴⁴.

Mas, se por um lado, os franceses tinham saído de Portugal, o mesmo não tinha acontecido na nossa vizinha Espanha, embora houvesse revoltas por todo o país.

¹⁴² Manuel Pinheiro Chagas, *op. cit.*, vol. 7º, p. 561; Damião Peres, *op. cit.*, pp. 338 e 339.

¹⁴³ Manuel Pinheiro Chagas, *op. cit.*, vol 7º, p. 560.

¹⁴⁴ Vitoriano José César, *op. cit.*, 2ª. parte, p. 3; Manuel Pinheiro Chagas, *op. cit.*, vol. 7º, p. 570.

Perante tal situação era urgente reorganizar militarmente Portugal, porque Junot tinha destruído as nossas forças e obrigado mesmo alguns dos nossos melhores quadros a fazer parte da legião francesa. E esta foi a primeira medida tomada pelo governo, logo que foi restaurada a Regência.

Estávamos sem armamento, sem equipamentos e os cofres vazios, portanto com falta de recursos financeiros para superar as dificuldades. Conforme afirmámos, era necessário dinheiro que Portugal não tinha. Os governadores vão apelar aos portugueses para contribuírem com a sua ajuda.¹⁴⁵

O governo português, sentindo a necessidade urgente de reestruturar o exército, pede a Inglaterra um general para cumprir essa missão. O escolhido foi o General Beresford, considerado muito hábil e disciplinado¹⁴⁶, ao mesmo tempo que pede reforços. É neste contexto que os ingleses vêm, uma vez mais, em auxílio de Portugal. A França previu isso, daí que esta situação ficasse definida no Tratado de Fontainebleau no artigo VI, o qual previa que, se os ingleses enviassem reforços para o nosso país, o exército francês dispunha de 40.000 homens para avançar contra Portugal¹⁴⁷.

¹⁴⁵ António Pires Nunes, *op. cit.*, p. 75 – 76.

¹⁴⁶ Vitoriano José César, *op. cit.*, 2ª. parte, p. 67.

¹⁴⁷ Coronel Faria Gil, *A Infantaria em Portugal*, Lisboa, Tipografia Coop. Militar, 1908, 2ª. parte, p. 67.

No entanto, foi necessário reunir muito mais gente, mais de 200.000 militares¹⁴⁸. Agora já não se pode contar com a ajuda espanhola, porque as boas relações entre os dois países tinham acabado, tornando-se hostis, depois de Napoleão ter colocado no trono de Espanha o seu irmão José Bonaparte. Neste país já se lutava contra os franceses. A situação do exército francês em Espanha era muito precária¹⁴⁹.

Os efectivos militares franceses, previstos no artigo VI do Tratado de Fontainebleau, já não eram suficientes para fazer face às necessidades. Napoleão concentra em Espanha mais de 200.000 militares para dominar as rebeliões espanholas que iam surgindo por todo o país, sendo que será ele próprio que irá comandar as operações, após a revolta da Catalunha¹⁵⁰. Não era, portanto, uma operação de menos importância, porque, como vemos, é o próprio Napoleão que vem pessoalmente a Espanha, assumindo o comando das operações. Napoleão entra em Espanha, em Dezembro de 1808, e, a 4 do mesmo mês, já se encontra em Madrid¹⁵¹, e vai dominando o país com sucessivas vitórias¹⁵². Ao norte, próximo dos Montes Cantábricos, lutava o exército dos generais Soult e Ney¹⁵³.

¹⁴⁸ Manuel Pinheiro Chagas, *op. cit.* vol. VII, p. 580.

¹⁴⁹ Damião Peres, *op. cit.* vol. VI, p. 339.

¹⁵⁰ *Ibidem*; Vitoriano José César, *op. cit.* p. 28.

¹⁵¹ *Ibidem*; Vitoriano José César, *op. cit.*, p. 35.

¹⁵² Manuel Pinheiro Chagas, *op. cit.*, p. 582.

¹⁵³ Vitoriano José César, *op. cit.*, p. 41.

Os exércitos francês e inglês, comandados por Soult e Moor, respectivamente, encontram-se. Napoleão sugere a Soult que simule a retirada e Moor vai persegui-lo. Ney ataca os ingleses pela retaguarda. Essa era a intenção de Napoleão. A Moor só lhe restava reembarcar para evitar que as suas tropas fossem desbaratadas pelos franceses¹⁵⁴. Dirige-se para a Corunha, onde uma esquadra britânica aguarda os efectivos militares ingleses. Para proteger a retirada, Moor perde a vida, em Janeiro de 1809¹⁵⁵.

Toda a Galiza fica dominada pelas tropas francesas, ficando a fronteira portuguesa, a norte, à mercê do exército francês. Logo a seguir, irá também dominar a Estremadura Espanhola, a Andaluzia e, claro, Portugal. Seguir-se-á aquela que será a 2ª invasão francesa.

Napoleão ordenará a Soult para que este entre em Portugal pelo norte. Aquele general chega à fronteira portuguesa da Galiza e entra em Chaves, onde se encontrava o General Silveira, que decide abandonar aquela praça, que se encontrava em ruínas, tornando-se a sua defesa impossível¹⁵⁶, sendo ocupada de imediato pelos franceses. Seguidamente, o General Soult vai para Braga, conquistando facilmente esta cidade, dirigindo-se ao Porto, onde chega a 25 de Março.

¹⁵⁴ Damião Peres, *op. cit.*, p. 339; Vitoriano José César, *op. cit.*, p. 67.

¹⁵⁵ Vitoriano José César, *op. cit.*, p. 58; Damião Peres, *op. cit.*, p. 339; Coronel Faria Gil, *op. cit.* p. 59.

¹⁵⁶ Manuel Pinheiro Chagas, *op. cit.*, p. 588.

A população portuense foge apressadamente e, com o seu peso, a ponte que unia as duas margens cai. Dá-se o célebre desastre da «Ponte das Barcas», o qual fez inúmeras baixas¹⁵⁷.

Entretanto, e conforme pedido do Príncipe Regente feito a Inglaterra, chega a Portugal Beresford, nos primeiros dias de Março, para assumir o comando das tropas portuguesas, com o título de Marechal do exército¹⁵⁸.

Foram muitas as dificuldades sentidas por este Marechal, não só de ordem profissional, mas também no aspecto técnico.

É neste contexto que, a 21 de Abril do mesmo ano de 1809, chega ao nosso País Artur Wellesley, assumindo ele o comando das forças anglo-lusas, sendo que estas não ficam inactivas, e os franceses ficam com as comunicações cortadas com a Galiza, onde se encontrava o general francês Ney¹⁵⁹. A fronteira da Beira é vigiada pelo exército anglo-luso. O General Silveira ocupa Amarante¹⁶⁰.

Soult fica no Porto, esperando Vítor que se encontra nas margens do Guadiana, conforme ordens dadas por Napoleão, antes do seu regresso a Paris. Por sua vez, Vítor espera na fronteira que Soult se dirija a Lisboa.

¹⁵⁷ João Medina, *op. cit.*, vol. I, p. 56; Damião Peres, *op. cit.*, p. 343; Manuel Pinheiro Chagas, *op. cit.*, pp. 594 e 595.

¹⁵⁸ Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, 2ª. parte, p. 73.

¹⁵⁹ Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, p. 85.

¹⁶⁰ Damião Peres, *op. cit.*, p. 341.

Este vê as comunicações cortadas com a Galiza e ordena, em Abril, a Loison e Delabord, sob o seu comando, que se dirijam a Amarante, onde, como já dissemos, se encontrava Silveira, sendo que este consegue defender a ponte de Amarante durante 15 dias e fê-lo heroicamente, pondo em evidência o seu valor e a sua alta capacidade militar¹⁶¹.

Artur Wellesley que entretanto chegara a Lisboa, como tínhamos afirmado, assume a direcção das tropas anglo-lusas e manda vigiar Vítor que se encontra em frente ao Guadiana e Wellesley segue para o Porto, enquanto Beresford vai para Amarante.

Wellesley, dias depois, a 12 de Maio, já se encontra em Gaia¹⁶². Soult foge do Porto para Amarante, onde já se encontra Beresford¹⁶³.

Também Braga e Chaves já estão ocupadas pelas tropas anglo-lusas, sendo que estas preparam um movimento envolvente e o general francês tem de fugir apressadamente¹⁶⁴. Tem que fazer caminhos por serras¹⁶⁵, o que lhe dificulta o transporte de armas e bagagens do exército. Resolve, pois, destruir tudo o que possa embaraçar a sua retirada, como foi o caso da artilharia e viaturas¹⁶⁶.

¹⁶¹ Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, 2ª. Parte, p. 157.

¹⁶² Damião Peres, *op. cit.*, p. 342; Coronel Faria Gil, *op. cit.*, p. 195.

¹⁶³ Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, 2ª. parte, p. 211.

¹⁶⁴ Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, 2ª. parte, p. 212.

¹⁶⁵ Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, 2ª. parte, p. 213; Damião Peres, p. 342.

¹⁶⁶ Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, 2ª. parte, p. 213.

Uma vez mais os projectos de Napoleão saem gorados.

Com a retirada de Soult, terminou a 2ª invasão francesa, tendo a campanha durado cerca de quatro meses. Conforme o Coronel Ferreira Gil afirmou, poder-se-á dividir em três fases distintas: «a da invasão ou marcha de Soult desde a Galiza ao Porto, que demorou 2 dias; a da ocupação do Norte e seus arredores, em que os franceses gastaram todo o mês de Abril, e a da expulsão das águias napoleónicas para além das fronteiras portuguesas, que durara pouco mais de 15 dias»¹⁶⁷.

Wellesley sabe que o inimigo está em condições precárias e persegue-o, mas ainda na Galiza decide abandonar essa perseguição e volta para o Sul, ficando o seu quartel em Abrantes¹⁶⁸.

É aí que pensa atacar as forças napoleónicas no coração de Espanha. Cuesta e Wellington entendem-se por uma acção comum de ingleses e espanhóis¹⁶⁹. Caminham ao longo do Rio Tejo e vão fixar-se na margem direita daquele rio, mais propriamente em Talavera¹⁷⁰.

Estas operações são de grande importância. É nesta Batalha de Talavera, em 29 de Julho de 1809, que Wellesley, saindo vitorioso, é feito Duque de Wellington¹⁷¹.

¹⁶⁷ Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, 2ª. parte, p. 221.

¹⁶⁸ Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, 2ª. parte, p. 230.

¹⁶⁹ Damião Peres, *op. cit.*, vol. VI, p. 343.

¹⁷⁰ *Ibidem*; Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, 2ª. Parte, p. 239.

Os franceses foram batidos, mas as tropas aliadas estavam exaustas, daí que Wellington não prossiga o seu internamento em Espanha. Passa para o sul do Tejo, mantendo-se em vigilância por algum tempo, para depois se fixar na fronteira do Guadiana, acantonando em Elvas, Campo Maior, Badajoz e Mérida¹⁷².

Tinha terminado a 2ª invasão francesa. Pouco tempo depois seguir-se-ia a 3ª invasão.

Beresford encontrava-se na região de Almeida, tendo-se deslocado em 5 de Agosto para Cidade Rodrigo com um exército de 15.000 homens¹⁷³.

¹⁷¹ Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, p. 246.

¹⁷² Damião Peres, *op. cit.*, p. 343.

¹⁷³ António Pires Nunes, *op. cit.*, p. 91.

Capítulo IV

A TERCEIRA INVASÃO FRANCESA

1 - Os Preliminares da 3ª. Invasão

Napoleão, que soubera do insucesso de Soult em Portugal, ordena que se preparem três exércitos para levar a cabo a conquista do nosso País. Para o imperador francês era absolutamente necessária a luta contra os ingleses, para os expulsar da Península¹⁷⁴.

Como dissemos no capítulo anterior, estava próxima a 3ª invasão francesa. Vão destinar-se a esta nova invasão um exército de 86.000

¹⁷⁴ Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, 2ª. Parte, p. 249; António Pires Nunes, *op. cit.*, p.92.

homens constituído pelos 2º, 6º e 8º corpos aos quais se agregaria uma reserva de cavalaria¹⁷⁵.

O 2º exército era comandado por Reynier que substituiu o General Vítor; Ney comandava o 6º exército e o 8º virá da Áustria e será comandado por Junot¹⁷⁶.

Entretanto, a Espanha havia organizado um exército de resistência comandado pelo General Areizaga, que visava a reconquista de Madrid, a capital do reino de José Bonaparte, irmão de Napoleão. Wellington, ao saber da sua intenção, não concorda e aconselha os espanhóis a envolverem-se apenas em operações de defesa.

Mas Areizaga não o ouve. Dirige-se a Madrid e, apesar do exército de José Bonaparte não contar com a ofensiva, acaba por resistir às forças espanholas e, em Novembro de 1809, trava-se a batalha de Ocana em que o exército espanhol sofre uma pesada derrota¹⁷⁷.

Wellington, quando tem conhecimento da derrota espanhola, sabe que chegou a vez de nova arremetida contra o nosso País. No final do ano

¹⁷⁵ *Ibidem*, p. 92.

¹⁷⁶ Damião Peres, *op. cit.*, p. 343; Coronel Ferreira Gil, 2ª parte, pp. 251 e 252; M. Alph. de Beauchamp *Histoire de La Guerre D'Espagne et de Portugal, pendant les années 1807 a 1813*, Paris, Germain Mathiot, Libraire-Éditeur, 1819, p. 172.

¹⁷⁷ Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, 2ª parte, p. 248.

de 1809, a situação da Península Ibérica não era risonha. Pairava a ameaça duma nova invasão – a 3ª invasão¹⁷⁸.

José Bonaparte não dominava ainda todas as províncias do sul de Espanha e tentava subjugar a Andaluzia, uma região muito rica, daí a sua grande importância. O seu exército marchou sobre essa província do sul de Espanha, ultrapassou a Serra Morena, e a Junta de Sevilha refugiou-se em Cadiz¹⁷⁹.

Como já afirmámos atrás, depois da vitória dos franceses sobre os espanhóis em Ocaña, Wellington, pressupõe uma nova invasão contra Portugal. É neste contexto que Napoleão toma medidas para que a questão portuguesa seja resolvida.

Não podemos esquecer a progressão dos franceses nas anteriores invasões, se tomarmos em conta que, na 1ª invasão, apenas Junot toma parte, enquanto na 2ª são dois exércitos, o de Soult e o de Vítor, sendo que o de Soult entra pelo Norte e o de Vítor pelo Sul do Guadiana. Já quanto à 3ª invasão, é formada por três exércitos, como atrás se disse.

O comando da 3.ª invasão é dado a Massena¹⁸⁰, Duque de Rivoli, Príncipe de Esseling, a quem o prestígio das campanhas anteriores bastaria

¹⁷⁸ Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, 3ª. parte, p. 3.

¹⁷⁹ Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, 3ª. parte, p. 4.

¹⁸⁰ Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, 1ª. parte, p. 240; António Pires Nunes, *op. cit.*, p. 92.

para levar a bom termo as operações. Para Napoleão «era um dos mais notáveis cabos de guerra franceses»¹⁸¹.

Napoleão planeou esta ofensiva, mas não pode vir comandá-la pessoalmente. A situação na Rússia agrava-se e, por este motivo, entendeu permanecer em Paris¹⁸².

Devido às más experiências de Junot e de Soult, Napoleão não confiava muito no valor destes chefes militares. Em Abril de 1810, é publicada oficialmente a nomeação de Massena¹⁸³.

Logo após a sua nomeação, Massena deixou Paris, a 29 de Abril de 1810, e, em Maio desse ano, chega à Península Ibérica¹⁸⁴. O seu objectivo era resolver de uma vez por todas a questão pendente, isto é, Portugal. Assiste ao desenrolar de algumas operações que se efectuam nesse tempo, as quais podem considerar-se já os preliminares da 3.^a invasão.

Assiste ao cerco e tomada de Cidade Rodrigo, a qual se rende a 10 de Julho de 1810¹⁸⁵. Após a queda desta praça, iniciar-se-á a invasão do nosso país. Napoleão pretende, com isso, duas coisas: a conquista de Portugal e a expulsão dos ingleses do espaço peninsular.

¹⁸¹ Damião Peres, *op. cit.*, vol. VI, p. 343; António Pires Nunes, *op. cit.*, p. 92.

¹⁸² António Pires Nunes, *op. cit.*, p. 92.

¹⁸³ Damião Peres, *op. cit.*, vol. VI, p. 343; Vitoriano José César, *op. cit.*, 3.^a Parte, p. 23.

¹⁸⁴ Damião Peres, *op. cit.*, vol. VI, p. 344; Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, 2.^a parte, p. 268; Vitoriano José César, *op. cit.*, 33.

¹⁸⁵ Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, 2.^a Parte, p. 274; Vitoriano José César, *op. cit.*, 3.^a parte, p. 54;

Dos três exércitos franceses, dois entram em Portugal pela fronteira da Beira, frente à Praça de Almeida, enquanto o outro ameaça o centro do País, nas proximidades do Tejo¹⁸⁶.

Passada a fronteira portuguesa, o 6º e o 8º exércitos franceses tomam posições para conquistar a primeira praça que se depara em território português - Almeida¹⁸⁷. Os preparativos para a conquista e a sua demora naquela praça, depois de ter sido tomada, são essenciais para a causa portuguesa.

Com efeito, entre os finais de Julho e meados de Setembro, as forças francesas estavam imobilizadas frente à Praça de Almeida. Quando esta cai em finais de Agosto, podemos considerar que a nossa causa está ganha.

O tempo de duração do cerco é extremamente vantajoso para o nosso país, porque se vai construindo a barreira intransponível que dificulta e impede o avanço dos franceses – as Linhas de Torres Vedras¹⁸⁸. Ao longo da nossa dissertação faremos algumas referências sobre este assunto.

Quinze dias depois de Almeida ter caído, os franceses seguem em direcção a Lisboa, com a intenção de expulsarem os ingleses.

¹⁸⁶ Vitoriano José César, *op. cit.*, 3ª. parte, p. 23; Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, pp. 277 e 278.

¹⁸⁷ Vitoriano José César, *op. cit.*, p. 57; Joel Serrão, *op. cit.*, vol. IV, p. 221; Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, p. 76.

¹⁸⁸ Coronel Ferreira Gil, *op. cit.* 2ª. parte, p. 346.

O exército francês confia plenamente na sua vitória, até porque Wellington se mostra sempre muito defensivo, evitando muitas vezes o confronto. Apenas se dão pequenos combates desde Almeida até ao Buçaco. Nesta localidade, os franceses depararam-se com uma encosta agreste e difícil de transpor mas que era preciso ultrapassar para chegar até Lisboa. Apesar dos seus subordinados, nomeadamente Ney, não estarem de acordo com o ataque ao exército anglo-luso, Massena decide-se pela batalha. Para o efeito, a 26 de Setembro de 1810 o Marechal francês redigiu em Moura a ordem para as operações, sendo que as mesmas se iniciaram no dia 27.¹⁸⁹ Wellington que tem aí o comando das tropas consegue repelir os franceses infligindo-lhes pesadas baixas, cerca de 4.500. Quanto aos portugueses perderam 626 homens, sendo que os ingleses sofreram o mesmo número de vítimas¹⁹⁰.

Wellington, embora saia vitorioso, não evita que o exército francês continue a sua marcha até Lisboa, passando por Coimbra.

A capital do Reino não será atingida, porque, entretanto, as Linhas de Torres Vedras já estavam a ser construídas e Massena não consegue transpô-las. Os franceses chegam às linhas fortificadas em Outubro¹⁹¹.

¹⁸⁹ António Pires Nunes, *op. cit.*, p. 103.

¹⁹⁰ António Pires Nunes,

¹⁹¹ Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, 2ª. parte, p. 379; Vitoriano José César, *op. cit.*, 3ª. parte, p. 160; Damião Peres, *op. cit.*, vol. VI, p. 349.

Ainda estão por concluir, mas, mesmo assim, impedem os franceses de avançar. Só no ano de 1812 são dadas como concluídas.

Quando, em Outubro de 1810, os franceses chegam às Linhas de Torres Vedras, estas não estão acabadas, como acima dissemos. Mas já se encontram prontas a funcionar 126 fortificações, com 427 bocas de fogo. Estas linhas eram intransponíveis e, como os seus flancos assentam no Tejo e no Oceano Atlântico, eram também inflanqueáveis.

Massena, conhecendo a situação precária em que se encontrava com as suas forças, apela a Napoleão e este ordena a Soult que se junte com os seus exércitos aos do comandante supremo da expedição¹⁹². Mas os dias foram passando e os socorros não chegaram e, em Março de 1811, os franceses retiraram¹⁹³. Após a sua retirada, as tropas de Wellington passam a persegui-los, desalojando-os em Pombal e em Redinha. Os franceses desistem de atacar em Coimbra, porque, mais uma vez, os ingleses estão por perto¹⁹⁴.

A causa de Napoleão em Portugal, duma vez por todas, está perdida e Portugal livre de se tornar mais um reino sob o jugo francês.

¹⁹² Damião Peres, *op. cit.*, vol. VI, p. 350.

¹⁹³ Damião Peres, *op. cit.*, vol. VI, p. 351.

¹⁹⁴ *Ibidem.*

2-Os Planos de Wellington

Quando Wellington distribui as tropas em Elvas, Campo Maior Badajoz e Mérida, sabia que os espanhóis tencionavam hostilizar os franceses¹⁹⁵, pensando mesmo ir até à cidade de Madrid. Contra a vontade de Wellington, Areizaga marcha sobre Madrid, capital do reino de José Bonaparte, e o exército espanhol sofre o desastre de Ocana, e a Andaluzia é entregue ao Rei José.

Os insurrectos de Sevilha abandonam a região para se refugiarem em Cadiz. E os exércitos de Saragoça e Gerona são também batidos e as regiões de Aragão e Catalunha são igualmente dominadas pelos franceses¹⁹⁶. Começava mal o ano de 1810 para os habitantes da Península Ibérica.

Wellington sabe que não tardará um novo ataque a Portugal. Prevendo isso, e dado que tem forças estacionadas no vale do Guadiana, irá dispô-las de modo a fazer face aos acontecimentos.

É nesse sentido que, quer Beresford, quer Wellington, não ficam inactivos. Beresford, como comandante do exército português, procura

¹⁹⁵ Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, p. 248.

¹⁹⁶ *Ibidem.*

treinar e melhorar os efectivos sob o seu comando. Quanto a Wellington, chefe supremo das forças armadas anglo-lusas, procurou garantir a eficácia na defesa do País em geral e Lisboa em particular¹⁹⁷.

Wellington sabe que a invasão se fará por um dos caminhos da Beira. Como nos diz Damião Peres, «por diversos motivos Wellington tem como mais provável que a invasão se faria por algum dos caminhos da Beira, mas não descarta a hipótese de ela ser feita pelo Alentejo»¹⁹⁸.

As tropas anglo-lusas formadas por cerca de 50.000 homens, passam pelo norte do Rio Tejo¹⁹⁹. Havia seis divisões formadas por brigadas que eram, por sua vez, compostas por um número de batalhões que podiam variar. Além destas seis divisões, havia três brigadas independentes e ainda uma divisão de cavalaria, sendo que a estas se juntariam também forças de artilharia, engenharia e administração militar.

Havia ainda outras forças que não entravam em operações, mas que se destinavam à guarnição de praças, consideradas, portanto, forças extraordinárias. Era o caso dos regimentos 17 em Elvas, o 22 em Abrantes, o 24 em Almeida²⁰⁰ e ainda o 20 que embarcava em Cadiz, juntamente com

¹⁹⁷ Damião Peres, *op. cit.*, vol. VI, p. 344.

¹⁹⁸ *Ibidem*; António Pires Nunes, *op. cit.*, vol. 3, p. 94.

¹⁹⁹ Vitoriano José César, *op. cit.*, 3ª. parte, p. 19; José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, 1º. vol, p. 408.

²⁰⁰ Vitoriano José César, *op. cit.*, 3ª. parte p. 18; Simão José da Luz Soriano, *op. cit.*, pp. 507 e 508.

as forças inglesas, reforçando deste modo a guarnição de resistência espanhola que aí se encontrava sob o comando do major general Stuart²⁰¹.

Wellington vai dispor as suas forças de modo a não ser surpreendido pelo exército francês. O comandante em chefe do exército anglo – luso fá-lo de modo a poder comprometer os movimentos do exército inimigo²⁰².

O general Hit, que comandava a 2.^a divisão, passou para o norte do Rio Tejo, onde estabeleceu o seu quartel-general, tendo como missão vigiar Reinyer, cujo destino era o Centro de Portugal²⁰³. Em Castelo Branco, ficou uma divisão mista comandada por Lecor²⁰⁴.

Quanto à 5.^a divisão, comandada por Leith, ficou nas proximidades da cidade de Tomar, para socorrer a norte ou a sul, caso fosse necessário²⁰⁵.

Na Guarda, ficou a 4.^a Divisão, comandada por Col²⁰⁶. Já em Pinhel ficou aquartelada a 3.^a divisão, comandada por Picton²⁰⁷. À sua retaguarda, Spencer comandava a 1.^a divisão, situada em Viseu²⁰⁸.

²⁰¹ Simão José da Luz Soriano, *op. cit.*, p. 19, Doc. nº1.

²⁰² Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, 2.^a parte, p. 266.

²⁰³ *Ibidem*; Vitoriano José César, *op. cit.*, 3.^a parte, p. 17; M. Alph Beauchamp, *op. cit.*, p. 177.

²⁰⁴ Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, 2.^a parte, p. 268; Vitoriano José César, *op. cit.*, 3.^a parte, pp. 18 e 19.

²⁰⁵ Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, 2.^a parte, p. 267; Vitoriano José César, *op. cit.*, 3.^a parte, p. 17; M. Alph Beauchamp, *op. cit.*, p. 177.

²⁰⁶ Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, 1.^a Parte, p. 266; Vitoriano José César, *op. cit.*, 3.^a parte, p. 16; José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, p. 408.

²⁰⁷ Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, 1.^a parte, p. 264; Vitoriano José César, *op. cit.*, 3.^a parte, p. 16.; José Carvalho Vilhena, *op. cit.*, 1.^o vol, p. 408.

Junto à fronteira, na margem direita do rio Côa, e entre Almeida e Vale de la Mula, ficou uma divisão ligeira, comandada pelo general Crawford, formada por batalhões portugueses, cujas avançadas se colocavam na direcção de Cidade Rodrigo²⁰⁹, para poderem vigiar os movimentos do 6º corpo das tropas francesas que investiam sobre aquela cidade.

Sob o comando de Denis Pack, e bem próxima de Crawford, estava ainda uma brigada que fazia parte de brigadas de tropas portuguesas que operavam com uma certa independência²¹⁰.

Por este dispositivo, facilmente observaremos que Wellington prestava uma atenção muito especial à fronteira da Beira, para o que contribuiria, sem dúvida, a demora das forças napoleónicas em Cidade Rodrigo. No entanto, aquele general inglês não deixava de admitir que forças francesas operassem na fronteira do Alentejo. Por isso, ordenou a Hil que se movimentasse simultaneamente com as forças de Reynier, quando estas tivessem de operar em território espanhol²¹¹.

²⁰⁸ Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, 2ª. parte, p. 263; Vitoriano José César, *op. cit.*, 3ª. parte, p. 16; José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, 1º. vol. p. 407.

²⁰⁹ Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, 2ª. parte, p. 267.

²¹⁰ Vitoriano José César, *op. cit.*, 3ª. parte, p. 17.

²¹¹ Simão José da Luz Soriano, *op. cit.*, p. 42.

Wellington não se aventurava a uma ofensiva e recomendava, até, que não se empregassem operações de envergadura. Por isso, bem perto das tropas anglo-lusas, Cidade Rodrigo é tomada pelos franceses, sem que o comandante inglês fizesse qualquer esforço para a socorrer. Wellington manifesta receio nas suas operações, mantendo-se sempre numa posição defensiva, não tomando qualquer iniciativa de ataque²¹².

3 – A Tomada de Cidade Rodrigo

Apesar das derrotas sofridas pelos franceses nas duas primeiras invasões, na tentativa de ocupar Portugal, Napoleão não põe de parte a ideia de dominar o nosso País.

Mas os fracassos das tropas francesas vão-se sucedendo. Na primeira invasão, Junot foi derrotado nas batalhas de Roliça e Vimeiro. Soult, na segunda invasão, acaba também por ser vencido e obrigado a retirar de Portugal.

Napoleão, após estes insucessos, vai empenhar três exércitos na conquista do território lusitano. Nesse sentido, já em Julho de 1809, dá ordens e destina a essa acção o 2º e o 6º exércitos, sob o comando de Reynier e Ney, que se encontram na Península Ibérica, e ainda outro que

²¹² Vitoriano José César, *op. cit.*, 3ª. parte, 42; António Pires Nunes, *op. cit.* p. 95.

vem da Áustria, o 8º, comandado por Junot, como já anteriormente se disse. Estas forças totalizavam aproximadamente 60.000 homens²¹³.

Napoleão preocupou-se com todos os pormenores para esta invasão. Já dissemos que, para comandá-la, escolheu o homem mais hábil, grande estratega, e que dera muitas provas de capacidade nas guerras do império francês, daí que fosse chamado «Filho da Vitória». Esse homem foi Massena, Príncipe de Esling, Duque de Rivoli, que já tinha vencido a Rússia e a Baviera, na célebre batalha de Zurique²¹⁴.

Enquanto se organizam os preparativos para a 3ª invasão²¹⁵ a Portugal, procede-se no sentido de desimpedir o caminho que vai dos Pirinéus à fronteira portuguesa. Assim, alguns locais fortificados, entre os quais Astorga e Cidade Rodrigo, próximos da fronteira de Portugal, são subjugados.

Quando o 6º exército, comandado por Ney, se dirige a Cidade Rodrigo, em Fevereiro de 1810, logo no dia 10 desse mesmo mês²¹⁶ intima o governador da Praça, D. André de Ferasti, a render-se, mas este resiste e

²¹³ Simão José da Luz Soriano, *História da Guerra Civil*, Lisboa, 1874, 2ª. Época, Tomo III, p. ; Cristóvão Aires de Magalhães Sepúlveda, *História Orgânica e Política do Exército Português*, Coimbra, Imprensa Nacional, 1932, vol. XI, p. 40; Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo, 1984, vol. VII, pp. 76 e 77.

²¹⁴ José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, vol. I, p. 393. ; Joel Serrão (dir. de), *Dicionário da História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1979, vol. IV, p. 221.

²¹⁵ Joel Serrão, *op. cit.*, p. 221.

²¹⁶ Vitoriano José César, *op. cit.*, 3ª. parte, 3ª. Invasão, p. 44.

Ney retira-se para a cidade de Salamanca, esperando a artilharia que faltava²¹⁷ e querendo também poupar as suas tropas do Inverno, sobretudo das chuvas²¹⁸.

Ainda no mês de Fevereiro de 1810, Junot, acabado de chegar da Áustria com o 8º. Grupo, tenta tomar Astorga, mas esta resiste. Só em 27 de Abril a cidade se rende.

Massena saiu de Salamanca em meados de Junho, ordena a Ney para sitiarem a Cidade Rodrigo, que era defendida pelo General Andreas Herrasti, enquanto Junot irá impedir qualquer tentativa de socorro à fronteira.

Ney (o comandante do 6º corpo) intima novamente Herrasti a render-se, que volta a recusar. Perante isso, manda dispor a artilharia e, a 25 de Junho, começa o bombardeamento²¹⁹.

A 9 de Julho, a Cidade Rodrigo foi reduzida a cinzas e, no dia seguinte, dia 10, dá-se a capitulação²²⁰, depois de Herrasti, ter mandado arvorar a bandeira branca. A Praça e o seu Governador resistiram, enquanto lhes foi possível, e sempre na esperança que o Duque de Wellington viesse em seu auxílio com o seu exército, mas o comandante inglês manteve-se

²¹⁷ *Ibidem.*

²¹⁸ *Ibidem.*

²¹⁹ José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, vol. I, p. 405.

²²⁰ *Ibidem*; Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, 2ª. parte, p. 274; MJ. Alph. de Beauchamp, *op. cit.*, p. 176.

sempre à defesa, com receio de ser mal sucedido, o que o obrigaria a sair de Portugal. A operação de socorro não era de importância decisiva para os aliados, daí a recusa de Wellington.

Após a queda de Cidade Rodrigo, está aberto o caminho dos Pirinéus até à nossa fronteira, conforme desejava Napoleão Bonaparte.

Pelo exposto, podemos ver que as operações referentes a Astorga e Cidade Rodrigo se prolongam por um período de cinco meses. Logo no início do ano de 1810, as duas cidades são intimadas a renderem-se. Astorga cai em Abril, enquanto Cidade de Rodrigo resistirá até Julho. Depois da queda desta última cidade, chega a vez de Portugal ser invadido. Almeida, a nossa primeira fortaleza, fica a uns escassos quilómetros da fronteira. Era esse o primeiro objectivo dos franceses²²¹.

Massena, ainda chega a tempo de assistir à queda do último reduto espanhol. A queda da Praça de Cidade Rodrigo foi de grande importância para os franceses, porque esta passou a ser o seu depósito geral²²². Massena dispõe de numerosas forças, o seu caminho está agora livre para entrar em Portugal e tem ainda bem patente todo o seu prestígio das anteriores campanhas.

²²¹ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo, 1984, vol. VII, p. 70.

²²² Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, p. 275.

Os três corpos de Reynier, Ney e Junot totalizavam mais de 60.000 homens. Além destas, dispõe ainda das forças de Kerllermann, Bonnet e Sérias. Ao todo, são perto de 80.000 homens²²³.

Os efectivos de Massena estavam entre o Rio Douro e o Rio Tejo, preparados para entrar em acção a qualquer momento.

Dispostas estas forças, Massena avança sobre o nosso território, procedendo de acordo com as instruções recomendadas pelo imperador. Decide-se então a entrar em Portugal para subjugar a mais próxima e também a mais importante praça de guerra portuguesa que, tal como já referimos, fica a poucos quilómetros de Cidade Rodrigo. E assim, depois de ocupada aquela cidade, Massena preparou a sua defesa e organizou as suas tropas para iniciar a invasão ao nosso País.

O 6º. Exército, comandado por Ney, fica com a possibilidade da conquista de Almeida, mas, no caso de Wellington intervir na defesa da fortaleza, o 8º. Corpo, sob o comando de Junot, irá em auxílio da operação desenvolvida por Ney²²⁴.

Menos de um mês após a queda de Cidade Rodrigo, Almeida ficará sitiada pelas tropas francesas.

²²³ Cristóvão Aires de Magalhães Sepúlveda, *op. cit.*, vol. XI, p. 40; Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, vol. VII, pp. 76 e 77.

²²⁴ José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, p. 411; Vitoriano José César, *op. cit.*, 3ª. parte, p. 58.

4-A Batalha do Côa

Quando Cidade Rodrigo, última fortaleza espanhola, cai em poder dos franceses, estes têm o caminho aberto para Portugal e, portanto, Almeida, a 1ª fortaleza portuguesa, está à vista²²⁵. E, tal como o previsto e conforme ordens bem precisas de Napoleão, era de esperar que as forças de Massena se dirigissem para Almeida²²⁶.

Assim, logo no mês seguinte à rendição de Cidade Rodrigo, ou seja, em Julho, Ney, comandante do 6º grupo, como referimos, encaminha-se na direcção de Almeida²²⁷. Nessa sua progressão, em meados de Junho, encontra ainda em território espanhol as avançadas da divisão ligeira de Crawford que se haviam estabelecido na margem direita do Rio Côa.

A 3ª divisão do corpo de Ney, comandada pelo General Loison (o Maneta), encontra as tropas anglo-portuguesas no planalto junto ao Forte da Conceição, fortaleza sobre a linha da Raia²²⁸. Esta fortaleza, que fica a cerca de 10 km de Almeida, é dinamitada por Crawford, fazendo explodir

²²⁵ Vitoriano José César, *op. cit.*, 3ª. Parte, p. 56.

²²⁶ José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, 1º vol., p. 406; Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, p. 78.

²²⁷ José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, 1º vol., p. 406; Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, p. 274; Vitoriano José César, 3ª. parte; p. 55; M. Alph Beauchamp, *op. cit.*, p. 177.

²²⁸ Vitoriano José César, *op. cit.*, 3ª. parte, p. 59; : Guingret, *op. cit.*; p. 17.

as minas, quando os franceses se aproximam e Crawford retira-se com as suas tropas, para se juntar ao grosso da coluna²²⁹.

O 3º Batalhão de Loison fez alguns prisioneiros até chegar ao rio Côa, onde se encontrava Crawford na margem direita daquele rio²³⁰.

Wellington que tinha o seu quartel-general em Alverca, tinha dado ordens expressas a Crawford no sentido de este não combater com o exército francês²³¹ e não seria difícil de adivinhar a razão, porque a separá-los estava apenas o Rio Côa, onde havia uma ponte que unia as duas margens, (Fig. 10 e 11 do Anexo I), daí que os franceses poderiam vir a progredir e a surpreender Crawford na margem direita e este tinha que se defender com parte das suas tropas, para que as restantes se protegessem na margem esquerda²³².

Crawford dispôs a sua artilharia e os caçadores na margem esquerda do Côa, no lugar do Cabeço Negro (ver Fig 12 do Anexo I) de forma que, quando o fogo inimigo pudesse bater a ponte, as suas tropas estivessem todas do outro lado do rio. Foi uma operação levada a cabo com êxito,

²²⁹ *Ibidem*.

²³⁰ Vitoriano José César, *op. cit.*, 3ª. parte, 59; Guingret (M.), «*Relation Hiatorique e Militaire de la Campagne de Portugal*, Limoge, 1817, p. 16.

²³¹ Vitoriano José César, *op. cit.*, 3ª. parte, p. 59; José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, 1º. Vol., p. 411.

²³² Vitoriano José César, *op. cit.*, 3ª. parte, p. 61; José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, 1º. vol. p. 413.

apesar da artilharia que estava na praça de Almeida não poder auxiliar Crawford, pois corria o risco de atingir as tropas anglo-lusas.

Depois dos batalhões que cobriram a retirada para a margem esquerda, a artilharia e os caçadores evitaram que os franceses passassem o rio Côa. E, apesar de os franceses tentarem a perseguição, a artilharia e infantaria anglo-lusa impediram a primeira tentativa de passagem na ponte.

Ney insiste na perseguição e escolhe um batalhão, mas não é bem sucedido. Como nos informa Botelho Teixeira, «de 300 que eram, 237, entre mortos e feridos, já haviam caído ao chegar ao meio da ponte»²³³. Também Guingret afirma o seguinte: «Il était d'autant plus imprudent d'attaquer en ce moment la nouvelle position de l'ennemi, qu'on ne pouvait employer que les mêmes bataillons d'avant-garde qui avait combattu toute journée; ils étaient harassés»²³⁴. O combate na ponte do rio Côa, travado já com Almeida à vista, a 24 de Julho de 1810, terminou já à tarde, depois de cair uma chuva torrencial sobre o local²³⁵.

Neste primeiro contacto entre franceses e anglo – lusos, travado no nosso território, tomaram parte dois batalhões portugueses, o 1º e o 2º, comandados, respectivamente, pelos tenentes-coronéis Avillez e Elder, os

²³³ J. J. Botelho Teixeira, *História Popular da Guerra da Península*, Porto, 1915, p. 380.

²³⁴ M. Guingret, *op. cit.*, p. 18.

²³⁵ José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, 1º. vol. , p. 413; Coronel Nuno Barrento Lemos Pires, *Almeida nas Invasões Francesas*, Almeida, Câmara Municipal de Almeida, 2005, p. 30.

quais se bateram com grande heroicidade²³⁶, pelo que mereceram mesmo os louvores de Beresford. Este aproveitou a ocasião para distinguir, com uma promoção, o comportamento do alferes do 3º batalhão António Correia Leitão.

Desses louvores nos dá conta a ordem do dia 10 de Agosto de 1810. Referindo-se ao 3º batalhão, reza a mesma ordem do dia que, «ao Tenente Coronel Elder Comandante do Batalhão, aos Oficiais e aos soldados do mesmo dá o senhor Marechal os seus agradecimentos e plena aprovação [...] foi servido conferir-lhe, de dar imediatamente hum Posto aos Oficiais que se distinguiram com particularidade e pela brilhante conduta, que teve no referido combate o Alferes do Batalhão de Caçadores Nº. 3 António Correia Leitão, o Senhor Marechal o nomeia Tenente»²³⁷.

Quanto ao 1.º Batalhão, refere-se nestes termos: «O Senhor General tem justo fundamento para exprimir a sua satisfação pela maneira como ele se houve, e sobretudo o seu comandante, o Tenente Coronel d’Avillez Zuzarte e o Major J. H. Algeo e repete sua Ex^a. que está satisfeito com a conduta deste corpo»²³⁸. Estas são apenas as referências que Beresford faz aos batalhões portugueses. Mais adiante, a referida ordem diz ainda: «correrão vozes muito fortes contra a conduta do batalhão nº. 1, a respeito

²³⁶ Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, p. 224.

²³⁷ Ordem do dia 3 de Agosto de 1810, in José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, p. 414.

²³⁸ *Ibidem*.

do qual o Senhor Marechal mandou proceder à mais séria investigação»²³⁹ .

Mas pela investigação constatou «que estas vozes eram injustas»²⁴⁰ .

O combate do Côa mereceu sérias críticas por parte de Wellington que tinha dado ordens expressas para Crawford evitar qualquer combate na margem direita daquele rio, tal como se vê no ofício de Wellington a W. Polé, datado de 31 de Julho de 1810, que dizia o seguinte: «... Eu tinha lhe positivamente manifestado o desejo de que não se empenhasse em qualquer empresa na outra margem do Côa e repeti a minha ordem de que não deveria igualmente empenhar-se na direita do rio...»²⁴¹ .

Como se viu, o general inglês desobedeceu e procedeu contra às ordens do seu chefe. No entanto, empenhou-se e bateu-se em situação muito crítica contra os franceses, detentores de forças muito mais numerosas.

A Batalha do Côa foi considerada por muitos especialistas, como «uma das mais violentas da Guerra Peninsular»²⁴² . Existe ainda hoje no local uma cruz que, segundo dizem, foi colocada em memória dos inúmeros mortos que ali pereceram dos dois lados (Fig. 12 do Anexo I).

²³⁹ *Ibidem.*

²⁴⁰ *Ibidem.*

²⁴¹ José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, 1º vol., pp. 411 e 412.

²⁴² António Pires Nunes, *op. cit.*, p. 96.

Situada na ponte, há também uma lápide fazendo referência ao facto (Fig.13 do Anexo I).

A este primeiro confronto em território português, entre as forças de Wellington e de Massena na 3ª invasão francesa ao nosso País, segue-se o cerco à praça-forte de Almeida. No dizer de M. Gringret, trata-se de uma «pronta investida sobre Almeida»²⁴³.

Os franceses vão ficar aqui imobilizados, nada menos que sete semanas, até à sua marcha pelo interior de Portugal, que ocorreu em meados de Setembro²⁴⁴.

Ora, menos de sete semanas era o tempo suficiente para conquistar Portugal, segundo os cálculos de Massena, já que dezassete dias bastavam para esse empreendimento.

Enganou-se. Enganou-se e custou-lhe muito caro esse engano, porque não foi mais o «dilecto filho da vitória».

²⁴³ M. Gringret, *op. cit.*, p. 25.

²⁴⁴ Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, p. 289.

Capítulo V

O CERCO DE ALMEIDA

1-Os Preliminares do cerco de Almeida

Em vários momentos da nossa história foi pedido a Almeida: «Aguentem por mais dias». Foi também assim durante a 3ª invasão francesa. Em 1 de Junho de 1810, as ordens dadas por Wellington eram no sentido de que Almeida resistisse e resistisse o tempo suficiente no sentido de permitir ao comandante inglês levar a cabo os seus preparativos, a fim de poder esperar o inimigo nas Linhas; ou então até que se aproximasse o Inverno, o que colocaria Massena em grandes dificuldades se realizasse a invasão pela Beira, sendo que o mais provável seria adiar para o ano seguinte, a progressão das suas tropas.

Os caminhos no Inverno ficavam quase intransitáveis, devido às frequentes chuvadas nessa época do ano que faziam transbordar os leitos dos rios e ribeiros.

Como já tivemos ocasião de sublinhar, Wellington recusa quase sempre o confronto directo com as hostes francesas²⁴⁵. Aliás, Wellington mostra isso mesmo quando se dirige, em carta, em 29 de Agosto de 1810, a D. Miguel Pereira Forjaz, onde diz a dado momento: «por todos estes motivos eu tinha que esta Praça se havia de manter até as últimas extremidades, quando eu não tivesse tido uma oportunidade de socorrer, e que em todo o caso teria demorado o inimigo até hum remoto período da estação...»²⁴⁶.

Wellington foi duramente criticado por esta sua estratégia, não só em Portugal, mas também em Espanha, para já não falar em Inglaterra.

Logo após o combate do Côa, que se desenrolou mesmo em frente à Fortaleza de Almeida, esta foi prontamente sitiada. Os franceses aí permanecerão, de 24 de Julho até meados de Setembro, conforme já referimos. A 28 de Agosto, entram na Praça, depois da sua capitulação, a 27 de Agosto, por causas fortuitas que iremos analisar.

²⁴⁵ Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, p. 288.

²⁴⁶ José Vilhena de Carvalho, *Almeida. Subsídios para a sua História*, Viseu, edição do autor, 1973, 1º. vol., p. 483.

No entanto, Massena só em 16 de Setembro irá movimentar as suas forças para o interior do nosso País. A demora que se verificou na fronteira, cerca de 50 dias, irá ter consequências funestas para os invasores. Acreditamos que esta demora terá sido a causa do insucesso dos franceses, sendo que, para isso, muito contribuiu o tempo que durou o cerco de Almeida, a primeira fortaleza em território português.

2- O Cerco de Almeida e a Explosão do Castelo

Como se disse, Almeida irá resistir durante algumas semanas, a sua capitulação dar-se-á por causas acidentais.

Quanto à guarnição portuguesa que se encontrava dentro da Praça Forte de Almeida, ela era constituída por cerca de 5.000 homens das armas de infantaria, artilharia e cavalaria²⁴⁷. Estas forças que defendiam a Praça de Almeida eram consideradas tropas extraordinárias, pois, conforme já afirmámos em páginas anteriores, eram assim chamadas as guarnições das praças.

²⁴⁷ Vitoriano José César, *op. cit.*, p. 18; António Pires Nunes, *op. cit.* pp. 98-99

Havia um regimento de Infantaria, o nº 24, com cerca de 1.500 homens, comandado por Guilherme Cox²⁴⁸, que havia sido promovido pelo Príncipe Regente, em 12 de Dezembro de 1809, conforme proposta de Beresford²⁴⁹. Para além disso, havia ainda três regimentos de milícias com um total de cerca de 2.100 homens que pertenciam a Trancoso, Arganil e Guarda²⁵⁰.

A estas forças juntavam-se ainda um destacamento de artilharia nº 4 com 400 homens e uma companhia de cavalaria nº. 12. O comandante de artilharia era o major Fortunato Barreiros²⁵¹.

Guilherme Cox era o governador da Praça. Tinha sido nomeado governador interino²⁵², o qual, como já vimos, também era o comandante do regimento nº. 24.

O Coronel de Infantaria Francisco Bernardo da Costa Almeida desempenhava as funções de Tenente - Rei²⁵³. Com estas forças, esperava-se que Almeida resistisse por bastante tempo. Na sua Ordem do dia 6 de Setembro de 1810, Beresford afirmou a dado momento: «Finalmente

²⁴⁸ Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, p. 280; Vitoriano José César, *op. cit.*, p. 65; José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, p. 417; António Pires Nunes, *op. cit.*, pp. 98-99

²⁴⁹ Doc. Nº 4 do apêndice.

²⁵⁰ Vitoriano José César, *op. cit.*, p. 65; José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, 1º vol., p. 58; António Pires Nunes, *op. cit.*, 99.

²⁵¹ Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, p. 280; José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, 1º vol., p. 418.

²⁵² Doc. Nº 5 do apêndice.

²⁵³ Vitoriano José César, *op. cit.*, p. 65; Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, p. 281.

Almeida se rendeu, e pôde ser que em 15 ou 20 dias mais depressa do que esperavamos...»²⁵⁴. Mesmo assim, Almeida resistiu 34 dias.

Wellington esteve em Almeida, aquando da rendição de Cidade Rodrigo. Assiste à queda desta e mantém-se imóvel. Em 25 de Junho, sabemos que transferiu o seu quartel-general de Celorico da Beira para Almeida²⁵⁵, sendo que, dias depois, mais propriamente a 30 do mesmo mês, preferiu fixar-se em Alverca, perto de Freixedas²⁵⁶ e de Almeida. Havia também a possibilidade de comunicar com a fortaleza através do telégrafo que existia na Praça²⁵⁷.

Como sabemos, Julho é o mês das colheitas, daí que, no dia 28 desse mês, os sitiados tentam uma saída para recolher algum cereal das eiras a pouca distância das muralhas. Eram 1.200 homens com 4 peças e munidos de carros para transporte do grão²⁵⁸.

Ao mesmo tempo, nesse mesmo dia, Massena, acompanhado pelo marechal Ney e pelos generais Eble e Lazowski, fazem uma visita aos acampamentos para um reconhecimento à Praça.

²⁵⁴ Ordem do dia 6 de Setembro de 1810, in José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, vol. I, p. 445.

²⁵⁵ Vitoriano José César, *op. cit.*, p. 51.

²⁵⁶ *Ibidem.*

²⁵⁷ Fortunato José Barreiros, «*Exposição Verídica e Sincera...*», Bourges, edição do autor, 1815.

²⁵⁸ Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, p. 282; Vitorino José César, *op. cit.*, p. 64; José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, 1º. vol., p. 420.

Os franceses apoderaram-se da maior parte dos carros e peças que os portugueses levavam²⁵⁹, pois, nos caminhos que haviam percorrido até aí, apenas tinham encontrado campos de restolho em vez de searas. Era frequente haver contactos com algumas escaramuças, porque ambos os lados, portugueses e franceses, disputavam os cereais que se encontravam nas eiras.

Depois do combate do rio Côa, por nós já descrito, Crawford irá para Celorico da Beira, onde se encontrava o quartel-general. Wellington transferira-o para aí com receio de um ataque dos franceses, cujas forças eram muito superiores às do exército anglo – luso.

Após a retirada de Crawford, Almeida ficou sem esperança de qualquer ajuda. O general francês Ney teve conhecimento disso, daí que ordenasse ao governador da Praça a sua rendição, mas Cox recusou. Perante tal resposta, os franceses vão pensar seriamente na investida à Praça de Almeida.

Massena, entretanto, faz uma declaração, datada de 1 de Agosto, afirmando que o exército francês iria entrar em Portugal como amigo e não como vencedor. Não vinha fazer guerra aos portugueses, apenas combater os ingleses. Eis as suas palavras: «Portugais Les armées du Grand-

²⁵⁹ Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, p. 283; Vitoriano José César, *op. cit.*, p. 65; José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, p. 420.

Napoleón sont sur vos frontières, et vont entrer sur votre territoire, en amis et non en vainqueurs. Elles ne viennent pas pour vous faire la guerre, mais pour combattre ceux qui vous portent à la faire. Portugais, ouvrez les yeux sur vos intérêts. Qui fait l'Angleterre pour que vous souffriez la présence de ses soldats sur votre sol? Elle a détruit vos fabriques, ruiné votre commerce, a paralysé votre industrie dans la seule vue d'introduire chez vous des objets manufacturés dans ses ateliers, et de vous rendre ses tributaires. Que fait-elle aujourd'hui pour que vous embrassiez la cause injuste qui a soulevé contre elle toutes les puissances du continent? Elle vous trompe sur les résultats d'une campagne où elle ne veut rien risquer, elle se fait un rempart de vos bataillons, comme si votre sang devait être compté pour rien; elle se tient en mesure de vous abandonner quand cela conviendra à ses intérêts, dût-il en résulter des dommages pour vôtres; et, pour mettre le comble à vos maux et à son insatiable ambition, elle envoie ses vaisseaux dans vos ports, pour emmener dans ses colonies ceux vos enfants qui auront échappés aux dangers auxquels elle les auran exposés sur le continent. La conduite de son armée devant Ciudad Rodrigo, ne vous dit-elle pas assez ce que vous devez attendre de semblables alliés? N'ont-ils pas excité la garnison et les malheureux habitants de cette place, par des promesses trompeuses, et ont-ils brûlé une seule amorce pour les secourir? Plus récemment encore, ont-ils jeté quelques-uns des leurs dans Almeida, si

ce n'est un gouverneur chargé de vous engager à une défense aussi mal entendue que celle de Rodrigo? Eh! Ne vont-ils pas fait outrage, en mettant ainsi dans la balance un seul anglais contre six mille de votre nation? Portugais, ne vous laissez pas abuser plus long-temps; le puissant Souverain dont tant de peuples bénissent les lois, la force et le génie, va assurer votre prospérité. Mettez-vous sous sa protection. Accueillez ses soldats en amis, et vous trouverez sûreté pour vos personnes et vos propriétés. Les maux qui résultent de l'état de guerre vous sont connus: vous savez qu'ils vous menacent dans tout ce que vous avez de plus cher, dans vos enfants, vos parens, vos amis, vos fortunes et votre existence politique et privée. Prenez donc résolution qui vous offre tous les avantages de la paix. Restez tranquilles dans vos habitations; livrez-vous à vos travaux domestiques, et ne regardez comme vos ennemis que ceux qui vous conseillent une guerre dont toutes les chances sont contre le bien de votre pays.»²⁶⁰.

Em meados de Agosto, mais propriamente no dia 15, o exército francês iniciou a abertura das trincheiras, para aí colocarem as peças destinadas a bombardear a Praça de Almeida. Nesse dia, era o aniversário de Napoleão. Este foi, sem dúvida, o melhor presente que o imperador francês poderia ter.

²⁶⁰ M. Guingret, *op. cit.*, p.p. 39, 40 e 41; José Vilhena de Carvalho, *op. cit.* p. 420.

Devido à extraordinária posição geoestratégica da Praça de Almeida, os preparativos para o ataque tornavam-se muito difíceis e morosos. Por isso, era muito complicado transportar todo o equipamento para sitiar a fortaleza de Almeida. Foram precisos dois dias para o fazer, quando, afinal, a distância entre a fronteira e Almeida é de cerca de 14 a 15 quilómetros. Tornou-se, portanto, muito difícil para os franceses reunir as peças para o cerco, daí que o inimigo francês perdesse muito tempo antes do início do mesmo²⁶¹.

Os trabalhos iniciaram-se durante a noite, sem que os portugueses dessem conta. Só na manhã seguinte se aperceberam disso, ao verem a terra removida. É aberta uma trincheira a cerca de 400 metros, junto ao baluarte de S. Pedro, este era considerado pelos franceses, como o ponto mais vulnerável, facilitando o ataque. Ainda hoje este local é conhecido pela designação de «Baterias».

Se os sitiados fizessem patrulhas exteriores às muralhas, ter-se-iam apercebido dos trabalhos do exército de Massena e poderiam ter-lhe causado muitas baixas. Como o próprio Guingret afirma, «...faisant dès patrouilles exterieures, se seraient aperçus de nos travaux, en auraient

²⁶¹ Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, p. 283. Vitoriano José César, *Invasões Francesas*, 3ª. Parte, p. 66.

rendu compte, et alors nous eussions beaucoup souffert par les feux de la place.»²⁶².

A mesma opinião é expressa pelo autor da obra *Campagne de l'armée française en Portugal, dans les années 1810 et 1811* nos termos seguintes: “nous eussions perdu beaucoup de monde cette première nuit si le gouverneur avait tenu des postes hors des fortifications »²⁶³.

Só passados dez dias, mais propriamente a 25 de Agosto, ficaram concluídos os trabalhos para o assentamento das peças e após ter sido aberta mais uma trincheira paralela à primeira, a qual ficava a 200 metros da Praça²⁶⁴.

O próprio Guilherme Cox nos dá conta disso ao afirmar: «... No dia 25 de Agosto pela tarde, dez dias depois que o inimigo abriu a trincheira e que trabalhava já na segunda paralela, as baterias da primeira pareciao estar prontas para principiar o fogo»²⁶⁵. Esta informação faz parte do processo que foi instaurado em 1814 a Guilherme Cox, pela capitulação de Almeida, de cuja Praça era governador. É, portanto, uma informação credível.

²⁶² M. Guingret, *op. cit.*, p. 27.

²⁶³ G., A. D. L., *Campagne de l'armée française en Portugal, dans les années 1810 et 1811*, Paris, J. G. Dentu, 1815, p 29.

²⁶⁴ *Ibidem*; Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, p. 284; Vitoriano José César, *op. cit.*, p. 69; M. Guingret, *op. cit.*, p. 27.

²⁶⁵ Doc. N° 7 do Anexo II.

John Thomas Jones também nos diz o seguinte: «les premières batteries jouèrent de 25...»²⁶⁶.

Conforme nos diz Vitoriano José César, na noite de 26, as baterias já estavam todas armadas para o início do fogo²⁶⁷. O autor descreve mesmo a disposição dessas baterias, sendo que, às seis horas desse mesmo dia, começou o bombardeamento que se destinou sobretudo a abater o baluarte de S. Pedro, onde estariam dez baterias. O objectivo era essencialmente este baluarte. É o próprio Massena quem o afirma no seu ofício, datado de 30 de Agosto, que envia do seu quartel-general situado no Forte da Conceição²⁶⁸.

De início, a guarnição da Praça de Almeida respondeu com vigor ao ataque francês²⁶⁹. Algumas casas foram incendiadas, mas os seus moradores não chegaram a ser atingidos, porque tinham saído da Praça, levando consigo os seus valores mais importantes²⁷⁰. Também os próprios aposentos do governador Guilherme Cox foram atingidos, obrigando este a mudar-se para outro local, mais propriamente para um quarto que ficava

²⁶⁶ M. Alph de Beauchamp, *op. cit.*, p. 177.

²⁶⁷ Vitoriano José César, *op. cit.*, p. 69; Coronel Faria Gil, *op. cit.*, p. 284; M. Alph de Beauchamp, *op. cit.*, p. 177.

²⁶⁸ Fortunato José Barreiros, *op. cit.*, pp. 63 e 64, Bourges, 1815.

²⁶⁹ Vitoriano José César, *op. cit.*, p. 70.

²⁷⁰ José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, p. 426.

situado na abóbada da porta falsa, no Baluarte de S. João de Deus, sendo este à prova de bomba²⁷¹.

Conforme Massena afirma, alguns dos tiros inutilizaram canhões portugueses, atingindo os parapeitos do Baluarte de S. Pedro, pois era para aí que os franceses dirigiam o fogo²⁷².

Já ao cair da tarde (alguns autores dizem ser provavelmente às sete horas, outros dizem oito, não se sabe ao certo a hora exacta), do dia 26 de Agosto, o dia mais trágico para a defesa da praça, devido a um mero acaso, ocorre uma grande explosão. Um dos artilheiros franceses, ao findar o seu trabalho, atirou, parece que despreocupadamente, um projectil em direcção à praça. Foi um entre os milhares que já haviam caído e era o último que encerrava a sessão de fogo. Foi o tiro mais dramático, pois atingiu o coração da fortaleza. Caiu no centro do Castelo sobre uma porção de pólvora que estava fora do paiol, mas que comunicava com ele, formando um verdadeiro rastilho.

Dentro do depósito, havia alguns barris com pólvora, os quais foram tirados e foram rolando para a rua, deixando um rasto explosivo. As bombas caíram ali e incendiaram os resíduos de pólvora.

²⁷¹ Fortunato José Barreiros, *op. cit.*, p. 63; José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, p. 426.

²⁷² *Ibidem.*

Foi então que se deu o desastre de Almeida. Instantes decorridos, viu-se um intenso clarão, seguido de uma grande convulsão e um ruidoso estampido. Foi uma terrível explosão²⁷³. Milhares de blocos de pedra saltaram nas mais diversas direcções, misturadas com pedaços de corpos e a distâncias incalculáveis. Algumas peças de artilharia foram lançadas aos fossos, tal foi a violência da explosão, chegando a morrer, também, alguns soldados nas trincheiras francesas.

Fora da praça, os sitiados aperceberam-se que o sucedido fora obra do acaso, mas que ajudava, e muito, a atingir os seus objectivos.

Quanto aos sitiados, procuravam saber a causa do acidente e acorrem junto do governador Guilherme Cox, para obterem esclarecimentos.

Para Guingret, «Cette désastreuse explosion fut l'effet de l'imprudence ou du peu de soin des artilleurs de la garnison » e acrescenta. « La poudrière d'Almeida était à l'épreuve des bombes comme toutes celles des autres places ; mais les canonnières étaient occupés à sortir ou à rentrer des barils de poudre, des barils mal cérulés, avaient laissé des trainés sur la place d'armes et dans les escaliers de la poudrière. Les artilleurs, n' ayant point terminé leur travail, avaient négligé de balayer ces trainées à mesure qu' elles se faisaient ; une de nos bombes les enflamma en tombant, et dans un clin d'œil le feu se communiqua dans les magasins».

²⁷³ M. Guingret, *op cit.*, p. 27; John Thomas Jones, *op. cit.*, p.177.

E conclui « On ne prend jamais assez de precautions dans ces sortes de travaux »²⁷⁴.

Pinheiro Chagas, sobre o acidente, diz: «Massena foi abrir trincheiras diante de Almeida, governada pelo brigadeiro Guilherme Cox. Logo depois de ter aberto o fogo, uma bomba francesa incendiou o paiol onde estava a maior parte da pólvora que havia na praça. A explosão foi terrível e deixou a praça em tal estado que o brigadeiro Cox foi obrigado a capitular»²⁷⁵.

O ajudante de campo de Massena, o Barão de Marbot, conta como se passaram os factos referentes à explosão do Castelo de Almeida e diz: «Em 26 de Agosto, ao cair da noite, ouviu-se uma forte explosão. A terra tremeu. Julguei que a casa ia desmoronar-se. Era a fortaleza de Almeida que acabava de ir pelos ares em virtude da explosão do enorme armazém de pólvora. Embora a Cidade de Rodrigo fique a meio dia de viagem daquela praça grande comoção se faz sentir vivamente. Pode imaginar-se por isso, o efeito que produzira em Almeida. Esta desgraçada praça foi totalmente destruída ficando apenas seis casas em pé. Morreram seiscentos homens da guarnição e houve um grande número de feridos. Cinquenta franceses

²⁷⁴ M. Guingret, *Relation Historique et Militaire de la Campagne de Portugal sous le Marechal Massene, Prince de d'Esling*, Limoges, 1816, p. 29-30.

²⁷⁵ Manuel Pinheiro Chagas, *História de Portugal*, Lisboa, Empresa História de Portugal, 1903, 3ª. Edição, vol. VIII, p. 52.

empregados nos trabalhos do cerco foram alcançados pelos estilhaços das pedras²⁷⁶.

Foi o pânico geral, formulando hipóteses sobre o que acontecera. Por um lado, já se dizia que fora uma bomba que os franceses fizeram explodir, enquanto outros pressentiam que o paiol grande do Castelo fora pelos ares. Para ver o que realmente tinha acontecido, Guilherme Cox, governador da Praça, foi até junto do ponto mais alto onde se situava o Castelo, sendo que, deste, já nada restava. Por onde passou, só viu destruição e gemidos de dor e muitos mortos. Para além do Castelo, também a Igreja Matriz e muitas casas tinham desaparecido.

A Duquesa de Abrantes, companheira de Junot e que se encontrava em Felice, conta-nos, nas suas memórias, os acontecimentos de Almeida, dizendo: «... O cerco de Almeida durava há longo tempo, quando um acontecimento, que não pode chamar-se venturoso subitamente decidiu a sorte da praça e de uma porção dos seus moradores, uma noite, pouco depois do sol posto, a minha casa experimentou um violento abalo – será um tremor de terra, exclamei aterrada?... Teremos a reçar de tudo neste malaventurado país? No mesmo instante uma nova detonação se ouviu. Parecia-me que a casa desabava. E na fortaleza gritavam os homens e Junot foi o primeiro a correr para uma velha e desbaratada torre situada no cume

²⁷⁶ Baron de Marbot, *Memoire du General*, Paris, in José Vilhena de Carvalho, op. cit., p. 427.

duma colina ao sair da povoação. É um espectáculo admirável, grita ele, voltando quase no mesmo instante!... Laura, é mister que tu vejas, e eu te vou mandar conduzir. Almeida está em chamas! De feito me levaram à torre e daí presenciei uma horrenda maravilha. Era um horizonte todo de fogo, orlando um céu côr de ardósia e lançando às vezes sobre aquela sombria tapeçaria brilhantes girândolas, que em todas as direcções a sulcavam... Aquele clarão cintilante, aquela noite escura, o vento assobiando atravez das montanhas e trazendo de quando em quando um grito como de desespero... Havia neste espectáculo como que abalar ainda o coração intrépido».

E continua a referida Duquesa: «Almeida acaba de ir quasi totalmente pelos ares, mas por acaso. Um artilheiro, ao deixar o seu posto, tinha uma granada a lançar e lançou-a para a vila sem apontar e mesmo sem saber o rumo que ela tomaria. A granada foi cair ante a porta do arsenal na ocasião em que se achava aberta e em que cem operários preparavam cartuxame, dividindo assim a imensa pólvora existente na praça... Uma circunstância tornou ainda mais doloroso este sucesso. Muitos dos habitantes que se refugiavam nos fossos do castelo durante o bombardeamento se asilaram nas casamatas e quarenta famílias aí abrigadas, no momento da explosão, foram vítimas daquele horroroso acaso que contudo foi um dos muitos que a guerra acarreta».

Como vimos e vamos continuar a ver, é espantosa a narrativa da Duquesa de Abrantes: «o efeito desta bomba ou granada foi tal que a vila abriu-se por diversas partes, de jeito que dez brechas permitiram ao exército francês entrar nela. Peças de artilharia foram cair na planície a grande distância; membros palpitantes se toparam a mais de cinquenta toesas da praça; e quando Junot, no dia seguinte, regressou a S. Felices, depois de haver visitado toda a vila e notado os desastres causados pelo inesperado acontecimento da véspera, empalidecia somente ao lembrar-se de todos os fragmentos de corpos humanos que lhe embargavam os passos no trânsito, através do negro e ensanguentado entulho daquele castelo e daquela vila, túmulos de tantas vítimas inocentes».

E a duquesa de Abrantes prossegue a sua narrativa, nos seguintes termos: «o artilheiro haver mui de propósito atirado o seu projectil sobre o arsenal por saber que nele se arrecadavam as munições; mas ainda que assim fosse verdade, nem por isso a explosão cessava de ser fortuita. Ele contudo teve a cruz, e uma grande recompensa. O comandante da praça era um inglês, o general Cox, creio eu»²⁷⁷.

²⁷⁷ J. A. de Oliveira, *A Praça de Almeida em 1810*, «Memórias» Duquesa de Bragança, Revista Universal Lisbonense, 1853, vol. XII, pp. 137 e 138; José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, pp. 427 – 429.

Por a considerarmos rica de informações e dotada de um impressionante realismo, deixámos correr, a título excepcional, pela sua extensão, a eloquente narrativa da duquesa de Abrantes.

Em vários seminários a que temos assistido, nomeadamente na vila de Almeida, versando este tema, tem-se afirmado que, na altura da explosão, o paiol continha setenta e cinco toneladas de pólvora. Por aqui, podemos imaginar a verdadeira dimensão da tragédia.

Podemos concluir, por estas descrições, que foi uma bomba atirada ao acaso que pegou fogo à pólvora, que estava guardada nos armazéns do castelo, originando este trágico acontecimento.

Apesar de tudo, o que aconteceu e depois de refeitos da surpresa, a guarnição de Almeida ainda se defendeu com heroísmo, e aqueles que ainda resistiram à explosão continuaram a defender a Praça. Guingret afirma a certa altura: «Je citerai le sang-froid de quelques cannoniers portugais, qui ayant eu le bonheur miraculeux de suivre à l'explosion, continuèrent à faire jouer leur pièce pendant que les débris de la place volaient encore, et menaçaient de les écraser. On aime à admirer le courage, même dans ses ennemis»²⁷⁸.

Foi já na manhã seguinte, no dia 27, que se toma consciência da verdadeira dimensão da catástrofe. São ruas entulhadas e muitas casas

²⁷⁸ M. Guingret, *op. cit.*, p. 29.

queimadas pelo fogo que durou toda a noite. Por todo o lado, havia destroços e, no meio destes, muitos cadáveres irreconhecíveis. Tudo estava destruído, continuando os franceses com os bombardeamentos durante toda a noite, enquanto os portugueses respondiam com as últimas munições que lhes restavam.

Não era possível resistir por muito mais tempo nestas condições. Por volta das dez horas, os franceses suspenderam o ataque e Massena propôs a rendição da Praça, enviando para isso dois emissários, um dos quais era português, um tal Gama²⁷⁹.

Guilherme Cox aceita negociar e pede a Massena as condições da capitulação, sendo que o general francês manda de imediato o coronel Pelet com o documento que continha os artigos da rendição para ser assinado. Segundo António Pires Nunes Massena terá respondido que concedia à guarnição as honras de guerra «deixando aos oficiais as espadas e aos soldados as mochilas»²⁸⁰. Seria um favor do comandante francês, mas não ficava escrito que libertaria as milícias com a condição de não retomarem o combate contra os franceses²⁸¹.

Para tratar deste assunto com Massena, Guilherme Cox enviou dois oficiais portugueses, Fortunato José Barreiros, comandante de artilharia da

²⁷⁹ Processo de Guilherme Cox, in José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, p. 453.

²⁸⁰ António Pires Nunes, *op. cit.*; p. 100.

²⁸¹ *Ibidem.*

praça de Almeida, e o capitão José Pedro Melo²⁸², com a recomendação de que Almeida só seria entregue no dia 28, depois do meio-dia. Este último regressou à praça, dizendo que Massena não alteraria a sua proposta e que Cox deveria entregá-la nesse mesmo dia até às oito horas da noite. Quanto a Fortunato José Barreiros por influência do Marquês de Alorna e do Brigadeiro Pamplona, que se tinham colocado do lado francês, não regressou Almeida²⁸³. Guilherme Cox tenta uma vez mais ganhar tempo, recusando a proposta, sempre na expectativa de ser socorrido pelo exército anglo-luso, dizendo ainda que a única divergência consistia na libertação da guarnição e isto já tinha sido acordado verbalmente como promessa de Massena.

O general francês manda dizer que apenas concede mais meia hora, achando que as negociações estariam a demorar tempo demais e recomeçou de imediato o bombardeamento dos dois lados²⁸⁴.

A ordem do governador não foi bem recebida pela guarnição, alegando que era inútil um sacrifício tão grande. Perante isto, o tenente-rei receando que a situação se agravasse, dirigiu-se ao governador pedindo-lhe

²⁸² Vitoriano José César, *op. cit.*, p. 71; Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, p. 286; J. A. Carvalho de Oliveira, *op. cit.*, p. 178.

²⁸³ Ant´nio Pires Nunes, *op. Cit.*, p. 100.

²⁸⁴ Carta de Massena a Guilherme Cox, in José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, p. 457; Damião Peres, *op. cit.*, vol. VI, p. 346.

que se reunisse o conselho de guerra, sendo esta sugestão aceite por Cox, que se pronunciou pela capitulação²⁸⁵.

No dia 28 de Agosto, a guarnição depôs as armas²⁸⁶ e Massena tomou conta da fortaleza de Almeida²⁸⁷.

Na sequência do que temos vindo a dizer, achamos imprescindível reflectir sobre algumas considerações feitas por Guilherme Cox a Francisco Bernardo da Costa Almeida, tenente-rei de Almeida e Fortunato José Barreiros, comandante de artilharia, e que consideramos pouco correctas e muito injustas. Não entraremos em grandes pormenores, porque esse não é o nosso propósito, neste caso concreto.

Quanto à rendição da praça de Almeida, não nos parece que tenha sido apressada, até porque o próprio governador escreve: «Logo depois da explosão conheci a impossibilidade de me defender...»²⁸⁸.

Por outro lado, e apesar das condições em que ficou a Praça, os sitiados só depuseram as armas trinta e seis horas depois, por isso, não podemos concluir que tenha havido precipitação na rendição.

Posteriormente, os dois foram condenados. Francisco Bernardo da Costa foi mesmo executado na cidade de Lisboa, em 1812²⁸⁹. Quanto a

²⁸⁵ Vitoriano José César, *op. cit.*, p. 70; António Pires Nunes, *op. cit.*, p. 100.

²⁸⁶ José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, p. 435; Vitoriano José César, *op. cit.*, p. 72.

²⁸⁷ M. Guingret, *op. cit.*, p. 30.

²⁸⁸ Processo de Guilherme Cox, in José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, p. 453.

Fortunato José Barreiros, teria tido a mesma sorte, se ainda estivesse no País.

Este último foi acusado de ter provocado a explosão do castelo, porque teria feito um cordão de pólvora desde o armazém até à rua, sendo que uma bomba francesa incendiara o rastilho, pegando este ao interior do depósito, provocando assim a explosão. Foi-lhe movido um processo, mas, em 1815, Fortunato José Barreiros publicou uma exposição, a que já nos referimos atrás, na qual prova a inconsistência das acusações que lhe são feitas²⁹⁰.

Quanto ao facto deste ser acusado da explosão do castelo, há uma afirmação de Guilherme Cox, inserida no documento da sua defesa no processo que lhe foi movido pela rendição de Almeida, que mostra como isso é falso. Cox não sabia a que se devia a explosão, mas diz: «a conjectura mais provável parece ser que huma bomba grande quebrouse e uma das vigas que cobria a Porta do Caminho do Armazém, que entrava, e comunicara fogo ao Grande Depozito da Pólvora, que nelle havia. He possível que isto sucedesse premeditadamente»²⁹¹.

²⁸⁹ J. A. Carvalho de Oliveira, *op. cit.*, p. 238; José Carvalho Vilhena, *op. cit.*, pp. 430,467 e 468.

²⁹⁰ Damião Peres, *op. cit.*, p. 346; José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, p. 467.

²⁹¹ Justificação de Guilherme Cox, in José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, p. 456.

O próprio Guilherme Cox não crê que tenha havido traição na explosão do castelo. Nem ele teria poupado Barreiros disso na altura, caso o suspeitasse. Este oficial foi acusado de ter ficado com os franceses, até à entrada destes na praça de Almeida, continuando depois ao seu serviço.

Barreiros, na sua exposição, esclarece este ponto, dizendo que veio à praça e falou com o governador antes da entrada dos franceses, ficando lá ainda algum tempo²⁹².

O desempenho do governador de Almeida é motivo de apreço por parte de Guingret nos seguintes termos: «Lor Wellington avait por principe de ne jamais renfermer les troupes anglaises dans les places; il y mettait toujours ses alliés, mais il avait grand soin de faire confier le gouvernement des villes á des hommes sûrs, à des gens d' honneur ». E conclui « En général, tous les chefs ennemis qui ont commandé des places en Espagne ou en Portugal, ont acquis beaucoup de gloire »²⁹³

Após esta pequena abordagem acerca destes oficiais portugueses, continuemos então com aquilo que foi a actuação de Massena para com a guarnição de Almeida. Mentiu, quando disse que a libertava, porque foi

²⁹² José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, p. 433.

²⁹³ M. Guingret, *op. cit.*, p. 30.

obrigada a ingressar nas tropas francesas, sendo que a maior parte dos portugueses desertou logo de seguida e ingressou no exército anglo-luso²⁹⁴.

Voltando um pouco atrás, quando, a 28 de Agosto, os franceses entraram em Almeida, esta vila encontrava-se totalmente destruída, devido à forte explosão, daí que Massena tenha permanecido no Forte Conceição em Espanha²⁹⁵. Nomeou governador da Praça Bernier²⁹⁶. No dia seguinte, a 28 de Agosto, os franceses entraram em Almeida e encontraram muito material, nomeadamente 115 bocas de fogo, peças de artilharia e bem abastecida de mantimentos²⁹⁷.

Terá sido talvez nessa altura que o exército anglo-luso ganhou esta causa, ainda que só mais tarde isso venha efectivamente a ser perceptível. Do que não há dúvidas é que, para a vitória final dos anglo-lusos sobre os franceses, foi decisivo o tempo que demorou o cerco de Almeida, ainda que lhe tenha custado a sua destruição.

²⁹⁴ José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, pp. 437 e 439; Vitoriano José César, *op. cit.*, 3ª. parte, p. 73. Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, 2ª. parte, p. 287.

²⁹⁵ José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, p. 436.

²⁹⁶ Vitoriano José César, *op. cit.*, p. 72; José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, p. 485.

²⁹⁷ António Pires Nunes, *op. cit.* p. 100; José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, p. 436.

3-As Linhas de Torres Vedras

Ao longo do nosso trabalho, e como já referimos no capítulo anterior, Massena demorou-se na fronteira, mais propriamente no Forte Conceição, porque a tomada de Almeida não lhe permitiu estabelecer-se ali, devido ao estado de ruínas em que ficou a Praça.

Após a perda da fortaleza por parte dos portugueses, houve um período, até meados de Setembro, mais propriamente até 15 de Setembro²⁹⁸, em que o exército francês procurou algum descanso, ao mesmo tempo que tratava dos preparativos para prosseguir a invasão até Lisboa, sendo esse o seu objectivo principal, movimentando os exércitos nesse sentido.

Os dois corpos, 6º e 8º, comandados respectivamente por Ney e Junot, que estacionaram entre os rios Côa e Águeda, durante o cerco de Almeida, seguiram para Viseu²⁹⁹.

Quanto ao 2º. Corpo, comandado por Reynier, que estava em Espanha, seguiu para a Guarda, juntando-se às forças de Massena que estavam em Viseu.

²⁹⁸ M. Guingret, *op.*, p. 42.

²⁹⁹ Damião Peres, *op. cit.*, vol. VI, p. 346.

Entretanto, Wellington aconselhou, melhor dizendo, obrigou as populações a abandonarem as suas casas, queimando e destruindo tudo, para que o invasor não encontrasse quaisquer provisões, deixando para trás um verdadeiro deserto. Utilizou a política de terra queimada³⁰⁰.

Como já dissemos, o propósito dos franceses era chegar a Lisboa, mas não atingirão a capital, porque, entretanto, já estariam praticamente construídas as linhas de defesa de Torres Vedras, estas desconhecidas por completo dos franceses, porque haviam sido construídas dentro do maior sigilo – «Tinha-se recomendado o mais profundo silêncio sobre a extensão e natureza dos trabalhos em execução e é honríssimo para todos os que nele tomaram parte observar que apenas uma frase vaga se pode insinuar dos papéis públicos; e apesar da imensidão da obra os franceses ignoravam a natureza da barreira que contra eles se levantava»³⁰¹.

Desde a fronteira até às linhas fortificadas, só no Buçaco Massena encontrou as tropas anglo-lusas³⁰². Dá-se o confronto e, embora os franceses não tivessem ganho a batalha, continuaram a sua marcha até

³⁰⁰ Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, p. 291; Vitoriano José César, *op. cit.*, p. 80. *Grande Enciclopédia Luso-Brasileira*, Lisboa/Rio Janeiro, s/ data, vol. 32, pp. 293 e 294;

³⁰¹ M. John T. Jones, *Memória sobre as Linhas de Torres*, citada por Cristóvão Aires de Magalhães Sepúlveda, in *História Orgânica e Política do Exército Português*, Coimbra, Imprensa Nacional, 1910, vol.V, 307; Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, Lisboa, Edit. Verbo, 1984, vol. VII, p. 86; *Grande Enciclopédia Luso-Brasileira*, Lisboa/Rio Janeiro, Ed. Enciclopédia, s/ data, vol. 32, pp. 293 e 294.

³⁰² Damião Peres, *op. cit.*, p. 346; Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, p. 326.

Coimbra, ficando esta cidade à mercê do inimigo, porque Wellington se retirou rapidamente³⁰³.

As Linhas de Torres Vedras foram construídas por decisão de Wellington³⁰⁴. Só assim conseguiria deter os franceses e impedir que estes atingissem Lisboa. Nesse sentido, deu ordens para que todas as posições fossem fortificadas, na península compreendida entre o Tejo e o Oceano³⁰⁵.

Wellington, logo após a baralha de Talavera, começou a delinear o plano para defender a cidade de Lisboa da investida dos franceses, mas também para poder abandonar o nosso país, no caso de o exército sofrer algum desaire.

Assim, aquele general deu instruções ao tenente-coronel Fletcher, chefe dos serviços de engenharia, para que este fizesse o reconhecimento, para que se iniciassem as obras³⁰⁶. A Fletcher sucedeu John Jones, já por

³⁰³ Damião Peres, *op. cit.*, p. 348; Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, p. 329; Vitoriano José César, *op. cit.*, p. 105.

³⁰⁴ Joel Serrão (dir. de), *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1984, vol. VI, p. 181; *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa/Rio de Janeiro, s/ data, vol.32, p. 293; Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, p. 139; Vitoriano José César, *op. cit.*, p. 342.

³⁰⁵ Damião Peres, *op. cit.*, p. 348; Vitoriano José César, *op. cit.* pp. 137 e 138; Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, p. 343.

³⁰⁶ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa/Rio de Janeiro, Ed. Enciclopédia, s/ data, vol. n.º 32, p. 293; Vitoriano José César, *op. cit.*, p. 139; Coronel Ferrerira Portuguesa Brasileira Gil, *op. cit.*, p. 343.

nós mencionado, que escreveu «*Memoire sur les lignes de Torres Vedras elevés pour couvrir Lisbonne en 1810*»³⁰⁷.

No entanto, já antes de Wellington, os nossos engenheiros militares, haviam constatado a importância que representava a construção dessas fortificações³⁰⁸. Nesse sentido, o engenheiro português, José Maria das Neves Costa, apresentou um brilhante trabalho, no qual fazia referência a determinados pontos, que viriam a ser fortificados, mas os ingleses fingem desconhecer o trabalho do engenheiro português, negando que tivessem seguido ou aproveitado essa memória. Sabemos que isso não é verdade, pois há documentação que mostra o contrário³⁰⁹.

Apesar de não podermos confirmar se foi de acordo com os planos do Engenheiro Neves Costa que Wellington mandou executar as obras, sabemos sim, com segurança, que as mesmas teriam começado em finais de 1809, segundo informação dada pelo próprio Neves Costa³¹⁰. Esta incerteza

³⁰⁷ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa/Rio de Janeiro, Ed. Enciclopédia, s.d. vol. nº 32, p. 293.

³⁰⁸ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa/Rio de Janeiro, Ed. Enciclopédia, s. d., vol. nº 32, pp. 293 e 294; Joel Serrão, *op. cit.*, vol. VI, pp.180 e 181; Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, p. 342.

³⁰⁹ José Maria das Neves Costa, *Memória Militar Respectiva ao Terreno ao Norte de Lisboa*, Lisboa, edição do autor, 1888, pp. 33 - 36; Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*; p. 86; *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa/Rio de Janeiro, s. d., vol. nº 32, p. 295.

³¹⁰ José Maria das Neves Costa, *op. cit.*, p. 345.

do conhecimento do início e ritmo das obras é perfeitamente justificável, dada a preocupação que existia em manter o maior sigilo sobre as mesmas.

As obras fortificadas, conhecidas por Linhas de Torres Vedras, são três cadeias de núcleos fortificados, formando três linhas de defesa (Fig. 14 do Anexo I).

A primeira dessas linhas é exterior às outras duas e vai do Oceano (da foz do rio Sizandro, a poente de Torres Vedras), ao Tejo. Esta é a mais extensa das linhas e a primeira que vai deter os franceses³¹¹.

Uma segunda linha ficava entre Alverca e a Ponte de Santa Iria, sendo constituída por uma cadeia de fortificações que vão desde a Ericeira, passando por Mafra, e por Bucelas até Alverca³¹². Estas duas linhas destinavam-se a sustentar a marcha do invasor, para que este não atingisse Lisboa, a capital do Reino.

Havia ainda uma terceira linha, esta com uma dimensão muito mais reduzida que as duas primeiras. Era a última defesa da cidade de Lisboa e destinava-se a proteger um provável embarque das tropas inglesas, no caso de as primeiras linhas não conseguirem impedir o avanço dos franceses, e o exército anglo-luso não resistisse ao inimigo francês. Este último reduto

³¹¹ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, p. 96; *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa/Rio de Janeiro, s.d., vol. nº 32, p. 295; Damião Peres, *op. cit.*, p. 345; Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, p. 350.

³¹² Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, p. 86; Damião Peres, *op. cit.*, p. 345.

tinha uma frente bastante limitada e era constituído por vários fortins de forma a oferecer resistência, enquanto se procedia ao embarque.

Demos já uma ideia das linhas fortificadas. Não podemos seguir o desenrolar dos trabalhos, mas não temos dúvidas de que, perante a sua extensão, o factor tempo era extremamente importante.

A provar isto, está o facto de, nas obras já executadas, não se ligar muito a determinados pormenores, acontecendo até que alguns pontos das linhas fortificadas estavam imperfeitos, de acordo com as afirmações de José Maria das Neves Costa na sua «Memória», na sua nova edição de 1815, quando afirma: «já observamos que os engenheiros britânicos seduzidos pela aparente defesa do terreno... empregaram para este fim todos os recursos de defesa e omitiram ou não tiveram tempo de acrescentar semelhantes reforços às vantagens naturais das alturas ao Sul de Torres Vedras»³¹³.

Concluimos, portanto, que os engenheiros ingleses omitiram ou não tiveram tempo de fazer alguns reforços. Sabemos que os franceses chegaram a 13 de Outubro à frente das Linhas de Torres Vedras³¹⁴. Por isso,

³¹³ José Maria das Neves Costa, *op. cit.*, p. 13.

³¹⁴ Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, p. 84; Coronel Ferreira Gil, *op. cit.*, p. 359.

podemos concluir que as obras da primeira linha defensiva ficaram prontas já depois da sua chegada.

Não entraremos em mais pormenores sobre a construção das Linhas Torres Vedras. Pensamos que o que escrevemos é suficiente para a compreensão da realidade em análise.

CONCLUSÃO

Logo após a segunda invasão francesa ter terminado e depois de Soult ter sido obrigado a retirar, depois de mais uma derrota em terras portuguesas, Napoleão fica muito contrariado, daí que ordene de imediato que se prepare uma nova invasão.

É também nessa altura que Wellington começa a pensar seriamente nas fortificações para a defesa da cidade de Lisboa. Quando, em Abril de 1810, se dá a queda de Astorga e depois a queda de Cidade Rodrigo, em finais de Junho, já se construía as Linhas de Torres Vedras.

Quer Astorga, quer Cidade Rodrigo, demoram bastante tempo a capitular. Também Almeida demorou um mês até os franceses entrarem na Praça, apesar de, face ao caso fortuito ocorrido, a que atrás nos referirmos, ter caído quinze ou vinte dias antes do previsto³¹⁵.

Massena precisava de uma base de apoio logístico na fronteira e foi essa a razão que o levou a tomar estas praças. Segundo alguns autores, essas foram também as ordens de Napoleão. No entanto, isto levou ao atraso do início da marcha sobre Lisboa, que só viria a acontecer em meados de Setembro.

³¹⁵ Ordens de Beresford, in José Vilhena de Carvalho, *op. cit.*, p. 445.

De salientar, também, que Massena não só perde tempo na cidade Rodrigo e Almeida, como também desgasta aí as suas tropas que eram destinadas ao exército de operações³¹⁶.

Wellington contava que a praça de Almeida resistisse mais tempo, mas a explosão do paiol veio contrariar os seus planos. Não sabemos se tencionava ou não socorrer Almeida, possivelmente não. Apesar de estar próximo da vila, nas margens do rio Côa, não se aventurou à ofensiva. Aliás, essa foi sempre a sua política, não atacar o inimigo, mantendo-se sempre à defesa. Isso já havia acontecido em relação a Cidade Rodrigo. Esta praça estava já em sérias dificuldades, quando o general La Romana propôs ajuda a Wellington para uma acção em comum, e este recusou de forma categórica a ofensiva.

No entanto, o general inglês procurou sempre prolongar a defesa de Almeida por mais tempo. A razão dessa atitude era, com certeza, ganhar tempo para a construção das Linhas de Torres Vedras.

Era necessário que a marcha das tropas de Massena retardasse o mais possível, porque as obras das Linhas só aceleraram já os franceses estavam em Portugal.

Quando Almeida cai, as fortificações de Torres Vedras ainda estão atrasadas e esse é o momento certo para se dar mais um impulso, como nos

³¹⁶ Vitoriano José César, *op. cit.*, p. 289.

diz Teixeira Botelho: «deu-se um grande impulso às obras»³¹⁷. Nessa altura, fez-se um esforço de forma a que as Linhas estivessem em condições de impedir os franceses de chegar a Lisboa.

Wellington, durante todo o percurso, desde a fronteira até ao Buçaco, vai manter-se sempre à defesa, e mesmo aí, ganhando a batalha, retirou novamente e irá colocar-se nas Linhas de Torres Vedras, fazendo gorar os propósitos de Massena, isto é, chegar até Lisboa, capital do Reino. Quando os franceses chegaram às Linhas, estas ainda estavam incompletas, mas capazes de resistir.

Também aí Wellington manteve a sua tática, isto é, na defensiva, mas Massena acabou por reconhecer que as suas forças não eram suficientes para bater as tropas anglo - lusas e, portanto, não atingirá Lisboa.

Fazendo uma síntese sobre o que aconteceu, poderemos concluir que o tempo que Massena perdeu em Almeida foi extremamente importante para que as fortificações de Torres Vedras se construíssem, e estas foram fundamentais para o sucesso obtido pelo exército aliado de Wellington, aquando da terceira invasão francesa, comandada por Massena.

A ambiciosa causa de Napoleão perdeu-se na fronteira e evitou-se, assim, possivelmente, que o imperador francês anexasse o nosso País e enviasse para cá mais um dos seus parentes, com o título de rei de Portugal.

³¹⁷ J. J. Teixeira Botelho, *História Popular da Guerra Peninsular*, Porto, 1915, p. 413.

Para concluir diremos ainda que se tratou duma guerra extremamente violenta. As populações foram muito sacrificadas pelas barbáries a que estiveram sujeitas. O exército francês cometeu os maiores abusos e massacres, dando origem a revoltas contra os invasores, que por sua vez as reprimiam com muita violência. Por outro lado a política de Napoleão determinava que a guerra deveria alimentar a guerra, levando os soldados a explorarem os recursos locais, causando muitas vezes a fome e a indisciplina no exército francês, também fruto daquilo que Wellington determinou em 4 de Agosto de 1810 e que foi a política da terra queimada, ou seja obrigava as populações a abandonar as suas casas e os seus haveres com ordem expressa de deitar fogo a tudo que ficava para trás.

ANEXO 1 – Ilustrações

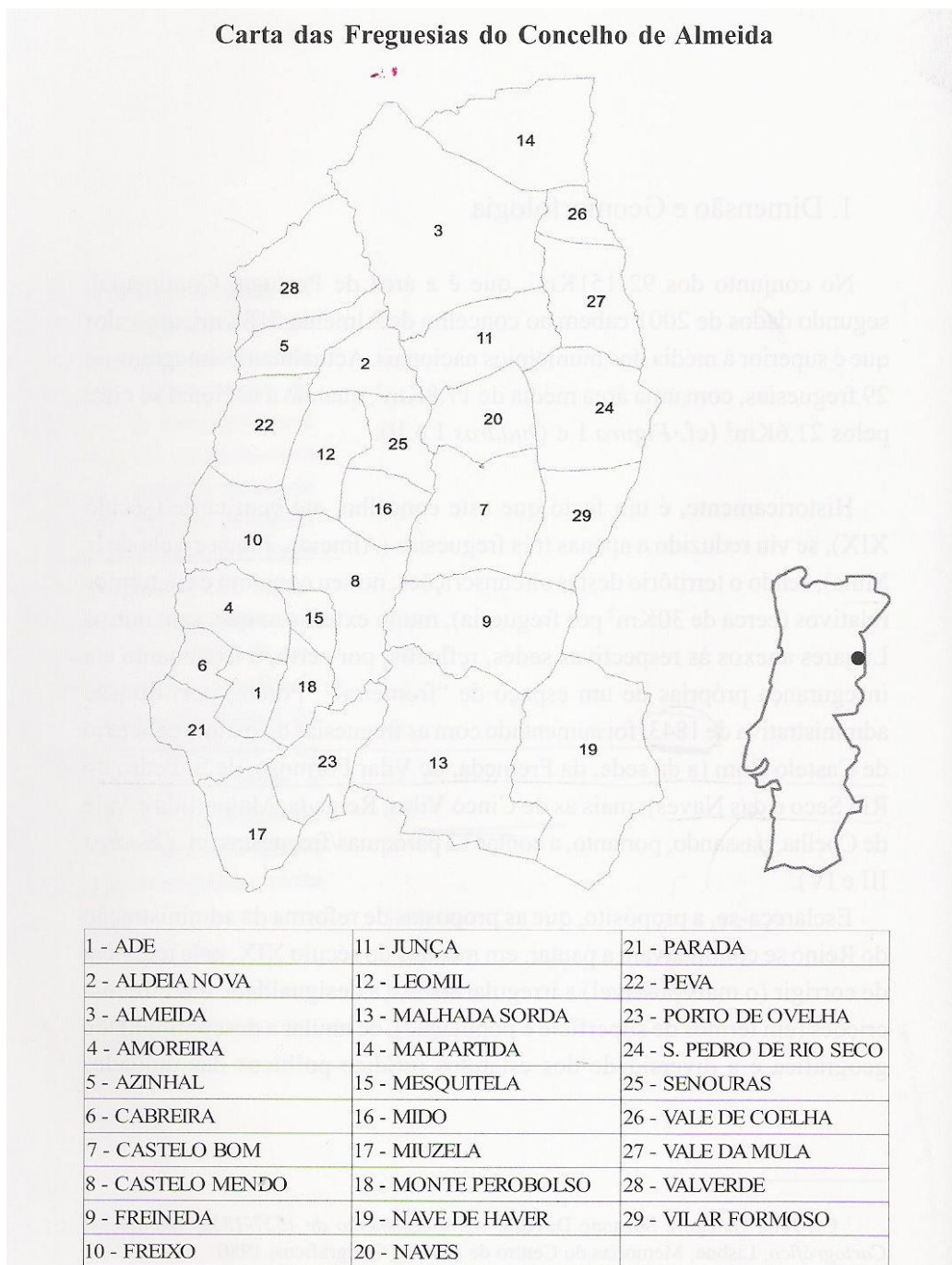


Figura 1

in João Marinho dos Santos, *O Concelho de Almeida, Esboço Histórico-*

Sociológico, Coimbra, Palimage Editores, 2005, p.24



Figura 2

Brasão de Almeida

Informação do *sítio* oficial da Câmara Municipal de Almeida



Figura 3

Ruínas do Castelo de Almeida

Fotografia da autora, 2009



Figura 4

Ruínas do Castelo de Almeida

Fotografia da autora, 2009

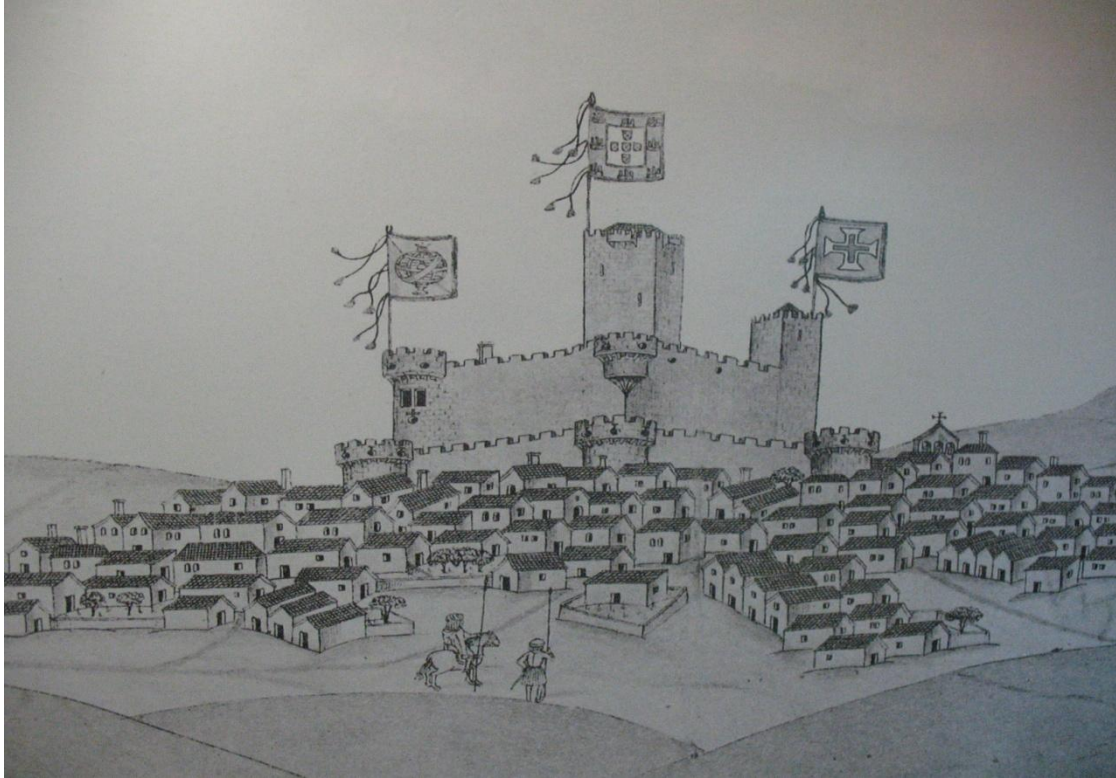


Figura 5

Castelo de Almeida (desenho de Duarte Darmas), José Vilhena de Carvalho, *Castelo de Almeida*, Almeida, Câmara Municipal de Almeida, 2006.

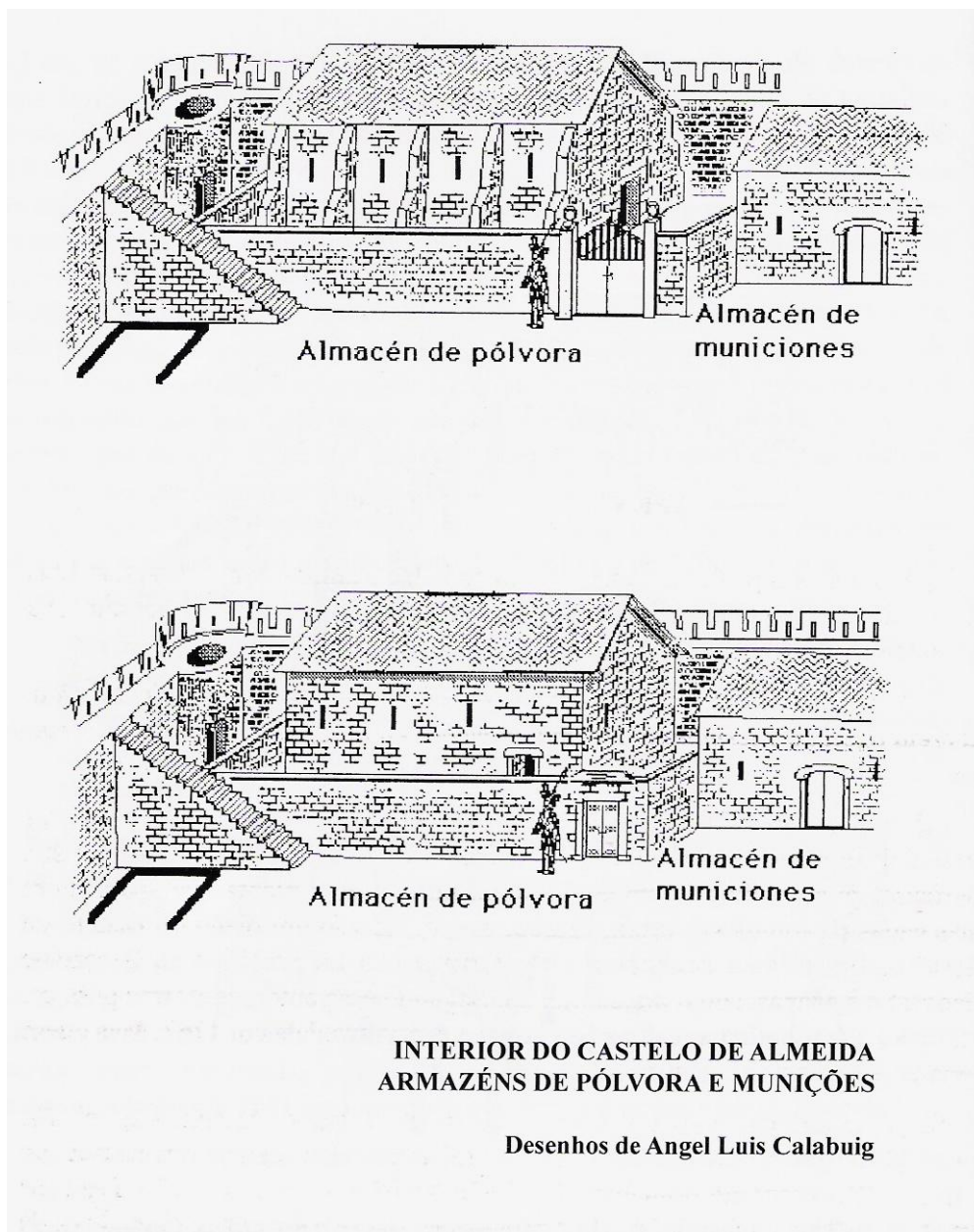


Figura 6

José Vilhena de Carvalho, *Castelo de Almeida*, Almeida, Câmara Municipal de Almeida, 2006.



Figura 7

in José Vilhena de Carvalho, *Almeida, Subsídios para a sua História*,

Viseu, Edição do Autor, 1973.



Figura 8

Fortaleza de Almeida, uma das Portas de Santo António

Fotografia da autora, 2009



Figura 10

Ponte Grande sobre o Rio Côa

Fotografia da autora, 2009



Figura 11

Cabeço Negro e a Ponte Grande sobre o Rio Côa

Fotografia da autora, 2009



Figura 12

Cabeço Negro, vendo-se também a cruz, que segundo alguns, é uma homenagem aos mortos da batalha do Côa.

Fotografia da autora, 2009



Figura 13

Placa evocativa da batalha do Côa

Fotografia da autora, 2009



Figura 14

José Hermano Saraiva, *História de Portugal*, Lisboa, Edições do Reader's Digest, Publicações Alfa, 1984-1985.

ANEXO 2 – Documentos

Documento nº 1³¹⁸

Carta dirigida ao Visconde de Villanova da Cerveira referente a obras na praça de Almeida (22-11-1788)

Il. mo e Ex.mo Snr.

A ruína do Baluarte de S. Pedro da Praça de Almeida, e a que veio em consequência dos Invernos sucessivos, não tem acrescido em grande parte, pela solidez do terreno. O reparo consiste, a ficar na sua antecedente figura, em fazer toda a face do Baluarte até o Flanco desde a raiz, terraplanando-o no mesmo tempo. A despeza persuadome que não excederá muito de doze contos, mas V. Ex.^a sabe que os cálculos desta natureza vareão de ordinário, ainda que não em soma considerável: O tempo permite fazerse a obra, e combinando a necessidade, e algumas horas perdidas nos dias de chuva mayor, não parece demora de obstar para ser retardada. O Capitão Engenheiro Anastácio António de Sousa Miranda e o Ajudante António Bernardo da Costa, que residem na Praça São experimentados e capazes de responder, quando S. Mag.e tiver por bem deliberar.

Deos Guarde a V. Ex.^a Vizeu em 22 de Novembro de 1788

(Manuscrito do Arquivo Histórico Militar de Lisboa, Sala D – 3^a. Divisão, 1^a.Secção, Caixa 6 – B; pasta 21).

³¹⁸ Na transcrição dos documentos respeitou-se a ortografia, desdobrando as abreviaturas.

Documento nº2

Informação prestada a António d'Araújo Azevedo relativa ao estado do armazém de pólvora (1-2-1806)

Em representação do Governador que foi da Praça de Almeida Júlio César Augusto de Chermont, foi Servido o Príncipe Regente Nosso Senhor mandar construir na dita Praça, em proporcionada distancia, hum Armazém, capas de recolher nelle, a grande quantidade de Polvora necessária para a defesa da mesma Praça, conservandose sempre no mesmo em tempo de Paz. Auzentandose o sobredito Governador, mandou executar esta Real Ordem o Marechal de Campo João Oliveira Pinto da Fonseca, que então Governava as Armas desta Província; incumbido de descobrir; e sinalar o melhor citio, ao Tenente Rey, acompanhado do Tenente Coronel Engenheiro, Juiz de Fora e Secretário do Governo das Armas com Comissão sua; Assim se executou, e construiu o dito Armazém, com Caza para o peso da Pólvora, e outra em piquena distancia para o corpo da Guarda, em citio, que ainda no caso de haver a desgraça de ser incendiado, pouco, ou nenhum prejuízo se seguirá á Praça, sua fortificação e Moradores, por ficar aguas vertentes para o Rio Côa, e coberto da Praça de uma colina de terra, que a defende da explosão; achandose prompto á muito tempo

para receber o sobredito Género sem mais dependência que a de se retilhar para que se achão nelle hum ou dous milheiros de telha tendo aliáz, entrada de carruagem athé á mesma Praça para a qual sendo preciso em poucos dias se pode retirar.

O Marechal de Campo Governador da mencionada Praça Gustavo Adolpho Hércules de Chermont, no ano de 1801, justamente fez recolher a Pólvora em hum Armazém de Prova de Bomba, que se acha dentro do recinto do Castelo, mayor altura da Praça, e noutro Armazém construído em Rebelim, que cobre a Cortina que vem do Baluarte de Santa Barbera, para o de Nossa Senhora das Brotas; mas passada a ocazião da Guerra, que nesse tempo nos amiassou não foi possível assentir aos requerimentos da Goarnição, da Justiça e do Povo para mandar a Pólvora para o sobredito novo Armazém: se foi por capricho ou Ordem que tivesse a esse respeito, eu o ignoro; e só sei que depois que cheguei a esta Povíncia, não tem cessado os clamores de toda aquella Goarnição, e Moradores para que sejam aliviados do susto em que vivem, e com justa causa, por terem experimentado já por duas vezes semelhantes explosões, a effeito de Centelhas no anno de 1696, com a morte de mais de quarenta pessoas, dannos de cázas, e fortificação; e no ano de 1736 em que houve semelhante explozão em um Armazém cito no Baluarte de S. Pedro, e se agora succede a semelhante disgráça seria total ruína da Praça, Moradores e Armazéns da

Fazenda Real em que se concervão Armamentos e todas as precisas Munições.

He de nottar que huma grande parte da Pólvora que se acha no Armazém de Prova de Bomba se acha comrumpida com a humidade.

Eu poderia dar logo Ordem para a mudança deste Género, mas como não sei se haverá alguma Ordem particular do Príncipe Regente Nosso Senhor, não me atrevo sem a sua Real Deliberação, que espero sendo-lhe presente por V.Ex.^a esta minha Conta.

Deos Guarde a V. Ex.^a, Vizeu o 1º de Feveireiro de 1806

Florêncio José Correia de Mello

(Manuscrito do Arquivo Histórico Militar de Lisboa, sala D, 3^a.divisão, 1^asecção, caixa 6t-B, 1806)

Documento nº 3

Memória Respectiva à Praça d'Almeida Província da Beira

Por

Fortunato José Barreiros (Junho 1810)

(Artigo respectivo ao Castelo)

Na parte mais elevada de toda a povoação, está um antigo Castello, formado por um recinto quadrado, com quatro torres redondas nos angolos, com o seu fosso, e contra escarpe; tudo construído da mesma Cantaria que as muralhas da Praça.

Entra-se para o Castello por huma ponte dormente de madeira, que atravessa a largura do fosso; sendo fixada por duas grandes portas, uma sobre contra-escarpe, e outra de encarpe.

Logo na entrada do Castelo há um tranzito abobeado que tem á direita, e esquerda dois pequenos armazéns aprova de bomba, com as entradas pelo mesmo tranzito; sobre estes armazéns há uma grande caza com bella e magnifica despuzição para a salla de armas, para o que foi construída, com altas e rasgadas janelas que a fazem clara bem ventilada; tem em segundo andar outra equal caza; mas menos airosa e clara a qual só serve para conter géneros de pouco pezo e maior volume.

Dentro do mesmo recinto há um outro grande e terrível armazém de pólvora sem luz nem ventilação alguma circulando em parte por uma singela parede que forma com uma separação deste a todos os armazéns que aqui há, o resto do terreno contido dentro do Castello hé ocupado por cinco cazas que tem diverças applicaçoes servindo uma para conter ballas de chumbo e alguns géneros abulços, outra curdagens de todas as claças, outra paos de barracas, arreios velhos, e lanternetas, outra caixotes de ballas de Calibre 12, granadas reais, ballas de ferro de pequeno deametro etc. etc. Sobre estas mesmas cazas há trez ocupando os mesmos espaços, onde se contem barracamentos, mantas, armamentos, correamentos, caldeiras, e muitos outros géneros que se achão lançados no Inventário dos mesmos armazéns, sendo todas ellas de huma tão má construção que nem pello menos estão a prova das granadas de 6 polegadas.

Todos estes armazéns tem as suas entradas por hum pátio que forma o vazio do Castello, o qual tem no seu sentro huma profunda cisterna que pode conter a agoa precisa para 8 dias a toda a goarnição: este pátio está todo ocupado com muitas pilhas de balas, bombas e granadas de todos os calibres, e algumas peças de ferro e bronze que se tem reputado com emcapazes de serviço. Na parte superior de todo o recinto corre uma varanda com parapeitos de cantaria, para a qual se monta por largas e espaçozas escadas, que ao mesmo tempo dão entrada, para os depositos do

segundo andar; há na mesma varanda uma laga e alta banquetta para a qual também se monta por degraos nella praticados: esta só para della melhor se descobrir a campanha e algumas partes da Vila.

Não tem este Castello applicação alguâ nem a pode ter mais que a de cobrir com os seus grossos muros todos os armazéns que nelle existem dos efeitos das baterias de peça desetiante aiceção(sic) porem do lagedo que forma a asna do grande armazém que para este ser de todo não lhe elevarão a altura dos seus pez direitos a hum ponto tal que se deixão ver de todas as posiçoens circomvosinhas a Praça.

(Manuscrito do Arquivo Histórico Militar de Lisboa, Sala E, 7º Secção, caixa 471, Processo de Guilherme Cox, Doc. Nº6-folha 76).

Documento nº 4

Diploma régio de nomeação de Guilherme Cox como Coronel do Regimento de Infantaria nº. 24 (12-12-1809)

Dom João, por Graça de Deos, Principe Regente de Portugal e dos Algarves, dá quem e dálem Mar em África, da Guiné e da Conquista Navegação, Comércio de Etiópia Arábia Percia e da Índia Faço saber aos que esta Minha Carta Patente virem; que Conformando-me com as Propostas, que o Marechal do Exercito Guilherme Carr Beresford derigio aos Governadores do Reino de Portugal e dos Algarves e que fora por estes aprovada; Hey por bem Promover no Exercito daquelle Reino, para Coronel do Regimento de Infantaria Numero vinte e quatro, o Coronel Guilherme Cox, o qual Posto servirá enquanto Eu o Houver por bem, e com elle haverá o Soldo que lhe tocar pago na forma das Minhas Reaes Ordens e gozará de todas as honras, privilégios, liberdades, izençoens e franquezas, que directamente lhe pertencerem. Pelo que: mando aos dittos Governadores dos Reinos de Portugal e dos Algarves, que mandolhes dar a posse deste Posto, Jurando primeiro de cumprir com as obrigaçoens; a deixem servir e exercitar, e os Brigadeiros, mais Cabos, e Officiaes

Maiores de Exercito, o tenhão, e conheção por tal Coronel; e os Officiaes, e Soldados seus Subordinados lhe obedeção e aguardem suas Ordens, em tudo que tocar ao Meu Serviço, tão inteiramente como devem e são obrigados; e o Soldo referido se lhe assentará nos Livros a que pertencer par lhes ser pago aos seus tempos devidos. Em firmeza do que lhe Mandei passar a presente por Mim Assignada, e Sellada com o Sello Grande de Minhas armas. Dada nesta Cidade do Rio de Janeiro aos doze de Dezembro do Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Crhismo de mil outecentos e nove.

O Princepe

(Manuscrito do Arquivo Militar Histórico dec Lisboa, Sala E - 7ª Secção, caixa 79)

Documento nº 5

(Informação do governador da praça de Almeida sobre o cerco)

Coronel Governador Interino Guilherme Cox. Era Inglez: sendo Coronel do Regimento de Infantaria nº 24, foi nomeado Governador Interino desta Praça pello Marechal Commandante em Chefe do Exercito Guilherme Carr Beresford em 1809. O exercito Francez Comandado pelo General Massena; atacou colucando suas Batarias a 350 pes pouco mais ou menos dela, na manha de 26 de Agosto de 1810, e principiando a Jogar, ás oito da noute voou o Castello no qual se achavão a maior parte das munições de Guerra, de que morreu muita Gente, e a maior parte dos Artilheiros, os quaes erão do Regimento d'Artilharia nº 4, a Villa ficou derrotada, A Praça continuou a defender-se ate a tarde do Dia Seguinte, que se entrou em Capitulação , na qual se conveio que o Governados, Offeciaes, e Tropa da primeira Linha serão prisioneiros de Guerra, e os Regimentos de Milícias de Trancoso, da Guarda, e de Arganil fossem para suas casas; e nesta Conformidade o Governador entregou a Praça ao Inimigo no dia 28 d'Agosto do anno de 1810. Como tudo consta da Ordem do Dia do

Exercito de 6 de Setembro do mesmo anno. Voltando de França o dito Governador, respondeu a Concelho de Guerra em Lisboa e Se Justificou.

Gabriel António Franco Castro Gregório Pereira de Faria

Governador e Tenente Rey

(Manuscrito do Arquivo Histórico Militar de Lisboa, Sala D – nº 29 – 1)

Documento nº 6

Informação referente à capitulação de Almeida (10-11-1814)

Achando-se incumbido do Governo da Praça de Almeida o Coronel Guilherme Cox; e sendo facto constante da Ordem do Exercito do dia 6 de Setembro de 1810, que a dita Praça fora entregue ao Inimigo por Capitulação, constando igualmente pela Ordem do dia 12 de Agosto de 1812, que a defeza da referida Praça, não fora sustentada até ao ultimo momento como se declara nesta Ordem: cumpre ao coronel Cox como Governador e responsável pela conservação da indicada Praça mostrar perante o Concelho – 1º- que a explosão do Armazem da pólvora, primeira origem da precipitada perda da mesma Praça, não aconteceu por omissão ou negligencia da sua parte: - 2º- que não pôde embaraçar a irregular influencia do Tenente Rey, Francisco Bernardo da Costa, seu subalterno, e que fora irresistivelmente constringido a assignar a Capitulação da entrega da Praça que na sobredita Ordem do dia 12 de Agosto, se condena como intespetiva, e permatura.

Está conforme o original. Quartel General no Pateo do Saldanha 10
de Novembro de 1814

Francisco José Martins

Ajudante do S. M.

(Manuscrito do Arquivo Histórico Militar de Lisboa, sala E, 7ª. Secção, Caixa nº 471.

Processo de Guilherme Cox)

Documento nº.7

Exposição do infeliz acontecimento que ocasionou o rendimento da Praça d'Almeida, no ano de 1810

No dia 25 de Agosto pela tarde, dez dias depois que o Inimigo abriu a trincheira, e que trabalhava já na segunda paralela, as baterias da primeira parecião estar prontas para principiarem o fogo. No dia seguinte ao amanhecer, eu vi que as canhoeriras que até então estavam cobertas, tinhão sido abertas durante a noite, e que os canhões estavam já apontados,

Dei uma volta pela muralha, e vi que tudo prompto, e bem disposto para responder ao fogo inimigo, com o maior número de peças de grosso calibre que se podião dirigir sobre cada uma das suas baterias.

No momento em que appareção o Sol no horizonte, rompeo-se o fogo do inimigo, quasi no mesmo instante, de quatro baterias de peças grandes, e de seis baterias de Morteiros ou de Obuz. A Praça lhe respondeo, por um fogo vivisimo, que durante todo o dia sem interrupção alguma.

Pouco tempo depois do rompimento do fogo, as bombas do inimigo tinhão já abrandado algumas casas da Villa. Na primeira aonde pegou o fogo, cheguei, mas com muita difficuldade, a extinguiillo; porem achei logo que era impossível continuar este trabalho com huma Guarnição

pouco numerosa, e já muito cansada com as fadigas que tinha sofrido – De mais, este trabalho não teria sido de grande utilidade n'uma Praça cujos moradores, ou a maior parte delles, tinhão, já fugido, levando consigo quase tudo o que havia de precioso.

Visitei pela manhã cedo, os armazens de Pólvora no Castello, vi que tudo estava arranjado, e dei ordens precisas a respeito das precauções que se havião de tomar na altura delles. – Das nove para as dez horas fui a casa do Governo onde tomei algum refresco; mas achando que este lugar estava muito exposto ao fogo, várias balas e bombas tendo já cortado o seu aposento, mudei de quartel, e mandei que se levantasse o fato para hum pequeno quarto que fica na abobada da porta falsa de S. João de Deus, aonde podia descansar hum pouco, quando fosse indispensável. Fiz então um reconhecimento de toda a praça; e depois disso, voltei logo para o Baluarte atacado, onde fiquei até ás seis para as sete horas da tarde, que fui outra vez ao Castello, repetir as ordens que tinha já dado a respeito dos armazens.

Era então quasi noite e o fogo de ambas as partes começava a diminuir hum pouco aproveitei-me desta ocasião para ir jantar: - Entrei no meu novo quartel, e apenas me tinha assentado á mesa, senti um abalo violento, semelhante a hum terramoto, acompanhado de grandíssimo ruído. O ar passou com força pela abobada da parte falsa, e logo depois uma

multidão de gente entrou, e se ajuntou ao redor do meu quartel. Levantei-me depressa; saí pela porta fora, e perguntei que havia, mas tal era o terror, e a consternação das pessoas que me rodeavam, que ninguém pôde dar-me uma resposta satisfatória. Uns diziam que o grande armazém da pólvora tinha saltado pelos ares, outros que o inimigo fizera voar uma mina; estes cuidavam que o fogo tinha pegado no laboratório, aquelles que era somente hum dos pequenos armazéns do baluarte que voara.

Seguiu-se hum silencio horrífico d'alguns momentos: - nenhum tiro, nem da Praça nem das Battering inimigas, se ouvia.

Corri logo para o Castello; trepando por cima dos entulhos de que as ruas estavam cheias e chegando ao sítio aonde antes estava, achei que todo este Edfício, que era uma maça imensa de cantaria mui forte, tinha sido inteiramente demolido.

Havia dentro dos muros do Castello, três armazéns, hum grande, e dois pequenos; todos à prova de bomba, à excepção das portas e janelas, que erão construídas; mas vendo este defeito, eu tinha tomado a precaução de as mandar cobrir e reforçar do modo possível, logo que o inimigo se aproximou da Praça.

O grande armazem continha 2,500 barricas de pólvora; os dois pequenos, que ficavam perto delle, estavam cheios de cartuxame preparado; não havia uma só barrica de pólvora nem se quer hum cartuxo, que

estivesse n'hum lugar exposto. Tudo fora metido nos armazéns a prova de Bomba.

Continuei a trepar por cima dos entulhos, para saber positivamente se o grande armazem tinha sido com effeito destruído; e logo que tive esta certeza, demorei-me um momento, para considerar o que se havia de fazer. Como era muito possível que o inimigo se aproveitasse do primeiro momento de terror e confusão que a explosão não poderia deixar de ocasionar, para tentar hum assalto, ordenei que tocasse a rebate, para que toda a guarnição fosse aos seus postos; e querendo esconder ao inimigo, quanto fosse possível, a nossa desgraçada situação, peguei n'hum molho de botafogo, e ajudado d'hum official d'Artilharia, e fiz com que se continuasse a atirar depois, durante a maior parte da noite, com os cartuxos que se achavam nos armazéns provisórios do baluarte.

Procurei, mas inutilmente, fazer sair alguma pessoa da Praça, par dar noticias ao commandante em Chefe, da nossa deplorável situação, mas ninguem se achou que quizesse incumbir-se desta importante deligencia. O inimigo tornou logo, a fazer fogo sobre a praça, e a lançar bombas; das quaes mais de mil cahirão nella durante ba noite.

A luz da manhã seguinte offereceo o espectáculo o mais terrível que se possa imaginar. A Praça toda estava derrubada; as casas cahindo humas sobre as outras, e muitas dellas abrasadas, sem que nós fosse possível

apagar o fogo; não havia huma só que não fosse demolida, ou muito danificada pelos efeitos da explosão, ou pelo das bombas; as ruas e as baterias cheias de cadáveres despedaçados; onde homens semi-mortos, horripelmente mutilados; e hum desmayo geral se tinha apoderado de todo o resto da guarnição. Contudo, pude continuar o fogo até as 9 para as 10 horas, quando o das baterias inimigas cessou; e logo depois chegou às portas, hum parlamentar do Exercito Francez. Vieram com elle dois officiaes, hum suíço, do Estado Maior do Principa d'Esling; o outro era um traidor Portuguez, chamado Gama. Ordenei que fossem vendados e conduzidos ao meu Quartel. Estes me entregarão huma carta do Commandante em Chefe do Exercito inimigo, em que me fallava da impossibilidade de defender a Praça por mais tempo, no estado em que estava reduzida pela explosão; propondo-me que a entregasse “á generosidade Francesa”, e dizendo que me concederia huma Capitulação honrosa.

Desde o momento da explosão, eu vi claramentre a impossibilidade d'alguma defesa /rolongada; mas hum raio d'esperança se offereceo ao meu espírito de que talvez o nosso Exercito fizesse algum movimento para escorrer-nos; ainda que se me dissesse que tal fosse a tenção do comandante em Chefe. Porem como tinha lugar de crer que o Exercito estava a pouca distância da Praça resolvi expor-me a todos os riscos, antes

do que entregalla, sem que, ao menos, tivesse mediado o tempo / necessário para a chegada das tropas.

Quasi huma hora antes da en/trada do no Pamentario Francez, o Tenente Rei me escreveu huma carta, urgindo-me fortemente a que pedisse capitulação, o que recusei positivamente, dizendo-lhe que eu estava resolvido a defender a Praça quanto me fosse possível, a fim de dar ao exercito o tempo preciso para vir socorrella.

O meu primeiro projecto era de rejeitar inteiramente a proposição do Príncipe d'Esling sem entrar em conferencias com elle, até lhe tinha escrito huma resposta deste theór; porem antes de emitir a carta, chegou ao meu quartel o tenente Rei, acompanhado d'Alguns Commandantes dos Corpos da Guarnição, e me pediu que os ouvisse em Conselho de Guerra, antes de dar huma resposta definitiva dessa natureza. Pareciame que não podia racionalmente recusar esta supplica, e que talvezpor este meio, poderia determinar em favor dos meus desejos, as opiniões que seriam ainda vacillantes; dei ordem em consequência que se ajuntasse o Conselho; mas achando, contra a minha expectação, que todos os officiaes que o compunhão, estavam unanimes na opinião que se devia capitular, pois que huma repulsa à Praça ao risco iminente de ser tomada por assalto, e a Guarnição passada ao fio de espada, mudei de projecto, e determinei por

huma negociação dilatada, a ganhar, se possível fosse, o tempo necessário para o Exercito chegar.

Escrevi portanto, outra carta ao Príncipe d'Esling, na qual lhe disse que se me fazia necessário saber explicitamente quaes eram os termos e os limites da sua proposição, pois que não estando reduzido á extremidade, tão somente me determinava a entrar em ajustes com elle, sendo as condições muito vantajosas. Mandou-me então o Príncipe huma copia dos artigos, nos quaes ficamos, a final, concordes, a excepção daquelle estiplula em favor das Milícias, que pude conseguir depois.

Estes artigos me foram trazidos pelo Coronel Pelet, primeiro Ajudante d'ordens do Príncipe d'Esling, e veio elle acompanhado do mesmo official Portuguez que viera a primeira vez. No acto de entregar-me a Carta, disse-me o Coronel Pelet, que era authorizado por S. Ex.cia o Comandante em Chefe, a assegurar-me debaixo da sua palavra de honra, que se eu aceitasse as condições que me propunha, que toda a Guarnição seria livre de voltar ás suas casas; porem que o Príncipe não queria enxirir este artigo na capitulação mas que o concederia depois como favor da sua parte. Eu lhe disse que consentia em tratar sobre estas bases.

Nomiei por consequência dois officiais, para este efeito; a saber; o Major Fortunato José Barreiros, Comandante d'Artilharia, e o Capitão José Pedro de Mello, que me servia d'Ajudante d'Ordens; dei-lhes os poderes

necessários para tratarem da Capitulação, e os mandei ao Campo Francez, com as instruções competentes. Nestas instruções os pontos principais erão, primeiramente de não consentirem que a Praça fosse entregue antes do dia seguinte, pelo meio dia, e em segundo lugar, de procurarem por hum artigo escrito da Capitulação, que a Guarnição ficasse livre de voltar para suas casas.

O Capitão de Mello voltou pouco tempo depois, a Praça acompanhado do Coronel Pelet, para dizer-me que o Príncipe d' Esling não consentia alterar em nada, a capitulação escrita que me tinha proposto, e que insistia em que huma das portas da Praça lhe fosse entregue até as 8 horas dessa mesma noite. Isto recusei eu positivamente; e disse ao Coronel Pelet que informasse o Príncipe desta minha resolução, Perto d' huma hora depois, chegou hum outro ajudante d'ordens, com huma carta do General Francez, em que me dizia que estava mui sentido de que eu não tivesse aceitado a Capitulação honrosa que me offerecêra, que estava a ponto de principiar outra vez o fogo e podia em estar seguro que não escutaria depois outro proposição alguma da minha parte, senão a de render-se a discricção; que esperava a minha resposta definitiva dentro de meia hora, e que ao mesmo tempo, me dava por conselho, que lhe mandasse assinada, a copia da capitulação que tinha nas minhas mãos. Eu portanto ainda recusei, e disse ao Ajudante d'Ordens que fosse outra vez ao seu General, dizer-lhe

que como huma parte do que me propunha já se não podia fazer, sendo então mais de 8 horas, e q8ue só a diferença que restava entre nós, parecendo ser, de hum artigo que elle tinha já promettido, fosse ou não enxirido na capitulação, me peersuadia que estaria disposto a continuar a suspensão das hostilidades; e que finalmente se sogeitaria ao que eu pretendia; que em todo o caso, eu esperava a volta do Major Barreiros, que ainda estava no Campo Francez, com huma resposta definitiva, antes que se principiasse o fogo. Sobre isto me disse o ajudante, podia tranquillamente estribar-me.

Pouco depois da partida deste official, hum outro ajudante d'ordens do Príncipe d'Ésling, que fora mandado do Campo Francez antes da chegada do primeiro, entrou, e me disse que seu General o mandara dizer que consentia em que as Milícias voltassem ás suas casas, debaixo da condição de, não servirem contra a França nem os seus alliados durante a Guerra; e no tempo que estávamos fallando sobre este ponto, o fogo do Inimigo se rompêo de novo. Pude somente attribuir esta circumstancia extraordinária a alguma confusão nas ordens que se derão no Campo Francez. Porem, de qualquer sorte que fosse, eu vi claramente que não havia esperança alguma de que podesse alcançar outras condições mais vantajosas; e que visto o estado da Praça, a / opinião dos Chefes militares, e alguns syntomas de motim que já se mostravam no Povo, e que poderião

muito bem comunicar-se á tropa, seria temeridade da minha parte o querer persistir mais tempo na defesa da Praça. Por tanto, acrescentei o artigo em favor das Milícias, á cópia da capitulação que tinha; assinei-a nesta forma, ás onze horas da noite, e mandei ao Campo Francez pelo ajudante d'ordens do Príncipe d' Esling que ainda estava na Praça, acompanhado d'hum dos meus officiaes, e hum trombeta. Não obstante isto, as bombas inimigas continuarão a chover na Praça quasi toda a noite, e o fogo não cessou senão na madrugada. Das cinco para as seis horas, o ultimo official que mandei, voltou, e me disse que o General Francez tinha ratificado a Capitulação; e das 9 para as 10, a Guarnição sahio da Praça com as honras da Guerra.

Hé, enquanto a mim, desconhecida a verdadeira causa da explosão dos armazéns de Almeida, e provavelmente (sic), se não poderá já mais saber com certeza. A conjectura mais verosímil me parece ser, que huma grossa boma rompesse pelas traves que cobrião a porta do grande armazém que entrasse para dentro, e communicasse o fogo á pólvora. Hé possível que fosse obra de traição, mas não me persuado disso, ainda que o Comandante d' Artilheria positivamente provou que era traidor, e alguns outros indivíduos da Guarnição entre os quaes, o Tenente Rei da Praça, que pareciam pela sua subsequente conducta, alia-se ao interesse dos Franceses. O Comandante de'Artilheria não voltou para a Praça, senão

quando estava já em poder do inimigo; e eu sabia, antes de assinar a Capitulação, que elle tinha entrado para o serviço dos Francezes, que lhes deu perfeito conhecimento do Estado da Praça e do voto do Conselho; e que até lhes indicara o lugar aonde sabia q a pouca pólvora que ainda nos restava, estava depositada,

Assinado Guilherme Cox

Coronel do Regimento N°24

Acrescento á Exposição supra, que os dois pequenos Armazéns do Castello forão também destruídos pela explosão; e que não restou depois della, senão algumas barricadas de pólvora que estavam no laboratório, e os cartuxos que se achavão nos armazéns provisórios da Muralha, que foram quasi todos gastados pelo fogo que se fez depois naquela mesma noite, e na manhã seguinte.

Guilherme Cox

A Força efectiva da Guarnição quando sahio da Praça constava de 3.000 soldados d' Infantaria promptos, e huma companhia de 50 h. de Cavalleria = Digo = esta era a força effectiva pouco mais ou menos.

Guilherme Cox

(Manuscrito do Arquivo Histórico Militar de Lisboa, Sala E, 7ª Secção, Caixa nº 4)

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

Manuscritos do Arquivo Histórico Militar de Lisboa

Fontes impressas

Barreiros, Fortunato José – *Exposição Verídica e Sincera...*, Bourges, 1815.

Beuchamp, M. Alph – *Histoire de la Guerre d’Espagne et Portugal pendant les annés 1807 et 1813*, Paris, edição Germain Mathiot Livraire, 1819.

Carvalho, José Vilhena de – *Almeida, Subsídios para a sua História*, Viseu, Edição do Autor, 1973.

Carvalho, José Vilhena de – *As Muralhas de Almeida, sua construção e estilo, desfazendo equívocos*, Almeida, Os Amigos de Almeida, 1993.

Carvalho, José Vilhena de – «*Ordens de Beresford*», in *Almeida, Subsídios para a sua História*, Viseu, edição do autor, 1973.

Carvalho, José Vilhena de – «*O Processo de Guilherme Cox*», in *Almeida, Subsídios para a sua História*, Viseu, Edição do Autor, 1973.

Castro, José Ferreira Borges de – *Collecção de Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos celebrados entre a Coroa de Portugal e mais Potências...*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1857, Tomo IV.

Chaby, Cláudio de – *Excerptos historicos e collecção de documentos relativos á guerra denominada da Península e ás anteriores de 1801, e do Roussillon e Cataluña*, vols. III e VI, Lisboa, Imprensa Nacional, 1871-1882.

Costa, José Maria das Neves – *Memória Militar Respectiva do Terreno ao Norte de Lisboa*, Lisboa, Edição do Autor, 1888.

G. A. D. L. – *Campagne de l'armée française en Portugal, dans les années 1810 et 1811*, Paris, ed. J. G. Dentu, Imprimeur-Libraire, 1815.

Koch, General Jean Baptiste Frédéric – *Memórias de Massena. Campanha de 1810 e 1811 em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007.

Guingret, M. – *Relation Historique et Militaire de la Campagne de Portugal sous le Marechal Massena, Prince d'Esling*, Limoges, 1815.

Jones, M. John T. – «*Memoire sur les Lignes de Torres Vedras*», citada por Cristóvão Aires de Sepúlveda, in *História Orgânica do Exército Português*, Coimbra, 1932, 17 volumes.

Stothert, William – *A Narrative of the Principal Events of the Campaigns of 1809, 1810 & 1811 in Spain and Portugal; interspersed with remarks on local scenery and manners*, London, Printed for P. Martin, 1812.

Vicente, António Pedro – *Manuscritos do Arquivo Histórico de Vincennes referentes a Portugal*, vol III (1807-1811), Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1983.

Bibliografia

1. Enciclopédias e Dicionários

Enciclopédia Luso-Brasileira, Lisboa/S. Paulo, Ed. Verbo, 1998, 18 volumes.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa/Rio de Janeiro, Ed. Enciclopédia, s. d., 40 volumes.

Grande Enciclopédia Verbo Luso – Brasileira, Edições Séc. XXI, Lisboa/Rio de Janeiro, Ed. Verbo, 1998, 29 volumes.

Pereira, José da Costa – (Coord. de) - *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, Lisboa, Edições Reader's Digest, SA, Publicações Alfa, 1985, 2 volumes.

Serrão, Joel – *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1979, 6 volumes.

2. Revistas e Jornais

Revista Universal Lisbonense, Lisboa, 1853, volume XII.

Guia de Portugal, Lisboa, Ed. Calouste Gulbenkian, 1985, 2ª. Edição, 3 volumes.

Jornal O Público, Suplemento Público 2, Novembro, 2007.

Revista Militar, nº 20, volume 12, 1977.

3. Estudos

Almeida, Fortunato de – *História de Portugal*, Coimbra, 1922-1926, 6 volumes.

Araújo, Ana Cristina Bartolomeu d' – “As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais”, *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, Lisboa, 1993, p. 17-43.

Araújo, Ana Cristina Bartolomeu d' – «Revoltas e Ideologias em conflito durante as Invasões Francesas», in *Revista de História das Ideias*, Coimbra, Faculdade de Letras – Instituto de História e Teoria das Ideias, 1985, vol.7.

Botelho, J. J. Teixeira – *História Popular da Guerra Peninsular*, Porto, 1915, 2 volumes.

Brandão, Raul – *El Rei Junot*, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1982.

Buttery, David – *Wellington contra Massena. A Terceira Invasão de Portugal: 1810-1811*, Lisboa, Gradiva, 2008.

Campos, João – *Almeida – Portas e Porternas da Praça Forte*, Almeida, edição Câmara Municipal de Almeida, 2007.

Carvalho, José Vilhena de – *As Muralhas de Almeida, sua construção e estilo, desfazendo equívocos*, Almeida, edição Os Amigos de Almeida, 1973.

Carvalho, José Vilhena de – *Almeida, Subsídios para a sua História*, Viseu, Edição do Autor, 1973, 2 volumes.

Carvalho, José Vilhena de – *O Castelo de Almeida*, Almeida, ed. Câmara Municipal de Almeida, 2006.

César, Vitoriano José – *Invasões Francesas*, Lisboa, Edição Tipografia da Cooperativa Militar, 1903-1910, 3 volumes.

Chagas, Manuel Pinheiro – *História de Portugal*, Lisboa, Edição Empresa da História de Portugal-Soc. Editora, 1899-1907, 12 volumes.

Conceição, Margarida Tavares da – *Da Vila Cercada à Praça de Guerra*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

Gil, Coronel Ferreira – *A Infantaria Portuguesa na Guerra da Península*, Lisboa, Edição da Cooperativa Militar, 1912-1913, 2 volumes.

Gisper, Carlos (dir. de) – *História de Portugal*, Barcelona, Edição Oceano Instituto Gallach, s.d., 20 volumes.

Matos, Joel (dir. de) – *História de Portugal*, Lisboa, Edição Alfa, 1983.

Medina, João (dir. de) – *História Contemporânea de Portugal*, Lisboa, edição Multilar-Edição e Distribuição, L^a., 1990, 6 volumes.

Neves, José Acúrcio das – *História Geral das Invasões Francesas em Portugal e da Restauração do Reino*, Porto, Edições Afrontamento, 1989, 2 volumes.

Nunes, António Pires – «A Primeira Invasão Francesa», in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 3, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2003, pp. 43-72.

Nunes, António Pires – «A Terceira Invasão Francesa», in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 3, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2003, pp. 90-147.

Oliveira, João Nunes de – *A Beira Alta de 1700 a 1840. Gentes e subsistências*, Viseu: Palimage, 2002.

Peres, Damião (dir. de) – *História de Portugal*, Barcelos, Portucalense Editora, 1928-1981, 10 volumes.

Pinho, Augusto Leal Soares Azevedo Barbosa de – *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, Livraria Editora Matos Moreira, 1873-1890, 12 volumes.

Pires, Nuno Barrento de Lemos e **Valente**, Augusto Monteiro – *Almeida e as Invasões Francesas*, Almeida, Edição Câmara Municipal de Almeida, 2006.

Proença, Maria Cândida – *A Independência do Brasil*, Lisboa, Colibri, 1999.

Sampaio, J. Pereira – *História de Portugal*, Porto, Edição Escritório da Empresa Editora, 1899, 5 volumes.

Santos, João Marinho dos – *O Concelho de Almeida-Esboço Histórico Sociológico*, Coimbra, Palimage Editores, 2005.

Santos, João Marinho dos – *Notícias e Memórias Paroquiais Setecentistas*, 4, Almeida, Coimbra, CHSC/Palimage, 2005.

Saraiva, José Hermano (dir. de) – *História de Portugal*, Lisboa, Edições Reader's Digest, Publicações Alfa, 1984-1985, 6 volumes.

Saraiva, José Hermano (Dir. de) – *Lugares Históricos*, Lisboa, Edições Reader's Digest, Publicações Alfa, 2007.

Sepúlveda, Cristóvão Aires de Magalhães – *História Orgânica e Política do Exército Português*, Coimbra, Imprensa Nacional, 1932, 17 volumes.

Serrão, Joaquim Veríssimo (dir. de) – *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo, 1977-2006, 15 volumes.

Silva, José Manuel Azevedo e – *O Brasil Colonial*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005.

Soriano, Simão José da Luz – *História da Guerra Civil*, Lisboa, 1866-1893, 19 volumes.

Sousa, Maria Leonor Machado de – *A guerra Peninsular em Portugal. Relatos Britânicos*, Lisboa, Caleidoscópio, 2007.

Ventura, António – «Portugal e a Revolução Francesa: da Guerra do Rossilhão à Guerra das Laranjas», in *Nova História Militar de Portugal*, vol. 3, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2003, pp. 14-26.

Vicente, António Pedro – “Almeida em 1810” in *Revista de História das Ideias*, Coimbra, Faculdade de Letras – Instituto de História e Teoria das Ideias, 1985, vol.7, p. 879-902.

Vicente, António Pedro – *Manuscritos do Arquivo Histórico de Vincennes referentes a Portugal*, vol III (1807-1811), Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1983.

Vicente, António Pedro – *O Tempo de Napoleão em Portugal - Estudos Históricos*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2000.